

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAMAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO



PROJETO ORLA
ITAJAÍ - SC

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA PROJETO ORLA DE ITAJAÍ – SC

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE ITAJAÍ – FAMAI**

ANO DE ENTREGA DO PGI ORIGINAL: 2011

ANO DE ENTREGA DO PGI REVISADO: 2016

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
José Sarney Filho (Ministro de Estado)

Departamento de Zoneamento Territorial
Márcia Regina Lima de Oliveira (Gerencia Costeira)
Salomar Mafaldo (Gerencia Costeira)

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira (Ministro de Estado)

Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
Guilherme Estrada Rodrigues (Secretário)

André Luiz P. Nunes (Coordenador Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local)
Reinaldo Redorart (Coordenador Nacional do Projeto ORLA)

Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina(SPU/SC)
Carlos José Bauer (Superintendente substituto)

Tereza Cristina Godinho Alves (Coordenadora de Destinação Patrimonial)
Adelina Cristina Pinto (Chefe de Divisão de Regularização Fundiária e Habitação e
Coordenadora do Projeto ORLA)
Juliano Pinzetta (Coordenador de Caracterização e Identificação)

Secretaria de Estado do Planejamento
Cassio Taniguchi (Secretário)

Carlos Mestre Crespo Luz (Diretor de Estatística e Cartografia)
Jorge Rebollo Siqueira (Diretoria de Desenvolvimento Regional e das Cidades)
Flávio Rene B. Victória (Gerente de Planejamento Urbano)
Luz Marina S. Stecker (Gerente de Geografia e Cartografia)

Coordenação Técnica Estadual de Santa Catarina (CTE/PO/SC)

Adelina Cristina Pinto - Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC)
Luz Marina S. Stecker - Secretaria de Estado do Planejamento(SPG-SC)

Prefeitura Municipal de Itajaí
Jandir Bellini (Prefeito)

Prefeitura Municipal de Itajaí
Dalva Rhenius - Vice-Prefeito

Fundação Municipal de Meio Ambiente de Itajaí
Rogéria dos Santos Mussi (Superintendente)

Secretaria de Turismo de Itajaí
Maria Valdete Orsi de Campos – Secretaria

Núcleo Gestor da Orla de Itajaí
Francisco Carlos do Nascimento (Coordenação)
Susana Beatriz C. da Cunha
Sonia Maria Rosa Day
Marcel Di Ruzza Ferrari
Thammy R. Reiser Pfelilsticker
Carolina Moreira da Silva
Darlan Haussen Martins Jr.

Monitor do Projeto Orla
Marcus Polette – UNIVALI

Participantes das Oficinas do Projeto Orla de Itajaí

- 1- Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI
- 2- Secretaria de Patrimônio da União - SPU
- 3- Secretaria de Turismo - SETUR
- 4- Gabinete do Prefeito de Itajaí - PMI
- 5- Coordenadoria Regional de atendimento ao Cidadão do bairro Fazenda
- 6- Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
- 7- Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
- 8- Corpo de Bombeiros
- 9- Secretaria de Educação
- 10- Associação dos Comerciantes da Praia Brava – ACBRAVA
- 11- Porto de Itajaí
- 12- Sindicato da Indústria de Construção Civil - SINDUSCOM
- 13- Associação de Surf das praias de Itajaí – ASPI
- 14- Procuradoria Geral do Município de Itajaí
- 15- Sindicato das Indústrias da Pesca – SINDIPI
- 16- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB de Itajaí
- 17- Colônia de Pescadores Artesanais Zona 36 – CPESCA
- 18- Secretaria da Saúde
- 19- Secretaria de Planejamento – SEPLAN
- 20- Santidade Bar
- 21- Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado – SPG
- 22- ACATMAR
- 23- Secretaria de Desenvolvimento Regional/GEPLA
- 24- Brava Beach
- 25- ABDO Construtora
- 26- Secretaria de Habitação – SEHAB
- 27- Secretaria de Comunicação de Itajaí – CECOM
- 28- Águas da Brava Restaurante
- 29- BAOBÁ Restaurante
- 30- Associação Itajaiense de Proteção aos Animais - AIPRA
- 31- Fundação Genésio de Miranda Lins
- 32- Associação de Moradores da Praia dos Amores

- 33- Galera's Bar
- 34- Ferry Boat
- 35- Pousadas Ondas da Brava
- 36- Serviço de Água, Saneamento e Infraestrutura - SEMASA
- 37- CEPSUL/MMA
- 38- Viagem Família/Empresa de Turismo
- 39- Secretaria de Pesca – SEPESCA
- 40- Diário da Cidade/Jornal
- 41- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- 42- Dianthus Restaurante
- 43- Coordenadoria de Trânsito – CODETRAN
- 44- Quiosque 4
- 45- Brava Sushi Restaurante
- 46- Tecnologia em Saneamento Ambiental Ltda -Tecnobio -
- 47- Câmara de Vereadores de Itajaí
- 48- Gerência Estadual de Educação – GERED/SDR/GERCO
- 49- Fórum da Agenda 21
- 50- Associação dos Proprietários da Praia Brava – APROBRAVA
- 51- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI
- 52- Intersindical/Sindicato de Hotéis
- 53- Marinha do Brasil
- 54- Associação dos Moradores do Saco da Fazenda – APASF
- 55- Associação de Parapente de Itajaí – APIR
- 56- Instituto Anjos do Mar - IAMB
- 57- Bar do KAO
- 58- Associação Empresarial de Itajaí – ACII
- 59- Secretaria de Segurança de Itajaí
- 60- PROCAVE Empreendimentos Imobiliários
- 61- Voo Livre Restaurante
- 62- Kadu Frutos do Mar Bar
- 63- Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES
- 64- Ecoporã Projetos
- 65- Hotel Marambaia Cabeçudas

Comitê Gestor do Projeto Orla de Itajaí

Representantes do Comitê Gestor do Projeto Orla de Itajaí, nomeados pelo decreto nº 6.774 de 24/07/2012:

I - Representantes do Poder Público:

a) Representantes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

Titular: Ten Cel BM Onir Mocellin;

Suplente: Sd BM Eliezer Cardoso.

b) Representantes da Fundação do Meio Ambiente de Itajaí:

Titular: Francisco Carlos do Nascimento;

Suplente: Paulo César dos Santos.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Turismo:

Titular: Maria Valdete Orci de Campos;

Suplente: Cleiton C Ferreira.

d) Representantes da Superintendência do Porto de Itajaí:

Titular: Médelin Pitrez dos Santos;

Suplente: Marcello Decicco Kuhn.

e) Representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo:

Titular: Roberto Marquetti dos Santos;

Suplente: Gustavo Rodrigo Werner de Castro.

f) Representantes da Secretaria Municipal da Pesca e Aquicultura:

Titular: Agostinho Peruzzo;

Suplente: Djalma Antonio da Silva Junior.

g) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Hélia Maria Hess Emílio;

Suplente: Jacqueline Airoso da Silva Tomio.

h) Representantes da Procuradoria-Geral do Município:

Titular: Jaime Márcio Espíndola;

Suplente: Jaison Maurício Espíndola.

i) Representantes da Fundação Genésio Miranda Lins:

Titular: Darlan Pereira Cordeiro;

Suplente: Tatiane Amorim.

II - Associações Não Governamentais:

a) Representantes da Associação Intersindical Patronal de Itajaí - Intersindical:

Titular: Aldo Sandri;

Suplente: Vicente Francisco Coelho.

b) Representantes da Associação de Parapente de Itajaí e Região - APIR:

Titular: Sergio Luiz Mello;

Suplente: Jadson Schutz.

c) Representantes da Associação de Surf Praias de Itajaí - ASPI:

Titular: Gilberto Cabral;

Suplente: Cristhyan Cristofolini Corrêa.

d) Representantes do Instituto Anjos do Mar Brasil - IAMB:

Titular: Marcelo Assumpção Ulysséa;

Suplente: Marcella Silvestro.

e) Representantes da Associação para Preservação Ambiental do Saco da Fazenda - APASF:

Titular: Mauricio Dapena Perez;

Suplente: Anita Maria dos Santos.

f) Representantes da Associação Comunitária da Praia Brava - A. C. Brava:

Titular: Mario Luiz Liria Bazan;

Suplente: Tony Roberto Porto.

g) Representantes da Associação dos Proprietários de Imóveis da Praia Brava - APROBRAVA:

Titular: Maurício José de Oliveira;

Suplente: Mauro Machado.

h) Representantes da Associação Empresarial de Itajaí - ACII:

Titular: Jeane de Amorim Busana Bianchi;

Suplente: Maria Izabel Pinheiro Sandri.

i) Representantes do Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região - SINDIPI:

Titular: Fernando Pinto das Neves;

Suplente: Paula Capozza Tebaldi Gerhardinger.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
1. APRESENTAÇÃO	16
2. INTRODUÇÃO	18
3. OBJETIVOS	21
3.1. Objetivo Geral.....	21
3.2. Objetivos Específicos	21
4. AREA DE ESTUDO	22
4.1. Dados Geográficos de Itajaí	22
4.2. Descrição da Orla	23
4.2.1. O Estuário do rio Itajaí	23
4.2.2. Os Costões e a Linha de Costa do Município de Itajaí.....	24
4.3. Características Físicas	28
4.3.1. Clima de Itajaí.....	28
4.3.2. Geologia	32
4.4. Características Sócioeconômicas	33
4.4.1. Enchentes/Inundações no município de Itajaí/SC	35
4.5. Histórico do Município de Itajaí	38
4.5.1. Os primeiros habitantes e os primeiros colonizadores	39
4.5.2. A Evolução dos bairros da Orla de Itajaí.....	40
4.6. Atividades Náuticas em Itajaí.....	54
4.6.1. A Marina Itajaí	54
4.6.2. As Regatas de Itajaí	56
4.6.3. A Bacia de Evolução Portuária	58
4.7. O Projeto Orla em Itajaí – 2003	59
4.8 Projeto Orla em Itajaí – 2011	63
5. Base Legal do Plano de Intervenção da Orla.....	64
5.1. Os Planos Diretores de Itajaí	69
6. METODOLOGIA	72

7.	Levantamento dos Setores e Trechos homogêneos para o Projeto Orla de Itajaí	88
8.	Diagnóstico da Orla de Itajaí - Setores e Trechos.....	101
8.1.	Levantamento dos setores e trechos homogêneos.....	104
8.2.	Problemas, Ações e Medias - por Trecho	108
8.3.	Potencial e Situação Desejada	127
9.	Plano de Gestão para o Projeto Orla de Itajaí – SC	141
9.1.	Ações e Medidas; Cronograma de Atividades e Estratégias de envolvimento dos atores.	141
9.1.1.	Infraestrutura	142
9.1.2.	Meio Ambiente.....	174
9.1.3.	Normatização da Orla.....	191
9.1.4.	Turismo e Lazer.....	206
9.1.5.	Urbanização	218
10.	O COMITÊ GESTOR	227
10.1.	Critérios para participação no Comitê Técnico Municipal do Projeto Orla de Itajaí - SC	227
10.2.	Regimento Interno do Comitê Gestor	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento da Base Legal Federal.	64
Quadro 2: Levantamento da Base Legal Estadual.....	67
Quadro 3: Levantamento da Base Legal Municipal.....	68
Quadro 4: Linha do tempo das leis, leis complementares e Decretos no município de Itajaí – SC.	70
Quadro 5: Programação da Oficina I - Parte I.	78
Quadro 6: Programação da Oficina I - Parte I.	79
Quadro 7: Programação da Oficina I - Parte II.	80
Quadro 8: Temas e Sub temas definidos.	85
Quadro 9: Setores e trechos do Projeto Orla de Itajaí – SC.	88
Quadro 10: Setores e trechos do Projeto Orla de Itajaí – SC para diagnóstico/saídas de campo.	102
Quadro 11: Configuração local atual por setores/trechos e sua classificação segundo Projeto Orla.	104
Quadro 12: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla - Praia Brava.....	108
Quadro 13: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla-Cabeçudas/Atalaia.	115
Quadro 14: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla-Saco da Fazenda.....	119
Quadro 15: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla-Rio Itajaí.	121
Quadro 16: Ações e medidas para todos os trechos complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla.	122
Quadro 17: Potencial e situação desejada para todos os trechos.	127
Quadro 18: Potencial e situação desejada para todos os trechos – Praia Brava.....	130
Quadro 19: Potencial e situação desejada para todos os trechos – Cabeçudas/Atalaia.	134
Quadro 20: Potencial e situação desejada para o trecho – Saco da Fazenda.....	138
Quadro 21: Potencial e situação desejada para o trecho – Rio Itajaí.	139
Quadro 22: Ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de drenagem sustentável e pavimentação para todos os setores/trechos.	142
Quadro 23: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de drenagem sustentável e pavimentação.	143
Quadro 24: Ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de Tratamento Sanitário.	144
Quadro 25: Cronograma de execução das ações e medidas de infraestrutura/Sistema de Tratamento Sanitário.	145
Quadro 26: Ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos.	146
Quadro 27: Cronograma de execução das ações e medidas de infraestrutura/Sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos.	147
Quadro 28: Ações e medidas de Infraestrutura/Passeios e Praças Públicas para todos os setores/trechos.	148

Quadro 29: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Passeios e praças públicas.....	150
Quadro 30: Ações e medidas de Infraestrutura/Trânsito para todos os setores/trechos.....	151
Quadro 31: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Trânsito.....	152
Quadro 32: Ações e medidas de Infraestrutura/Segurança Pública para todos os setores/trechos.....	153
Quadro 33: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Segurança Pública.....	155
Quadro 34: Ações e medidas de Infraestrutura/Outros projetos específicos para os trechos identificados.....	156
Quadro 35: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Outros Projetos Específicos.....	159
Quadro 36: Estratégias e atores - Sistema de Drenagem Sustentável e Pavimentação.....	160
Quadro 37: Estratégias e atores - Sistema de Tratamento Sanitário.....	161
Quadro 38: Estratégias e atores - Sistema de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos.....	162
Quadro 39: Estratégias e atores - Passeios e Praças Públicas.....	164
Quadro 40: Estratégias e atores - Trânsito.....	167
Quadro 41: Estratégias e atores - Segurança Pública.....	169
Quadro 42: Estratégias e atores - Outros Projetos Específicos.....	171
Quadro 43: Ações e medidas de Meio Ambiente/Recuperação de áreas degradadas para todos os setores/trechos.....	174
Quadro 44: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/ Recuperação de áreas degradadas.....	175
Quadro 45: Ações e medidas de Meio Ambiente/Paisagismo para todos os setores/trechos.	176
Quadro 46: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/ Paisagismo.	177
Quadro 47: Ações e medidas de Meio Ambiente/Fiscalização e monitoramento para todos os setores/trechos.	178
Quadro 48: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Fiscalização e Monitoramento.....	180
Quadro 49: Ações e medidas de Meio Ambiente/Educação Ambiental para todos os setores/trechos.	181
Quadro 50: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Educação Ambiental.....	182
Quadro 51: Ações e medidas de Meio Ambiente/Unidades de Conservação para os trechos identificados.....	183
Quadro 52: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Unidades de Conservação.....	184
Quadro 53: Ações e medidas de Meio Ambiente/Áreas de Preservação Permanente para todos os setores/trechos.....	185
Quadro 54: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Áreas de Preservação Permanente.	186
Quadro 55: Estratégias e atores - Recuperação de Áreas Degradadas e Paisagismo.....	187
Quadro 56: Estratégias e atores - Monitoramento, Fiscalização e Educação Ambiental.	188
Quadro 57: Estratégias e atores - Unidades de Conservação e APPs.	189

Quadro 58: Ações e medidas de Normatização/Uso da faixa de areia no veraneio para os setores/trechos identificados.	191
Quadro 59: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Uso da faixa de areia no veraneio.	193
Quadro 60: Ações e medidas de Normatização/Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação para todos os setores/trechos.	194
Quadro 61: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação.	195
Quadro 62: Ações e medidas de Normatização/Fiscalização e monitoramento para todos os setores/trechos.	196
Quadro 63: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Fiscalização e monitoramento.	197
Quadro 64: Ações e medidas de Normatização/Ações civis públicas para todos os setores/trechos.	198
Quadro 65: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Ações civis públicas.	199
Quadro 66: Ações e medidas de Normatização da orla/Licenciamento para todos os setores/trechos.	200
Quadro 67: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização da orla/licenciamento.	200
Quadro 68: Ações e medidas de Normatização da orla/Regularização fundiária para todos os setores/trechos.	201
Quadro 69: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização da orla/Regularização fundiária.	201
Quadro 70: Ações e medidas de Normatização da orla/Uso do ambiente aquático para os trechos aquáticos.	202
Quadro 71: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização da orla/Uso do ambiente aquático.	203
Quadro 72: Estratégia definida para todos os temas levantados.	204
Quadro 73: Ações e medidas de Turismo e Lazer/Esporte e lazer para trechos identificados.	206
Quadro 74: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo e Lazer/Esporte e lazer.	207
Quadro 75: Ações e medidas de Turismo/Turismo ecológico de aventura para todos os setores/trechos.	208
Quadro 76: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Turismo ecológico de aventura.	209
Quadro 77: Ações e medidas de Turismo/Gastronomia para todos os setores/trechos.	210
Quadro 78: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Gastronomia.	211
Quadro 79: Ações e medidas de Turismo/Marina e portos de recreio para os trechos identificados.	212
Quadro 80: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Marina e portos de recreio.	214
Quadro 81: Ações e medidas de Turismo/Terminais turísticos para o Setor Rio Itajaí.	215
Quadro 82: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Terminais turísticos.	216
Quadro 83: Estratégias de turismo para todos os setores/trechos.	217

Quadro 84: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Praia Brava.	218
Quadro 85: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Cabeçudas/Atalaia.	220
Quadro 86: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Saco da Fazenda.	221
Quadro 87: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Rio Itajaí.....	222
Quadro 88: Cronograma de execução das ações e medidas de Urbanização para os Setores: Praia Brava, Cabeçudas/Atalaia, Saco da Fazenda e Rio Itajaí.....	223
Quadro 89: Estratégias de urbanização de todos os setores/trechos.	225
Quadro 90: Oficina 2, dividida em duas partes.....	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Figura 1: Vista Geral de Balneário Camboriú tendo como referência a Praia Brava – Itajaí (SC).	18
Figura 2: Abrangência do Projeto Orla em Itajaí - SC.....	23
Figura 3: Área 1 - da Praia da Caverna do Morcego até Ponta do Farol.....	25
Figura 4: Área 2 - da Ponta do Farol até a Praia do Jeremias.....	26
Figura 5: Área 3 - Praia do Jeremias até a ponta do molhe do canal de acesso ao porto de Itajaí.	27
Figura 6: Temperatura média, média da temperatura mínima e da máxima do município de Itajaí – SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.	29
Figura 7: Temperatura mínima absoluta de Itajaí – SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.	29
Figura 8: Temperatura máxima absoluta de Itajaí – SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.....	30
Figura 9: Precipitação total, precipitação máxima em 24 horas e dias mensais de chuva média de Itajaí – SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.	31
Figura 10: Velocidade média do vento do município de Itajaí – SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.	31
Figura 11: Direção dos ventos predominantes do município de Itajaí – SC.....	32
Figura 12: Linha do Tempo com as enchentes e/ou inundações na região do Vale do Itajaí e no município de Itajaí (Fotos do Acervo da Fundação Genésio Miranda Lins).	36
Figura 13: Mapas Enchentes 1983, 1984, 2008 (Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí, 2006 e 2009).	38
Figura 14: Vista Geral da Marina Itajaí no Saco da Fazenda.	54
Figura 15: Vista do Centreventos durante a Volvo Ocean Race.	56
Figura 16: Vista dos barcos participantes da Regata Jacques Vabre.	57
Figura 17: Proposta da nova bacia de evolução do Complexo Portuário de Itajai. Fonte: http://www.portoitajai.com.br/novo/img/noticias/foto/509.jpg	58
Figura 18: Unidades de Gestão - Projeto Orla de 2003.....	62
Figura 19: Área de abrangência do Projeto Orla.....	63
Figura 20: Linha do tempo – Plano Diretor.	70
Figura 21: Fluxograma para elaboração do diagnóstico para o Projeto Orla em Itajaí – SC (Adaptado do Manual do Projeto Orla – Guia de Implementação).	73
Figura 22: Capacitação na Secretaria de Turismo de Itajaí.	81
Figura 23: Apresentação da Oficina I - representante da SPU/Brasília.....	81
Figura 24: Apresentação dos fundamentos do Projeto Orla pela representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA.	82
Figura 25: Saída de Campo para desenvolvimento do perfil de cenários no Trecho Atalaia.	84
Figura 26: Saída de Campo para desenvolvimento do perfil de cenários no trecho Canto do Morcego.	84
Figura 27: Saída de Campo para desenvolvimento do perfil de cenários no trecho Praia Brava.	85
Figura 28: Setores identificados e delimitados durante as oficinas do Projeto Orla de Itajaí....	89
Figura 29: Setor Praia Brava - Praia Brava Sul.	90
Figura 30: Setor Praia Brava - Praia Brava Centro.....	91
Figura 31: Setor Praia Brava - Cassino da Lagoa.	92
Figura 32: Setor Praia Brava – Praia Brava Norte.....	93

Figura 33: Setor Praia Brava - Canto do Morcego.....	94
Figura 34: Setor Cabeçudas/Atalaia - Promontório de Cabeçudas.	95
Figura 35: Setor Cabeçudas/Atalaia – Cabeçudas.....	96
Figura 36: Setor Cabeçudas/Atalaia – Atalaia.....	97
Figura 37: Setor Cabeçudas/Atalaia - Molhes da Barra.....	98
Figura 38: Setor Saco da Fazenda – Saco da Fazenda.....	99
Figura 39: Setor Rio Itajaí - Rio Itajaí.....	100
Figura 40: Levantamento dos setores e trechos de análise para a caracterização do município de Itajaí e classificação segundo Projeto Orla . Fonte: adaptado PGI Itajaí, 2003.....	103



1. APRESENTAÇÃO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). Tais ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos especialmente nas áreas de domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial por meio de uma ampla articulação entre as três esferas de governo, sociedade e iniciativa privada. Os objetivos do Projeto Orla estão baseados no fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço, assim como no desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada.

Buscando valorizar ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos, o Projeto Orla para o município de Itajaí visa responder a uma série de desafios prementes, atuais e complexos tais como a proteção dos ecossistemas, o desenvolvimento ordenado e a mediação de interesses existentes. O presente processo teve grande interatividade entre os mais diferentes atores sociais por meio de Oficinas de Gestão com a participação de mais de 65 diferentes instituições representantes dos mais diferentes segmentos sociais, governamentais e setoriais do município de Itajaí. Como resultado foi possível concretizar um plano de ações realista para a orla de Itajaí tendo como referência cenários que compatibilizam a necessidade de conservação e de desenvolvimento ordenado do município.

São apresentadas nesta proposta de planos de gestão com os seguintes temas: infra-estrutura, meio ambiente, normatização da orla, turismo e lazer e urbanização. Os planos de ação são apresentados de tal forma que possa ter o entendimento do seu processo de diagnóstico atual, assim como apresenta os diferentes passos necessários para implementar o plano por meio da adoção das ações, assim como as fases de implementação, e avaliação. Estes são ainda apresentados por meio da sua finalidade, tempo de execução, atores responsáveis pela execução e finalmente por meio de propostas de integração entre atores. Importante ainda considerar o processo de formação e composição do Comitê Gestor da Orla – órgão colegiado, consultivo e deliberativo que possibilitará a condução das ações por meio de um amplo processo de planejamento participativo.

O estabelecimento de critérios para destinação de usos de áreas da União, visando o uso adequado de áreas públicas assim como a existência de espaços estratégicos e de recursos naturais protegidos se configuram como desafios para gestão da orla para o município de Itajaí. Os resultados obtidos demonstram a necessidade de que outras políticas públicas, tais como o Plano de Diretor, o Sistema de Unidades de Conservação, entre outros, se integrem a fim de gerar meios para que o município de Itajaí gere seguridade legal para a sociedade e também para o setor empresarial que deseja investir no município.

A contribuição maior deste produto também está em promover a arte de proteger, conservar e desenvolver o território de forma sustentável a fim de que os serviços ambientais ali incidentes assegurem sua funcionalidade e propriedades constitutivas – sendo estes elementos fundamentais para o futuro promissor de Itajaí.



2. INTRODUÇÃO

A implementação do Projeto Orla em Itajaí não é uma atividade recente, visto que no ano de 2003 foi realizada uma iniciativa para a elaboração de um plano de gestão considerando suas bases conceituais tendo como referência somente o setor da praia Brava. Nesta época ONG's com foco nas questões ambientais, notadamente a “Voluntários pela Verdade Ambiental” se empenharam na preservação da vegetação de restinga da Praia Brava, esforço que resultou numa ação judicial que teve como consequência a retirada dos vários bares localizados sobre a faixa de restinga. No entanto, a forte dinâmica do uso e ocupação do solo nos últimos oito anos tornou a proposta obsoleta principalmente frente as demandas econômicas advindas do forte processo de conurbação entre os municípios de Itajaí e Balneário Camboriú (Figura 1) evidenciando a necessidade de ampliar a área de abrangência.



Figura 1: Figura 1: Vista Geral de Balneário Camboriú tendo como referência a Praia Brava – Itajaí (SC).

Cabe destacar que a própria evolução conceitual do Projeto Orla levou a uma mudança substancial de como os municípios costeiros consideram esta política pública um instrumento capaz de nortear a preservação, a conservação e o desenvolvimento rumo à sustentabilidade, assim como os desafios futuros frente às mudanças climáticas globais.

Na presente fase do processo, é evidente que o Projeto Orla deve cumprir sua função socioambiental em uma das áreas mais visadas para a ocupação e conservação do território catarinense – a orla. O ordenamento territorial da orla, a partir de regras claras que conduzam ao seu uso sob princípios da precaução, da sustentabilidade, da preservação ambiental deverá ser um dos principais ganhos imediatos para o município de Itajaí, além do incremento da arrecadação sobre as atividades instaladas nessa faixa do litoral.

O Projeto Orla no município de Itajaí teve forte participação popular, foi registrada no seminário realizado na Câmara de Vereadores, nas duas oficinas e nas seis reuniões públicas (três setorizadas) a participação de 65 entidades.

O Plano de Gestão Integrada - PGI apresentado é constituído por quatro importantes fases: 1. um levantamento da realidade local baseado no histórico da região de intervenção; 2. um diagnóstico baseado na percepção e vivência das mais de 65 instituições governamentais, não-governamentais e iniciativa privada; 3. o desenvolvimento do plano de gestão tendo como referência os temas mais relevantes e atuais para o município de Itajaí e ainda 4. pela instalação do Comitê Gestor da Orla.

O Plano de Gestão apresenta a definição, caracterização e diagnóstico dos diferentes setores e trechos do município de Itajaí, assim como as bases do processo de gestão costeira para a sua consecução. É um guia para que os órgãos governamentais (Secretarias, Defesa Civil, entre outros), sociedade e empresários obtenham informações acerca das possibilidades de conservação e investimento no âmbito da orla, e possam entender a fragilidade inerente dos ecossistemas ali presentes. O Plano de Gestão aborda boa parte da orla do município, sendo que a área de abrangência do Projeto Orla em Itajaí definida nas várias oficinas e reuniões vai do Ribeirão Ariribá (divisa com o município de

Balneário Camboriú) passando pela praia Brava, praia de Cabeçudas, praia da Atalaia, Saco da Fazenda até o píer Turístico situado na margem do rio Itajaí, na zona central.

A presente proposta busca consolidar um plano de gestão a fim de guiar o desenvolvimento do município de forma definitiva tendo como foco a heterogeneidade e particularidade dos diversos setores costeiros do município. Optou-se pela valorização da paisagem, dos atrativos turísticos e da proteção física da orla de forma madura e consciente tendo também como base o cenário atual e desejado do município economicamente mais rico de Santa Catarina.

O desafio de superar as injustiças sociais, de manter a conservação da orla e desenvolver trechos dentro dos limites possíveis da sua resiliência é considerado como elemento fundamental a fim de procurar a valorização do convívio e respeito mútuo entre os diferentes interessados.

Em uma segunda fase é esperado que o Comitê Gestor coloque em prática os planos aqui estabelecidos de forma compromissada e participativa por meio de ações e medidas necessárias para a mediação de interesses e mitigação dos problemas e conflitos existentes. É um passo fundamental para que as estratégias aqui previstas possam ser implementadas e legitimadas de forma transparente independente do período e ciclos políticos existentes.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Diagnosticar os setores homogêneos e trechos da orla de Itajaí sob o ponto de vista ambiental, social e econômico a fim de compatibilizar as políticas sociais, ambientais e patrimoniais do governo federal com as respectivas políticas municipais, estabelecendo diretrizes para o ordenamento do uso e ocupação da orla.

3.2. Objetivos Específicos

- A.** Identificar e avaliar os principais temas ambientais, sociais e institucionais na orla de Itajaí assim como suas implicações;
- B.** Selecionar os temas sobre os quais se enfocará os esforços a iniciativa de gestão da Orla;
- C.** Definir as metas para a gestão ordenada da orla do município de Itajaí – SC tendo como referência um programa de ordenamento da Orla;
- D.** Fortalecer a capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e da sociedade civil na gestão da orla;
- E.** Desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada e compartilhada;
- F.** Compatibilizar atividades socioeconômicas com o desenvolvimento sustentável.



4. AREA DE ESTUDO

4.1. Dados Geográficos de Itajaí

Itajaí possui uma área de 304 km² e localiza-se nas coordenadas de 26° 54' de latitude Sul e 48° 39' de longitude Oeste. Ao Norte faz divisa com o Município de Navegantes, ao Sul com Balneário Camboriú e Camboriú, ao Oeste com os municípios de Ilhota e Brusque e ao Leste com o Oceano Atlântico.

Distante 100 km da capital, Florianópolis, integra juntamente com Camboriú, Ilhota, Navegantes, Penha, Piçarras, Barra Velha, Itapema, Bombinhas e Porto Belo a Associação dos Municípios da Foz do rio Itajaí – AMFRI assim como é centro administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí – SDR.

A área de abrangência do Projeto Orla em Itajaí vai do Ribeirão Ariribá (divisa com o município de Balneário Camboriú) passando pela praia Brava, praia de Cabeçudas, praia da Atalaia, Saco da Fazenda até o píer Turístico situado na margem do rio Itajaí, na zona central do município (figura 2).

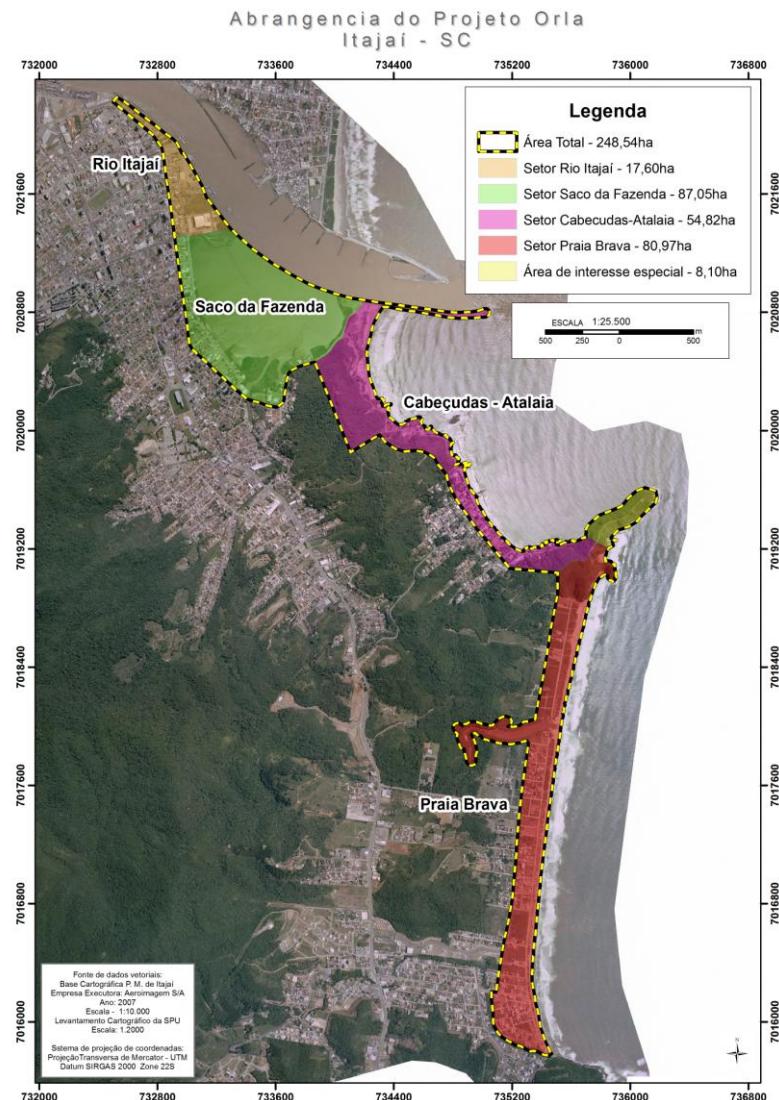


Figura 2: Abrangência do Projeto Orla em Itajaí - SC.

4.2. Descrição da Orla

4.2.1. O Estuário do rio Itajaí

A **descarga fluvial, regime de maré** e a **morfologia**, juntos definem a característica hidrodinâmica de um estuário, que por sua vez define como ocorre a mistura entre água doce e salgada, podendo assim classificar um estuário.

Considerada como a principal das mudanças na hidrodinâmica estuarina. A descarga varia conforme a precipitação da chuva em toda a bacia hidrográfica, a qual tem uma forte influência no **transporte de sedimentos**, na **cunha salina, nível do rio e pluma**. O Itajaí-açú nos últimos 12 anos

apresentou uma vazão média aproximadamente 265 m³/s com um pico máximo de 3474 m³/s e mínimo de 17 m³/s.

Durante períodos de **alta descarga fluvial**, a **pluma** do estuário do rio Itajaí-açu fica bem visível, o que demonstra elevada concentração de sedimentos sendo lançados na região adjacente. Em períodos de baixa descarga essa pluma não se torna visível. **A baixa descarga fluvial** faz com que grande parte do sedimento fique aprisionado dentro do estuário, modificando a morfologia, ou seja, favorecendo para o assoreamento do canal. Com isso, através de dragagens periódicas, consegue-se manter a profundidade do canal.

No que se refere as marés, o estuário do rio Itajaí-açu é considerado ambiente de micro-maré, sua variação de maré é baixa, tendo uma altura média de **maré** no baixo estuário de 0,8 m, com máxima de 1,2 m durante períodos de sizígia e 0,3 durante os períodos de quadratura.

4.2.2. Os Costões e a Linha de Costa do Município de Itajaí

A linha de costa do Município de Itajaí apresenta aproximadamente 7 km de extensão, caracterizada pela projeção de um promontório (istmos) na localidade de Cabeçudas e afloramentos de rocha emersas e imersas seguindo em direção norte, esta feição geológica determinando que metade deste perímetro seja formada por praias de substrato consolidado os costões rochosos, intercalados por praias arenosas.

Esta área de costão é diretamente influenciada pelas águas do rio Itajaí-açu que influenciam a salinidade nos períodos de chuva e transportam os nutrientes que enriquecem esta parcela da costa catarinense. Isto faz com que as macroalgas se desenvolvam nas rochas e incrementem toda a biomassa nestes costões, o que constitui um forte atrativo para o abrigo e alimento de animais de diversos grupos zoológicos, inclusive para uma população de pescadores artesanais que tem nesta área a sua base de sobrevivência.

Outra característica peculiar dos costões de Itajaí se deve ao fato de serem constituídos por rocha metamórfica com a presença de diques e fendas

paralelas. Esta constituição sob ação das ondas, correntes e ventos determina a formação de tocas que vão de micro-habitats nas fissuras e reentrâncias à habitats maiores junto aos matações (grandes rochas fragmentadas) ou cavernas, como a Caverna do Morcego na Praia Brava.

Nesta paisagem que intercala morros, praias rochosas e arenosas é possível discriminar uma seqüência de oito trechos diferenciáveis, os quais considerando as características urbanas, paisagísticas e sócio econômicas foram aglutinados em três Unidades de Costão segundo o Projeto Orla: Área 1, Área 2 e Área 3 (SPDU - Figuras 3,4 e 5).

A partir do extremo sul do município de Itajaí, estas três áreas são abaixo localizadas e caracterizadas a seguir:

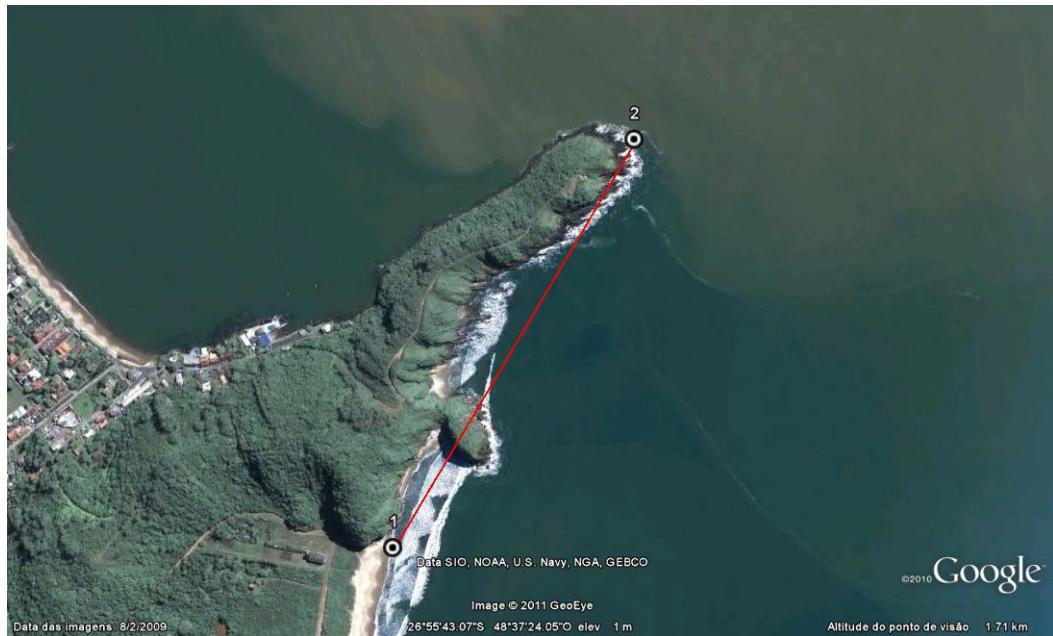


Figura 3: Área 1 - da Praia da Caverna do Morcego até Ponta do Farol.

Localização: Face leste do Promontório de Cabeçudas, incluindo Praia da Caverna do Morcego (26°55'56.73"S/48°37'33.51"O), Praia da Solidão e Ponta do Farol (26°55'31.88"S/48°37'17.04"O).

Caracterização: Esta unidade é composta basicamente por costões expostos, ou seja, batidos pelas ondulações e ventos mais intensos vindos do quadrante sul e leste, se caracterizam por apresentar paredões verticais de onde se desprenderam grandes blocos de matações em consequência do impacto de

ondas. Este contorno determina um habitat com reduzida disponibilidade de proteção para a biota em relação ao costão abrigado e assim, forma um ambiente com menor diversidade de espécies presentes.

Na faixa de costões rochosos sujeita a ação direta do mar, a maior energia das ondas nesta área, reduz a fixação e o desenvolvimento de algas e invertebrados sobre as rochas, sendo que os organismos presentes possuem eficientes estruturas corpóreas de proteção e fixação.

A restinga, vegetação é composta de cactos, gramíneas e plantas superiores de baixo porte, devido a ação implacável de ventos intensos, solo pouco estruturado e, consequentemente, seco.

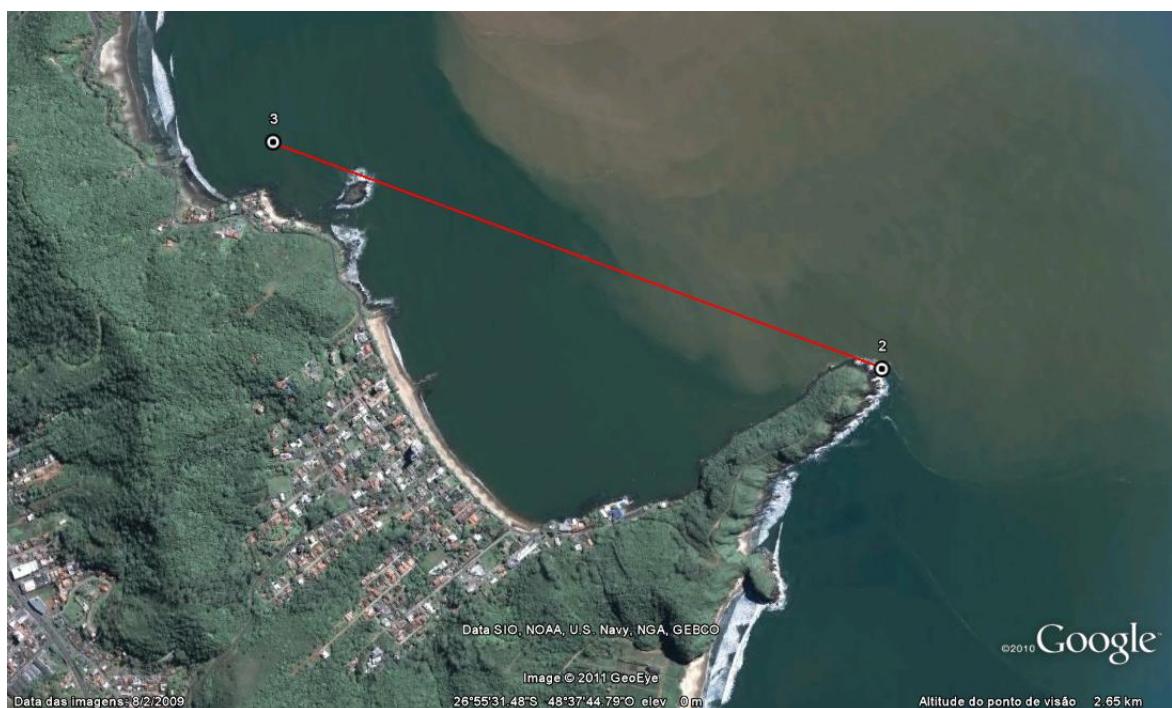


Figura 4: Área 2 - da Ponta do Farol até a Praia do Jeremias.

Localização: Face oeste do Promontório de Cabeçudas, a partir da Ponta do Farol ($26^{\circ}55'31.88"S/48^{\circ}37'17.04"O$), até a Praia do Jeremias ($26^{\circ}55'12.66"S/48^{\circ}38'14.91"O$), passando pela Praia de Cabeçudas, Costão do Jardim José Zwolfer e o Bico do Papagaio.

Caracterização: Esta unidade caracteriza-se por ser um costão do tipo protegido, ou seja, com baixo hidrodinamismo, onde a ausência de ondas fortes colaborou na conservação dos matacões e nos fragmentos menores de

rochas que são observados nas marés baixas junto a praia e se estendem, constantemente imerso, por toda a área.

Esta morfologia do substrato com fragmentação rochosa traduz em um alto nível de complexidade estrutural física do meio, amplia a superfície do costão desta área, proporcionalmente a quantidade de reentrâncias das rochas, fato que também favorece a disponibilização de uma grande área para fixação e abrigo em macro e micro habitats para os organismos bentônicos, formando uma comunidade heterogênea com uma teia trófica complexa, superior em número e diversidade biológica se comparado com a Área 1 onde o costão é exposto.

Esta redução de ondas e correntes também permite às algas crescerem e se desenvolverem, apresentando uma biomassa superior que no costão exposto.

Também, resultante desta menor energia, principalmente na ação do vento, a vegetação de restinga tende a apresentar indivíduos de maior porte, com algumas plantas alcançando um porte arbóreo, apesar das condições edáficas semelhantes as da Área 1 onde há maior exposição as intempéries.

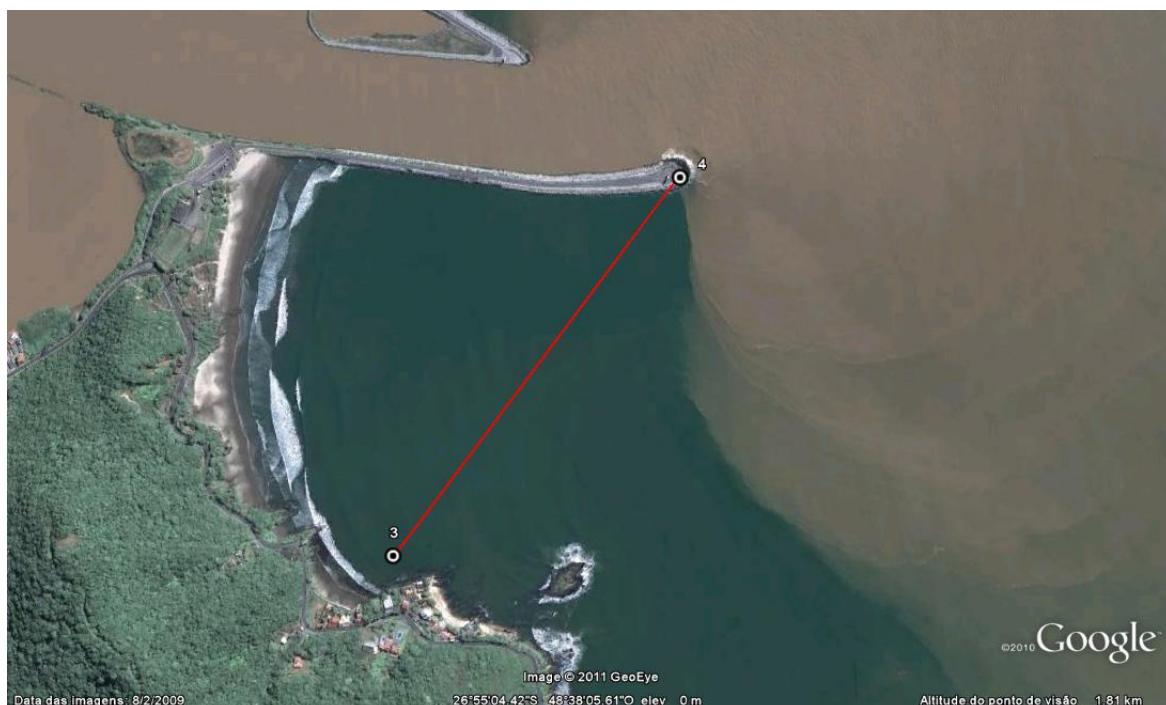


Figura 5: Área 3 - Praia do Jeremias até a ponta do molhe do canal de acesso ao porto de Itajaí.

Localização: Praia do Jeremias (26°55'12.66"S/48°38'14.91"O) até a ponta do molhe do canal de acesso ao porto de Itajaí (26°54'53.65"S /48°37'59.76"O), passando pela Praia da Atalaia.

Caracterização: Na Área 3 é incluído o molhe da Atalaia, edificado na década de 50 para consolidar a barra do Rio Itajaí-açu, que apesar de ser uma obra artificial consiste na prática um substrato consolidado com as mesmas características do ambiente rochoso natural e, por sua magnitude, assume uma importância semelhante ao Promontório de Cabeçudas.

Este molhe, pelo fato de ter sido edificado com blocos de rochas de 1 à 3 toneladas sobrepostos, formaram um conjunto de espaços que foram colonizados por invertebrados marinhos agora são base da cadeia trófica local, que também suporta pescadores profissionais e amadores que se dedica a pesca como forma de lazer.

As maiores formações rochosas nesta área estão atualmente emersas na praia arenosas, abrigando organismos que suportam longos períodos de dissecação. Contudo, revelam vestígios esculpidos nas rochas, de quando eram ocupados por densas colônias de macro invertebrados, como as tocas de ouriços-do-mar.

Também, se caracteriza por apresentar uma grande extensão de praia arenosa dissipativa (larga e de baixa declividade), a Praia da Atalaia com 800 m, é a preferida dos banhistas em Itajaí e, consequentemente, a mais impactada das três áreas em questão.

4.3. Características Físicas

4.3.1. Clima de Itajaí

A temperatura média anual é de 20,4°C. Os meses mais frios são Junho (16,3°C), Julho (15,4°C) e Agosto (16,5°C). Os mais quentes são Janeiro (24,7°C), Fevereiro (24,8°C) e Março (23,8°C), ou seja, temos as estações do ano bem definidas, o inverno frio e o verão quente (Figura 6).

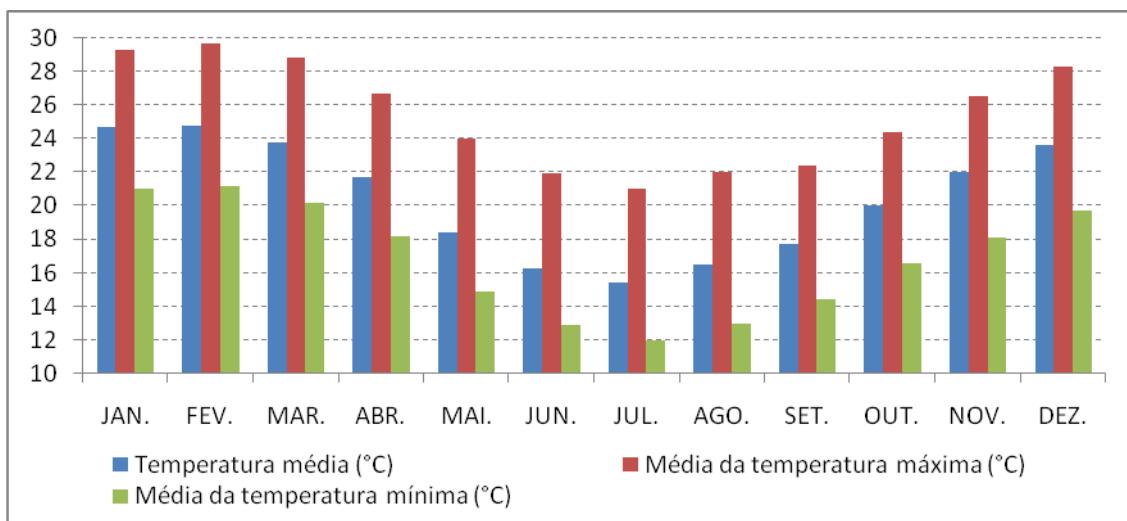


Figura 6: Temperatura média, média da temperatura mínima e da máxima do município de Itajaí - SC.
Fonte: EPAGRI/CIRAM.

Outra característica do clima de Itajaí são as entradas de frentes frias vindas do sul e massas de ar quente durante todo o ano, e por esse motivo já foram registradas temperaturas de inverno no verão e altas temperaturas no inverno (figura 7 e 8). A menor temperatura registrada no município foi de 0,5°C negativo em Agosto de 1991 e a maior temperatura foi de 38,4°C em Dezembro de 1980.

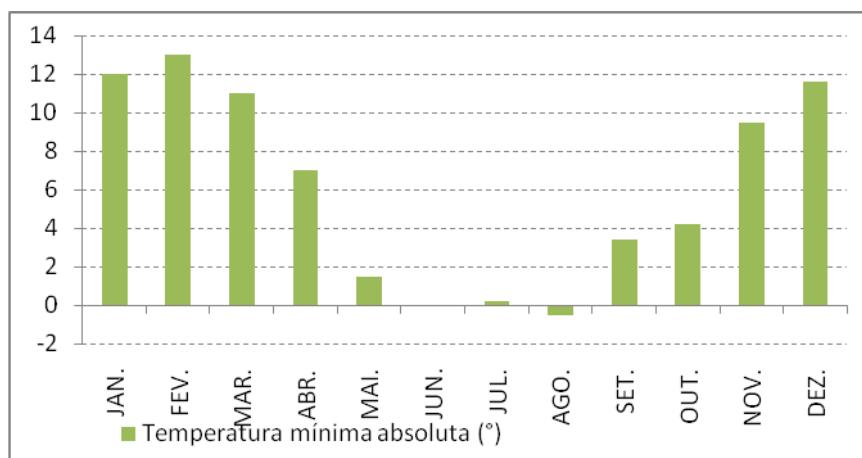


Figura 7: Temperatura mínima absoluta de Itajaí - SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.

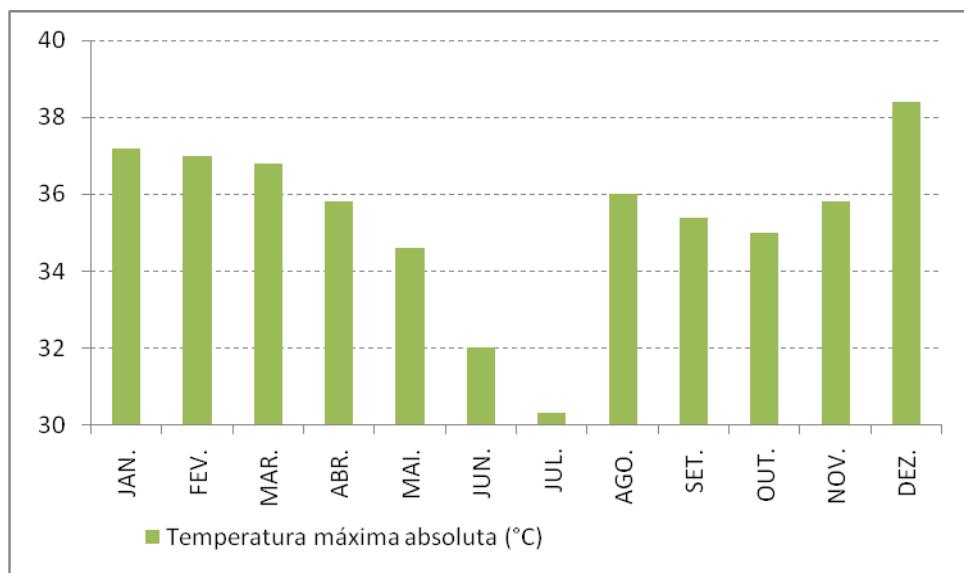


Figura 8: Temperatura máxima absoluta de Itajaí - SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.

O município de Itajaí possui boa distribuição de chuvas durante o ano com uma média de 1.755 milímetros, sem estação seca, com médias mensais acima de 80 mm (figura 9). No verão e primavera as chuvas são abundantes e no outono e inverno os totais são menores. As chuvas no verão e primavera são convectivas, ou seja, o predomínio de pancadas de chuva pelo aquecimento e no outono e inverno o predomínio são de chuvas frontais (passagem de frentes frias). O mês mais chuvoso registrado foi em Novembro de 2008 com 725,1 mm. A maior chuva concentrada em 24 horas foi em Novembro de 2003 com 231 mm. Outra característica é que a média de dias de chuva por mês é de 14 dias (com alguma precipitação), sendo primavera e verão com mais dias de chuva e outono e inverno com menos.

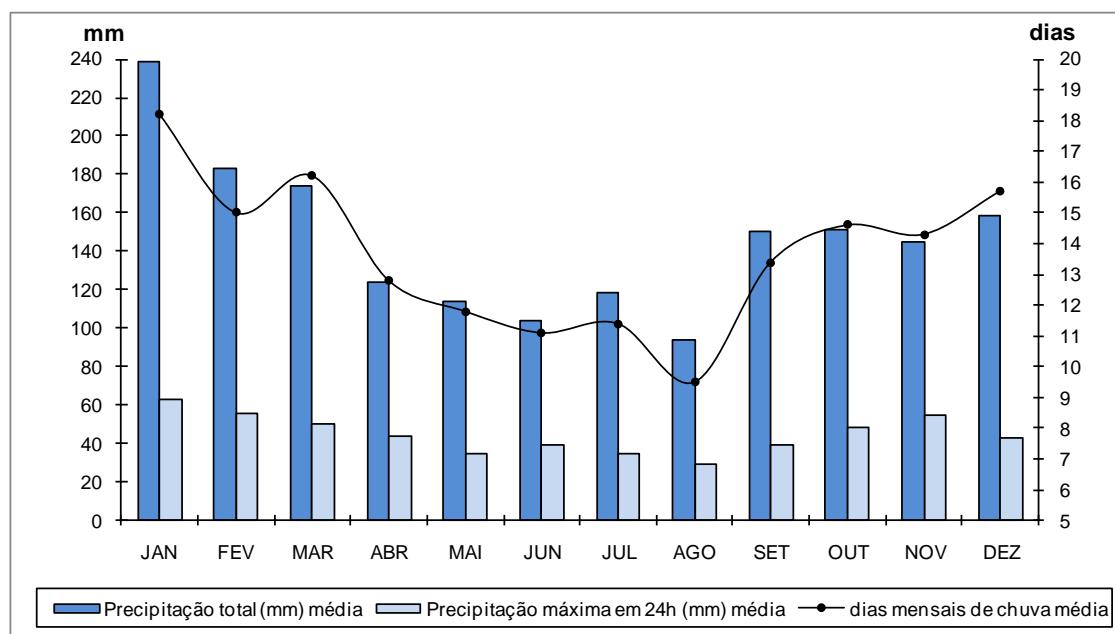


Figura 9: Precipitação total, precipitação máxima em 24 horas e dias mensais de chuva média de Itajaí - SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.

Os ventos no município tem uma velocidade média de 7 km/h mensais (figura 10), sendo um pouco mais fortes no verão e primavera.

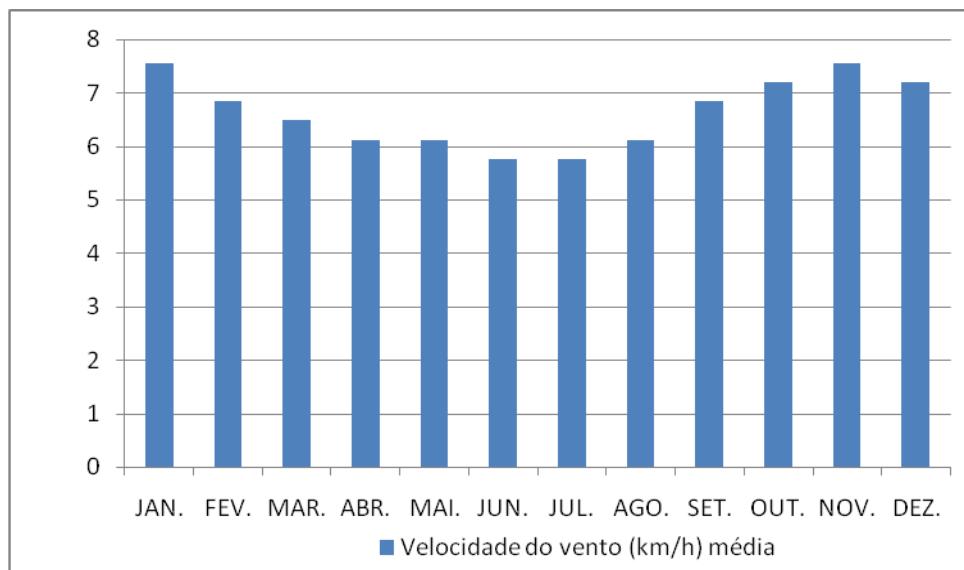


Figura 10: Velocidade média do vento do município de Itajaí - SC. Fonte: EPAGRI/CIRAM.

A velocidade média das rajadas máximas de vento no período entre 1999 e 2011 é de 59,2 km/h. A maior rajada registrada foi em Fevereiro de 2007 com 79 km/h (registros da estação meteorológica da UNIVALI). As rajadas mais fortes também se concentram no verão e primavera devido a

fortes instabilidades. A direção predominante dos ventos (figura 11) é de Sudoeste (225°) nos meses de Fevereiro à Julho (parte do verão, outono e parte do inverno) e de Nordeste (45°) de Agosto à Janeiro (parte do inverno, primavera e parte do verão).

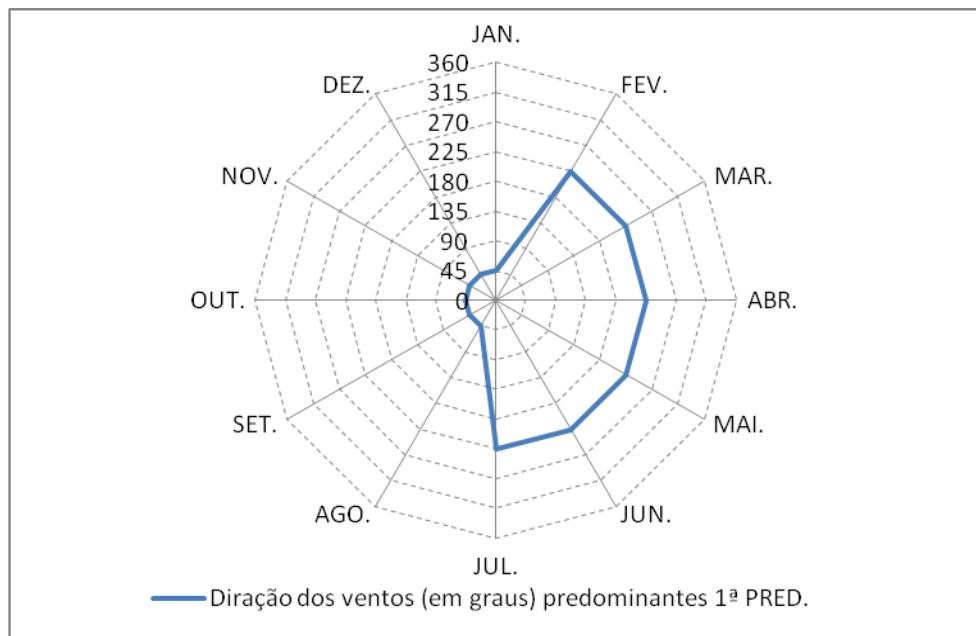


Figura 11: Direção dos ventos predominantes do município de Itajaí - SC.
Fonte: EPAGRI/CIRAM.

Em Itajaí tem-se predomínio de nebulosidade em relação há dias ensolarado. A média mensal é de 66% de nebulosidade no céu. Na primavera e verão temos maior nebulosidade e menor no outono e inverno. Essa característica deve-se a proximidade do oceano. O município tem uma média mensal de insolação de 151 horas. Os dados meteorológicos registram geadas nos meses de Maio à Agosto. A média de dias de frio com temperaturas inferiores a $7,2^{\circ}\text{C}$ é de oito dias, concentrando-se nos meses de Abril à Outubro.

4.3.2. Geologia

A região de topografia acidentada, formada por estrutura cristalina do período algonquiano, litologicamente formada por quartzitos, filitos e mármore. Esta região situa-se na parte sul do município, onde se destacam a serra de

Camboriú, na divisa Itajaí/Camboriú; serra do Brilhante, também divisa Itajaí/Brusque.

Dentro da área do município, na faixa compreendida entre a divisa de Itajaí/Camboriú, até atingir o Rio Itajaí-Mirim, aparece uma série de elevações que recebem as denominações de Morro do Gavião, Morro da Canhanduba, Morro de Cabeçudas.

Na faixa compreendida entre o Rio Itajaí-Mirim e a divisa com o município de Ilhota, aparecem duas elevações denominadas Morro da Onça e Morro da Espinheira.

A segunda região da planície é constituída de sedimentos recentes, do período quaternário, litologicamente formado de cascalhos pleistocênicos encontrados nas partes baixas e colinas marginais, e por sedimentos flúvio-marinhos na região nordeste do município.

As restingas são parcialmente cobertas por aluviões do Rio Itajaí-Mirim, cujas margens são por isso, ligeiramente elevadas. As planícies costeiras, que evidenciam ações e processos marinhos e eólicos, ocorrem no litoral de Piçarras e Navegantes e nos vales dos rios Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim. No que se refere as planícies fluviais salientam-se no médio vale do rio Itajaí-Mirim, no baixo vale do rio Luís Alves e no vale do rio Camboriú. Destaca-se ainda as Serras do leste catarinense, com baixa altimetria, aparecem na ponta de Penha e no restante da microrregião. Toda a costa apresenta pontas, promontórios, praias, enseadas e ilhas.

4.4. Características Sócioeconômicas

De acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Itajaí, o município apresenta as características descritas nos parágrafos seguintes.

É um município pertencente à Foz do Rio Itajaí, a qual possuía 183.373 habitantes em 2010. Está situada em uma localização estratégica, assim considerada por possuir o Porto de Itajaí, estar próxima ao Aeroporto de Navegantes, além de centros industriais e turísticos como Blumenau e Balneário Camboriú.

Em 2011, possuía um PIB per capita da ordem de R\$99.923,47, colocando-o na 2^a posição do ranking estadual e na 23^a posição do ranking nacional. No período de 2002 a 2011, o PIB per capita do município apresentou evolução de 386,5%. No comparativo da evolução do PIB ao longo do período de 2002 a 2009, o município apresentou um crescimento acumulado de 245,63%, contra um aumento estadual de 132,91%. Na avaliação dos setores produtivos de Itajaí, o setor de serviços contribuiu com 54%, os impostos contribuíram com 32% e a indústria contribuiu com 10% do Valor Adicionado Bruto municipal. Itajaí apresentou em 2011 déficit da ordem de US\$ 5,8 bilhões, um desempenho 32% inferior ao ano anterior, quando registrou déficit de US\$ 4,4 bilhões de acordo com os dados do IBGE.

No município o total de famílias inscritas no Cadastro Único em fevereiro de 2014 era de 7.965 dentre as quais 2.263 com renda per capita familiar de até R\$70,00; 4.635 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00; 6.680 com renda per capita até meio salário mínimo. Dividindo-se a estrutura etária da população em três faixas, município, em 2010, os jovens representavam 31,1% da população, os adultos 60,0% e os idosos 8,9%.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,795, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 1991 e 2010 Itajaí teve um incremento no seu IDHM de 35,20% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (42%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 50,24% entre 1991 e 2010. Itajaí ocupa a 56^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 55 (0,99%) municípios estão em situação melhor e 5.510 (99,01%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, Itajaí ocupa a 14^a posição, sendo que 13 (4,44%) municípios estão em situação melhor e 280 (95,56%) municípios estão em situação pior ou igual.

Em 2010, foram recenseados 64.679 domicílios de Itajaí, sendo 57.731 domicílios permanentes, dos quais 3.029 são Domicílios particulares permanentes rurais e 54.702 são Domicílios particulares permanentes urbanos.

Itajaí possuía a seguinte composição de domicílios particulares permanentes: alugado – 13.199, cedido – 2.624, cedido de outra forma – 2.200, cedido por empregador – 424, outra condição – 77, próprio – 41.853, próprio em aquisição – 3.970, próprio já quitado – 37.883.

Referente à saúde pública de acordo com o IBGE 2009, Itajaí possui 136 estabelecimentos de saúde, entre eles 02 hospitais sendo 01 infantil e outro regional. O número de leitos para internação é de 458.

O município realiza diversos eventos na área de abrangência do Projeto Orla, principalmente no Centreventos Municipal, localizado às margens do saco da fazenda, onde deverá ser instalada a marina pública. Neste local ocorre a Marejada, criada na década de 80 e mais recentemente os eventos náuticos de regata como a *Volvo Ocean Race* e a *Transat Jacques Vabre*. Nas praias ocorrem campeonatos de surf, de futebol de areia, handebol *beach* e outros de maneira eventual.

Estes eventos, juntamente com as praias, são os principais atrativos turísticos do município. A infraestrutura hoteleira do município contempla um total de 21 hotéis e 1.064 leitos, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo.

4.4.1. Enchentes/Inundações no município de Itajaí/SC

A região do Vale do Itajaí e o município de Itajaí, por suas características ambientais, convive com cheias e inundações ao longo de sua história. Na memória de seus moradores, tanto orais quanto escritas, há registros destes processos, que nem sempre tiveram consequências tão graves quanto as que tem acontecido nas últimas décadas, em função dos processos de uso e ocupação do solo no município de Itajaí pouco atentos as condições naturais.

Foram registradas nesta região, até o ano de 2010, o número de 69 enchentes e/ou inundações (FRANK, 2003 e AUMOND *et al*, 2009). Estes dados nos auxiliaram a construir a linha do tempo por década. (Figura 12).

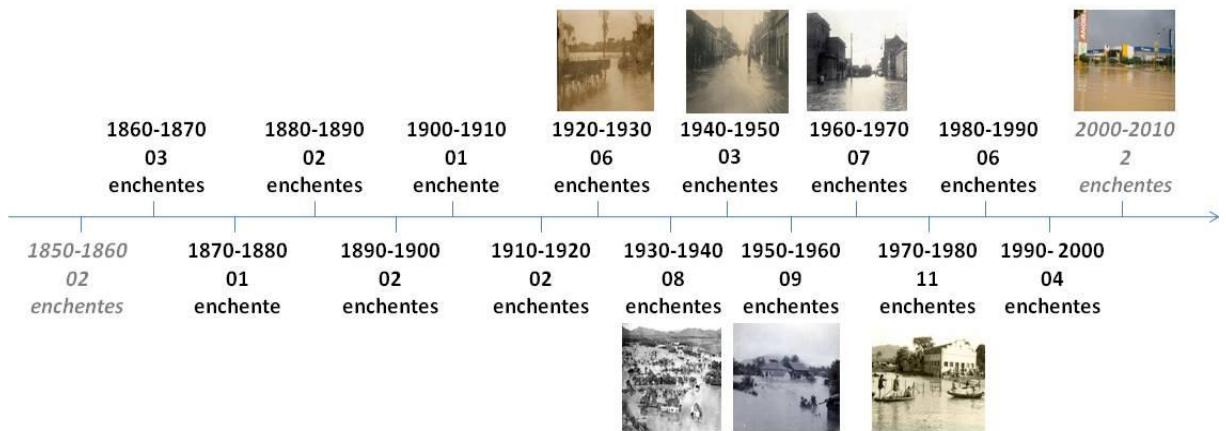


Figura 12: Linha do Tempo com as enchentes e/ou inundações na região do Vale do Itajaí e no município de Itajaí (Fotos do Acervo da Fundação Genésio Miranda Lins).

Algumas enchentes foram registradas de forma mais sistemática, entre estas, as cinco grandes enchentes do século XIX, XX e XXI como nos contam historiadores, cronistas e jornalistas.

As grandes enchentes/inundações da história do município de Itajaí

Vários são os registros históricos e mapeamentos realizados acerca das inundações no rio Itajaí (Figura 13), sendo as mais importantes as seguintes:

1880

Há registros escritos sobre o município de Itajaí de seis enchentes ocorridas até 1880. Mas parece ter sido neste ano que aconteceu a primeira grande enchente, com graves consequências. Esta enchente é relatada por diversos autores.

A grandeza desta enchente pode ser verificada pelo fato de tratar-se da maior cota de inundação registrada na história da região do Vale do Itajaí, atingindo a impressionante marca de 17,10 metros (FRANK, 2003), mais de cinco metros acima da cota de inundação registrada durante a enchente de 2008.

1911

A enchente de 1911 é apontada na bibliografia como uma das enchentes que marcou o município de Itajaí pelo grande estrago causado, fato este que voltou a ser narrado durante a enchente de 2008, quando muitos moradores se relembravam de situações similares que vivenciaram ou ouviram relatos familiares e histórias deste evento. A cota de inundação registrada neste ano foi de 16,90 metros (FRANK, 2003).

1983

As enchentes de 1983 e também de 1984, constituem memória recente dos moradores do município de Itajaí. A relativa proximidade fez com que a mesma servisse de comparação com a enchente de 2008 e estas memórias foram constantemente relatadas (SANTOS, 2010).

Os impactos e os prejuízos na economia catarinense passaram do valor de 1,1 bilhão de dólares (DIAS, 2009). Mostrando que os impactos negativos econômicos e sociais são crescentes conforme o aumento demográfico do Estado e do município, principalmente pela constatação da tendência da expansão urbana ocupar áreas de risco conforme a cidade cresce e novas áreas são requisitadas para ocupação urbana e industrial (SANTOS, 2010).

1984

A enchente de 1984 teve grande impacto sobre o Estado de Santa Catarina, principalmente se considerarmos o fato de ter acontecido um ano após uma enchente que teve grandes proporções na região (TUCCI, 2005).

Esta enchente é comumente lembrada pelos moradores do município de Itajaí junto com a de 1983, fato este que é de fácil compreensão pela grande proximidade entre estas duas grandes enchentes.

2008

O município de Itajaí teve 90% do seu território afetado diretamente pelas águas de novembro de 2008, porém, podemos dizer que 100% do

município foi afetado. Os impactos podem ser observados através dos números descritos por Sevegnani e colaboradores (2009, p. 114).

Em Itajaí (163.218 habitantes) toda a população foi afetada, 100 mil pessoas foram deslocadas, 18.208 desabrigadas, 1.929 desalojadas, 1.800 feridas e cinco mortas. Foram danificadas 28.400 residências, alagadas vinte unidades de saúde pública e 92 de ensino. O porto de Itajaí e centenas de quilômetros de rodovias e suas pavimentações foram danificados pela inundação.

O relato de cheias em agrupamentos humanos é comum na história da humanidade, no entanto, as consequências destas enchentes têm sido cada vez mais graves, em função da pouca atenção que damos aos processos sociais e econômicos de ocupação de territórios sem o devido planejamento e entendimento das características ambientais de cada região.

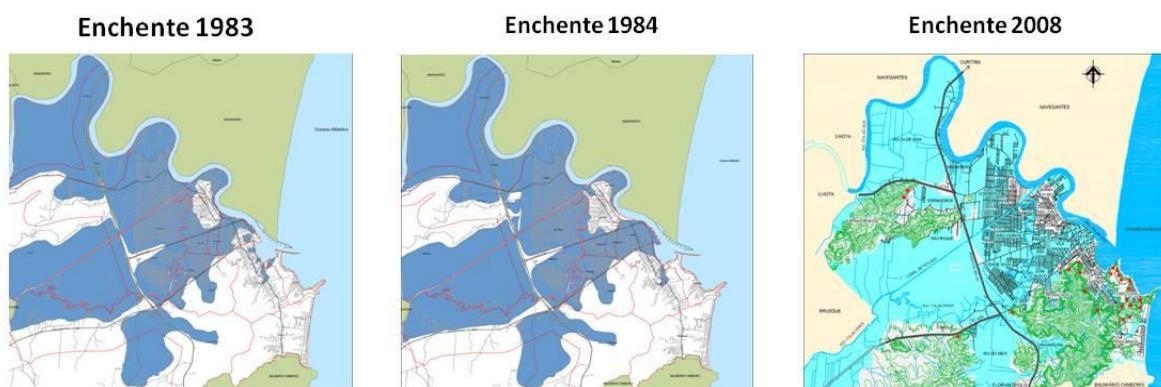


Figura 13: Mapas Enchentes 1983, 1984, 2008 (Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí, 2006 e 2009).

Destacam-se ainda as inundações dos anos de 2011 e 2013 que ocorreram no município de Itajaí.

4.5. Histórico do Município de Itajaí

Conforme nos mostra Edison d'Ávila, em sua obra *"Itajaí – O Começo da História"*, em 1532, quando o Brasil Colonial foi dividido em Capitanias Hereditárias, as terras catarinenses foram incluídas na Capitania de Sant'Ana, doada a Pero Lopes de Souza.

Partindo daí, a ocupação portuguesa e colonização dessa região, a partir do Século XVII, deu-se por conta do interesse da Coroa Portuguesa na exploração de possíveis minas de ouro; e da disputa com a Espanha, que ainda se julgava proprietária das terras catarinenses.

Durante o Século XVII, os paulistas fundaram os primeiros núcleos populacionais do litoral catarinense: São Francisco do Sul (1658); Nossa Senhora do Desterro (1672) e Laguna (1684).

A ocupação das terras do Itajaí, pelo homem branco, segundo Edson D'Ávila, se deu por iniciativa particular de João Dias Arzão, explorador paulista que, há algum tempo, vinha procurando minas de ouro e outros metais preciosos, pelo interior do Brasil. Em 1658, João Dias Arzão requereu e obteve uma Sesmaria – um lote colonial – às margens do Rio Itajaí-Açu, bem em frente à foz do Rio Itajaí Mirim; onde fixou moradia. Sua intenção, no entanto, não era a de fundar um povoado; queria apenas *correr atrás de ouro*, empreitada essa que não teve sucesso.

4.5.1. Os primeiros habitantes e os primeiros colonizadores

Durante centenas de milhares de anos, os primitivos habitantes, naturalmente dependentes da coleta de frutos do mar; iam acumulando, em local apropriado, os restos e cascas de moluscos. Estes montes iam aumentando, a cada geração, e passaram a ser um local bastante apropriado para construir assentamentos.

Os *sambaquianos*, povos construtores de sambaquis, consumiam moluscos, amontoavam as cascas e moravam sobre elas; criando, assim, próximo ao mar, um local alto e seco. Nos sambaquis é possível identificar inúmeros vestígios da ocupação humana, como sepultamentos, instrumentos líticos, fogueiras, restos de cozinha com ossos de peixes, aves, mamíferos; além de diversos adornos.

Quando os primeiros colonizadores chegaram às terras junto a Foz do Rio Itajaí Açu, a presença indígena ainda era marcante, em dois grupos distintos: os Botocudos ou Caigangues, do Grupo Tapuia - hoje conhecido como Xokleng.

A inexistência de qualquer obra e as facilidades econômicas em decorrência da exploração da madeira parecem ter sido os fatores que alavancaram o interesse do jovem diplomata carioca Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond para solicitar, junto ao Rei, a fundação de uma colônia nas terras de Itajaí.

Assim, por Aviso Real de 05 de janeiro de 1820, o Rei Dom João VI autorizou a fundação de uma colônia às margens do Rio Itajaí Mirim; mais precisamente na região onde hoje é a Itaipava. Com a ajuda de ex-soldados e alguns trabalhadores da região, a idéia de Drummond era construir alojamentos, montar uma serraria manual e cultivar plantações. Entretanto, em 26 de janeiro de 1821, o jovem colonizador recebe ordens para retornar ao Rio de Janeiro, pois o Rei dera por acabada sua missão; frustrando o projeto da instalação da primeira colônia nas terras do Itajaí; e retirando de Drummond, o título de fundador da cidade.

Partindo do princípio que *o fundador nem sempre é o pioneiro*, a glória de receber o título de *fundador de Itajaí* coube a outro nome: Agostinho Alves Ramos.

Em 1858 um grupo de moradores encabeçou movimento para a criação do Município de Itajaí; Agostinho Alves Ramos já havia sido sepultado, desde 1853, no cemitério do pequeno povoado.

A emancipação política foi uma luta acirrada e gloriosa, em virtude da forte oposição da Câmara Municipal de Porto Belo, a quem a Freguesia de Itajaí estava subordinada. Embora criado, pela Resolução n.464, de 04 de abril de 1859; o município de Itajaí só foi instalado em 15 de junho de 1860, com a posse dos primeiros vereadores: Joaquim Pereira Liberato (Presidente); José Henrique Flores; Claudino José Francisco Pacheco; José da Silva Mafra; Francisco Antônio de Souza; Jacinto Zuzarte de Freitas e Manoel José Pereira Máximo.

4.5.2. A Evolução dos bairros da Orla de Itajaí

Vários são os bairros que compõe a orla de Itajaí, sendo que vários destes demonstram que a ocupação tanto pretérita como mais recente do

município estão diretamente relacionados com este setor costeiro. São os seguintes os bairros de Itajaí que compõe a orla:

4.5.2.1. Bairro da Praia Brava

De beleza natural significativa o bairro Praia Brava (também denominado Balneário de Santa Clara), localiza-se na zona sul de Itajaí, sendo banhado pelo Oceano Atlântico ao longo de 3,5 quilômetros de costa litorânea. Situa-se entre o ribeirão Ariribá (limite com o município de Balneário Camboriú) e o promontório de Cabeçudas. O ribeirão Cassino da Lagoa divide a Praia Brava ao meio e em paisagens distintas: a porção sul, já em franco processo de ocupação urbana, e a porção norte, próxima à ponta do farol, onde está a Praia do Morcego, ainda com ares de inexplorada, considerada um dos mais belos recantos do litoral de Santa Catarina.

Freqüentada principalmente por surfistas, turistas e aventureiros, a Praia Brava possui ondas fortes e águas límpidas. A tranquilidade de curtir um dia de Sol na praia se contrasta com o agito da noite, em casas noturnas de fama internacional que promovem luaus, sendo importante ponto de encontro da juventude.

A Lagoa do Cassino, situada no meio da Praia Brava, recebeu esta denominação devido a uma antiga casa de jogos localizada ao lado da lagoa. Construída na década de 1950, o cassino também funcionou como hotel, espaço para festas e casa de jogos familiar para a elite da região. A elite da época, formada por empresários e comerciantes das décadas de 50 e 60, utilizava o espaço para descansar e se refugiar nos finais de semana. A edificação, que se encontrava em visível estado de abandono à ação do tempo, foi demolida em 2004.

O bairro Praia Brava é cortado pela Rodovia Osvaldo Reis, que faz a ligação de Itajaí e Balneário Camboriú. Próximo desta essencial via de integração entre ambos os municípios, estão localizados a maioria dos estabelecimentos comerciais e dos equipamentos públicos do bairro.

Desde a década de 1950, já se tinha implantado no bairro alguns loteamentos, como Vila Íris, Jardim Copacabana, entre outros, mas foi somente nos últimos anos que a ocupação urbana na Praia Brava expandiu-se de forma mais acentuada, causando certos impactos ao meio ambiente.

O início dos anos 2.000 foi marcado pela mobilização popular que resultou numa Ação Civil Pública contra o executivo municipal, obrigando a retirada dos quiosques instalados na faixa de areia e a elaboração de um plano de intervenção para recuperação da orla. A prefeitura contratou a UNIVALI para a elaboração do projeto e a execução das atividades referentes à recuperação da vegetação e proteção das dunas. Os quiosques foram demolidos pelo município que padronizou as novas instalações e construiu passarelas sobre a vegetação.

Nos últimos anos, a comunidade local e os ambientalistas realizaram eventos de mobilização visando a conservação e proteção dos ambientes naturais a exemplo do movimento “não deixe o encanto do morcego acabar”. O poder público municipal por sua vez, executou ações de recuperação de áreas degradadas como plantio de mudas nas áreas de vegetação protetora de dunas, instalação de mais passarelas e cercas de proteção bem como apresentou projeto para revitalização da orla com previsão de melhoria na infraestrutura local.

A recente aprovação da lei complementar nº 214/12 para a construção de prédios com até dez pavimentos, fez com que grandes empreendedores escolhessem a Praia Brava para a implantação de sofisticados condomínios e edifícios à beira mar. Atualmente esta lei está suspensa devido a uma ação civil pública de autoria do Ministério Público Estadual. Independente da situação legal dos empreendimentos na Praia Brava, a altura dos prédios poderá causar sombreamento na faixa de areia e na vegetação de restinga, portanto, o órgão ambiental municipal tem exigido estudos de sombreamento nos processos de licenciamento na região.

A crescente preocupação ligada às questões ambientais, fez com que o poder público, através da prefeitura de Itajaí, se responsabilizasse em

desenvolver estudos no intuito da preservação ambiental da Praia Brava e de toda extensão de sua orla marítima, da densa vegetação nativa, restingas e dos manguezais. A mobilização da população residente do bairro Praia Brava, que hoje beira os quatro mil habitantes, bem como de toda a sociedade itajaiense, é de fundamental importância para que as leis urbanísticas aprovadas pelo Plano Diretor Municipal sejam cumpridas com o objetivo de alcançar a preservação do meio natural, numa área em franco processo de metropolização.

4.5.2.2. Bairro Cabeçudas

Um dos recantos mais belos de Itajaí, a praia de Cabeçudas considerada a mais charmosa de Santa Catarina, segundo D'Ávila, “deve seu nome às pedras grandes e arredondadas como cabeças, “pedras cabeçudas”, ali existentes”.

O bairro também já foi local de moradia de populações indígenas, os tupi-guaranis ou carijós, conforme comprova a descoberta do sambaqui, em 1970, na área do late Clube Cabeçudas. Sítio arqueológico que foi então pesquisado pelo arqueólogo Padre João Alfredo Rohr.

Devido à vocação marítima de Itajaí, o governo federal construiu em 1902, no promontório sul da enseada de Cabeçudas, um farol para sinalizar a entrada da barra do Porto de Itajaí. A partir disso, aquele promontório passou a ser chamado de Morro do Farol.

De acordo com D'Ávila, “desde o século XIX, diversas famílias de pescadores se estabeleceram na praia de Cabeçudas e nas praias que lhe são próximas. Mas foi somente no começo do século XX, que ela começou a ser usada como balneário. Para tanto, muito facilitou a abertura da estrada de rodagem, obra do comerciante e industrial João Bauer, de Brusque, o primeiro veranista a construir lá uma residência”. Depois dele outras famílias de Itajaí, de Brusque e de Blumenau também construíram suas residências de verão.

Na década de 1920, a comunidade religiosa encabeçou um movimento para a construção de uma capela na praia de Cabeçudas, a ser dedicada a Santa Ana. A capelinha construída em alvenaria, com um belo altar entalhado em madeira e onde estavam entronizadas as imagens da padroeira Santa Ana, de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Itajaí e do Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro dos homens do mar.

Segundo D'Ávila, “no correr dos anos de 1950, o casal Irineu Bornhausen e Marieta Konder Bornhausen, residente na praia de Cabeçudas, em viagem à França adquiriu uma pequena imagem de Santa Terezinha do Menino Jesus, que foi então entronizada na capela de Cabeçudas”, onde também passou a ficar conhecida como Capela de Santa Terezinha.

Para atender ao aumento da demanda de veranistas que freqüentavam o balneário de Cabeçudas, o empresário José Zwoelfer construiu em 1935, o tradicional Hotel Cabeçudas.

Área nobre do município de Itajaí, o bairro Cabeçudas conta com aproximadamente mil habitantes. No caminho das belíssimas praias itajaienses, a Rua Deputado Francisco Eduardo Canziani, entre a praia da Atalaia (paraíso dos surfistas) e a praia do Geremias (recanto de águas tranquilas), está localizado um dos mais famosos cartões-postais do estado de Santa Catarina, a curiosa formação rochosa “Bico do Papagaio”, onde vários turistas sempre param para tirar fotos.

Em 2010, foi inaugurado o Parque Natural Municipal do Atalaia, destinado à proteção aos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e biodiversidade da região, propiciando oportunidades de educação ambiental e pesquisa científica, recreação ao ar livre, turismo, vôo livre (asa delta e parapente) e exuberante beleza cênica e paisagística.

4.5.2.3. Bairro Fazenda

A área do atual bairro Fazenda remonta à história da própria fundação do município de Itajaí. Segundo D'Ávila “as terras que hoje constituem o bairro Fazenda pertenceram à sesmaria obtida em 1793, pelo Tenente-Coronel Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho. Este era natural do Rio de Janeiro, foi removido para Santa Catarina para ser o comandante da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Florianópolis, que então se chamava Desterro”.

“Após ser reformado e dando baixa do serviço ativo do Exército, em 1793, se estabeleceu com uma “fazenda” na sesmaria que obtivera do rei de Portugal, para cá trazendo a mulher, Dona Fortunata Amélia de Azeredo Leão Coutinho, filhos e escravos. Construiu uma boa casa para residência, engenhos de farinha e açúcar e fez extensas plantações. A “Fazenda”, como ficou sendo conhecida a propriedade do Tenente-Coronel Alexandre José, chegou a ter grande cafezal, muitas laranjeiras e outras árvores frutíferas, extensas poças e plantações” (D'Ávila).

“Em 1798, o Tenente-Coronel Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho enviuvou, vindo a se casar em segundas núpcias com Dona Felícia Alexandrina, e em 1815, aos 64 anos faleceu o Tenente-Coronel aqui em Itajaí, na sua casa da fazenda” (D'Ávila).

De acordo com D'Ávila, “a “Fazenda” ficou então sob administração da viúva Dona Felícia, mulher ativa e de muito prestígio na região. Após a morte desta, seus filhos e netos foram vendendo partes dos terrenos da “Fazenda”, tendo conservado apenas a área central com a casa-grande. Esta última parte foi vendida afinal, nos fins do século XIX, ao Coronel Eugênio Luiz Muller, cujos herdeiros nos anos de 1960 lotearam a área, que deu origem ao loteamento Muller. Foi nesta ocasião que se demoliu a antiga e centenária casa-grande da “Fazenda”, cuja construção ficava no local onde hoje está edificada a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes”.

No ano de 1926, o governo federal decidiu indenizar alguns terrenos próximos da atual Avenida Contorno Sul, para a instalação futura da extensão da Estrada de Ferro Santa Catarina (E.F.S.C.), ligando o Porto de Itajaí às demais cidades do Vale do Itajaí.

A escolha desta área como local da passagem da E.F.S.C., ocorreu devido aos terrenos do bairro Fazenda apresentar uma baixa densidade demográfica, constituindo-se praticamente de pastagens. Com isto, o governo gastaria bem menos recursos para indenizar os proprietários dos terrenos. Outro fato que contribuiu decisivamente para a opção pelo local tratase de que os terrenos do bairro Fazenda são considerados terrenos “enxutos,” livres de enchentes, já que na grande enchente de 1911 percebeu-se que essas áreas não foram atingidas pelas águas.

Apesar de que em 1926 o governo já tinha planos de estender a E.F.S.C. até Itajaí, a implantação efetiva desta só ocorreu em 18/12/1954. Até exata data, a ligação de Itajaí com as demais cidades do Vale, era feita através do barco a vapor Dr. Blumenau, que navegava nas águas do rio Itajaí-Açu até a cidade de Blumenau.

É só a partir da implantação da estrada de ferro, que o bairro Fazenda começou efetivamente a desenvolver-se e aumentar seu número de habitantes. Durante o período em que a estrada de ferro esteve em funcionamento (1954-1971), várias famílias de migrantes, na maioria agricultores do interior do estado, que viram no litoral, uma oportunidade para melhorar de vida, vieram em números consideráveis para Itajaí. Traziam suas mudanças nos vagões do trem, atraídos principalmente pela atividade madeireira.

Desde o final do século XIX, que o bairro Fazenda vê surgir uma série de benfeitorias proporcionadas pelo poder público e pela iniciativa privada. Dentre elas, destacam-se a implantação do Hospital Santa Beatriz (1887), do Cemitério Municipal (1931), da Praça do Expedicionário, (1948), da

pavimentação das ruas Sete de Setembro e Lauro Miiller (no início da década de 1950), da Sociedade Recreativa e Cultural da Fazenda (1956), da Escola Gaspar da Costa Morais (1957), do Corpo de Bombeiros (1962), do Ginásio Industrial Nereu Ramos (1964), da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (1968), do Ginásio de Esportes Ivo Silveira (1971), entre outros.

O movimento religioso iniciou-se na década de 1940, na região do bairro conhecida popularmente como Fazendinha ou Figueirinha, assim chamado, devido à enorme figueira que se situava na margem da estrada Itajaí-Camboriú, com a criação da capela Sagrada Família. Com a fundação da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, em 1968, mais no centro do bairro, foi se perdendo interesse pela antiga capela, que então foi demolida para a construção de uma escola.

Em 1970, foi criada a FEPEVI (Fundação de Ensino do Pólo Geo-Eduacional do Vale do Itajaí). A partir de 1978, deu-se início à implantação do campus universitário. Em 1989, a instituição transformou-se na Universidade do Vale do Itajaí.

Com as obras de aterro em parte das margens do Saco da Fazenda, foi inaugurado em 1979, a Avenida Ministro Victor Konder e a Praça Genésio Miranda Lins. Hoje, este local é conhecido popularmente como Avenida “Beira-Rio” ou “Caminhos de Sodegaura,” em homenagem à cidade-irmã de Sodegaura, no Japão, constituindo-se num espaço turístico de gastronomia e lazer. Proporciona ainda, uma bela visão do Saco da Fazenda e das embarcações que navegam pelo rio Itajaí-Açu.

O bairro Fazenda é cercado por áreas de encosta, que apesar de haver alguns pontos de ocupação irregular, são cobertos por densa vegetação da Floresta Tropical Atlântica, como o Morro do Atalaia, o Morro Cortado, o Morro da Baleia, o Morro do Bem-te-vi e o Morro da Cruz (com 180 metros de altitude, é o mais famoso deles com belíssima vista panorâmica), se tornou um dos pontos turísticos mais visitados de Itajaí.

A área do atual bairro Fazenda é formada por outros espaços conhecidos por Esplanada, Loteamento Padre Jacó, Loteamento Müller e Fazendinha. A Esplanada era um pequeno núcleo entre a rua Uruguai e a antiga Estação Ferroviária, instalada em terras cedidas pelo INCRA. O loteamento Padre Jacó e o loteamento Müller, de início tiveram ocupação irregular. Os terrenos haviam sido adquiridos pelo primeiro pároco do bairro. A região era conhecida por “Pasto do Lauro”, em referência ao nome do zelador. Entre o ribeirão Schneider e o Morro Cortado, está situada a localidade da Fazendinha, ou seja, toda área próxima à rodovia Osvaldo Reis, principal via de ligação entre os municípios de Itajaí e Balneário Camboriú.

Local de passagem entre o centro de Itajaí, as praias e à Balneário Camboriú, o bairro Fazenda, área nobre do município, posiciona-se como o quarto bairro mais populoso, com aproximadamente 16 mil habitantes, sendo um dos mais bem dotados de infra-estrutura urbana, e com acentuado processo de verticalização.

Bairro com forte vocação turística devido à proximidade com o mar, nele está localizado o moderno Teatro Municipal. No Saco da Fazenda, atual “Baía Afonso Wippel”, está sendo planejada a construção de uma Marina, consolidando a vocação náutico-marítima de Itajaí.

4.5.2.4. Bairro Centro

Itajaí, pólo regional de um dos maiores aglomerados urbanos do estado de Santa Catarina e do sul do Brasil, originou-se há mais de dois séculos. O seu crescimento e desenvolvimento urbano está intimamente ligado ao fato da vocação portuário-comercial, que o município sempre manteve, desde a formação de sua própria gênese.

Segundo D'Ávila, “foi no começo do século XIX, que se intensificou o comércio que os moradores da nascente Itajaí faziam com comerciantes de várias vilas do litoral catarinense. Foi numa dessas viagens de

negócio que Agostinho Alves Ramos pela primeira vez veio à Foz do rio Itajaí-Açu. Era português e sócio de uma casa comercial em Desterro, atual Florianópolis. Homem de muito tino comercial, inteligente e culto, logo percebeu o bom ponto para comércio que a região da foz do rio oferecia. Principalmente, se aí se pudesse fundar uma povoação. Então comprou um lote de terra e construiu a casa de moradia e de comércio e aqui se estabeleceu com a mulher Ana Maria Rita. Com vistas a fundar uma póvoa, tratou logo de encabeçar um requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, afinal criado a 31 de março de 1824”.

Em 1833, passou Itajaí, que então pertencia a São Francisco do Sul, para o domínio de Porto Belo, criando-se a freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí.

A Assembléia Provincial de Santa Catarina, pela Resolução 464, de 04 de abril de 1859, criou o município de Itajaí, que foi só instalado oficialmente em 15 de junho de 1860.

Conforme D'Ávila, “tendo em vista, a casa comercial de Agostinho Alves Ramos, a capela e o cemitério estes foram os elementos polarizadores do aglomerado urbano de Itajaí e os delimitadores do núcleo central da malha urbana do município. Pois em torno destes locais de comércio e de prestação de serviços foram se aglomerando os moradores antes espalhados por toda a região e aqueles recém chegados. A malha urbana se expandiu a partir da Praça da Matriz (Igreja da Imaculada Conceição), para o norte e para o sul, acompanhando as margens do rio Itajaí-Açu e da Praia da Fazenda, direções que tomaram as ruas do Comércio (rua Pedro Ferreira) e Municipal (rua Lauro Müller)”.

Foi a partir da instalação oficial do município de Itajaí “que se abriram as ruas Pedro II (ruas XV de Novembro e Manoel Vieira Garção) e da Matriz (rua Hercílio Luz), esta na direção oeste. A rua da Matriz, após a transferência do cemitério para novo local, em 1863, (área da atual Igreja

Matriz do Santíssimo Sacramento) foi se transformando no caminho para a ocupação oeste. Na década de 1880, após a grande enchente daquele ano, foi aberta a rua Tijucas, outro caminho para o norte da Vila. A expansão da malha urbana para o oeste tardou, os muitos alagados e baixios que margeavam o ribeirão Caetana a travaram. A Vila crescia para o sul, na direção da Fazenda, e para o norte, ao encontro do núcleo colonial da Barra do Rio, formado após 1850 e onde o Dr. Blumenau construíra o galpão de recepção de imigrantes alemães e italianos". (D'Ávila).

As ruas fortes do comércio e da prestação de serviços, e onde também se construíram as primeiras residências mais abastadas, eram as ruas do Comércio e Conde d'Eu (nome que depois recebeu a rua Municipal). Ao núcleo urbano central vão se agregando equipamentos urbanos que a cidade até então não possuía, como o prédio da Sede da Municipalidade, em 1888 e a Sociedade Guarany, em 1897.

O começo da década de 1910 foi marcado por avanços na cidade. Logo no primeiro ano, instalou-se o serviço de iluminação elétrica. Em 1913, o surgimento do Grupo Escolar Victor Meirelles, teve grande repercussão no estado de Santa Catarina. Em 1917, na gestão do prefeito Marcos Konder, inaugurou-se o Mercado Municipal.

Na década de 1920, com a viabilização econômica e política do Porto de Itajaí, aumento da exportação de madeira e produtos coloniais do Vale do Itajaí e as obras de fixação do canal de acesso ao porto, motivou uma grande migração de operários para a cidade. Em 1925, a Prefeitura inaugurou sua nova sede (atual Palácio Marcos Konder), um dos mais belos e imponentes da época. Em 1927, foi contratado para a cidade, o serviço de luz e força. O serviço de telefone passou a ser encontrado no município a partir de 1928, com a contratação da Cia. Telefônica Catarinense. Surgem novos empreendimentos comerciais, como: Bauer e Cia (1924), Casa Almeida & Voigt (1928), entre outros.

Na década de 1930, foi construído o edifício da Fiscalização dos Portos, histórico prédio que será restaurado e transformado no “Museu do Porto”. Em 1935, retomam-se as obras no cais, ampliando-se a movimentação portuária. Em 1938, para incrementar o serviço de saúde na cidade, instalou-se em convênio com o estado, o Centro de Saúde de Itajaí. Além disso, instalaram-se importantes indústrias e empresas prestadoras de serviços, como a criação em 1935, do Banco INCO (Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A).

A década de 1940 foi marcada pela implantação de mais equipamentos urbanos em Itajaí, como o prédio dos Correios e Telégrafos, da Delegacia Regional, do Colégio São José e do Ginásio Itajaí, este último deu origem ao atual Colégio Salesiano Itajaí.

Quanto às obras no sistema viário urbano podemos contar com a abertura da rua Umbelino Damásio de Brito, dando acesso ao bairro Vila Operária e o início da pavimentação das ruas Lauro Muller, Pedro Ferreira, Silva, Blumenau e São Francisco.

Na década de 1950, Itajaí experimenta um novo surto desenvolvimentista com a inauguração de importantes obras. Em 1953, foi construído a Estação Rodoviária Municipal. No ano seguinte, em 1954, foi concluída a ligação ferroviária entre Itajaí e Blumenau, com a visita oficial do presidente João Café Filho. Além disso, foi instalado o principal centro científico botânico do estado de Santa Catarina, o Herbário Barbosa Rodrigues. A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, considerada o maior patrimônio histórico e arquitetônico de Itajaí, foi inaugurada em 1955. O Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, foi implantado em 1956. As arquibancadas dos estádios dos clubes: Almirante Barroso e Marcílio Dias, em 1957. No mesmo ano, Itajaí recebeu a visita oficial do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, para a inauguração da ampliação e modernização do Porto de Itajaí.

Na década de 1960, surgem os primeiros edifícios da cidade com até quatro pavimentos. Em 1967, inaugurou-se o prédio da Administração do Porto. Em 1969, começou a funcionar através de uma associação de médicos, o Hospital Infantil Menino Jesus, denominado em 2002, Hospital Universitário Pequeno Anjo, passando então a ser administrado pela UNIVALI.

Na década de 1970, Itajaí foi marcada por uma era de transição econômica. Com o declínio da atividade madeireira, o município passou então a investir em atividades diversificadas como a construção naval e a pesca industrial. Com o incentivo federal, Itajaí tornou-se um dos maiores pólos pesqueiros do país. Nesta fase, houve o aumento do processo de verticalização do centro da cidade. Surgem novos equipamentos públicos e privados, como a nova Prefeitura (que ficava localizada na Avenida Cel. Eugênio Miiller), o Hipermercado Vitória, o Fórum da Comarca, o 1º Batalhão de Polícia Militar, o Centro de Abastecimento Municipal Paulo Bauer, o Campus Universitário, o novo edifício do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, entre outros.

No início da década de 1980, prédios históricos são transformados em espaços de cultura e lazer, surgindo o Museu Histórico de Itajaí e a Casa da Cultura Dide Brandão. Em 1986, a rua Hercílio Luz, principal via comercial da cidade, passou por um processo de reurbanização com a implantação de um calçadão. No ano seguinte, foi criada a maior festa popular de Itajaí: a Marejada (Festa Portuguesa e do Pescado). No sistema viário, no antigo leito da estrada de ferro, implantou-se o 1º trecho da Avenida Contorno Sul, fazendo-se a ligação da Avenida Sete de Setembro com a rua Uruguai.

Durante a década de 1990, acelerou-se o processo de verticalização da cidade, principalmente da área central. Em 1994, foi inaugurada a nova agência dos Correios de Itajaí. No ano seguinte, em 1995, foram realizadas mudanças no sistema viário e obras de asfaltamento das ruas centrais. Casarões históricos foram restaurados e transformados em espaços públicos, como a Receita Federal (Casa Malburg), a Fundação Cultural (Casa

Burghardt) o Mercado Público e o Centro de Documentação e Memória Histórica (Casa Lins). Em 1999, foi inaugurada a nova sede do Fórum da Comarca.

No decorrer da primeira década do século XXI, com a consolidação do Porto de Itajaí como o 2º porto brasileiro em movimentação de cargas conteinerizadas, intensificou-se o processo de desenvolvimento urbano, com a acentuada verticalização da área central e de áreas adjacentes. Já no ano 2000, para incrementar o fluxo turístico na região, foi construído o Píer Turístico de Itajaí, onde desde então, aportam em pleno centro de Itajaí, transatlânticos com turistas de diversas bandeiras.

Com o crescimento do potencial de consumo de Itajaí, foi aberto o Itajaí Shopping Center, inaugurado no ano 2000. Com o arrendamento do Porto Municipal à iniciativa privada, veio incrementar ainda mais a atividade portuária no município. Logo após a enchente de 2008, que assolou o Vale do Itajaí e destruiu parte do cais, foram realizadas obras de recuperação, dragagem e modernização do Complexo Portuário de Itajaí. Para tanto, foram adquiridos novos equipamentos e implantadas as novas sedes da Superintendência do Porto, da Delegacia da Capitania dos Portos, do Serviço de Praticagem e da Estação Rádio Costeira.

A cidade de Itajaí, geoestrategicamente localizada numa das regiões mais prósperas do estado de Santa Catarina, possui aproximadamente 190 mil habitantes, sendo que sua área central (Bairro Centro) registra cerca de doze mil habitantes. O Porto de Itajaí destaca-se como o principal alavancador do seu desenvolvimento. Para tanto, grupos empresariais a cada ano, transferem sua sede para Itajaí, principalmente direcionadas ao setor comercial, prestação de serviços, logística, pesca industrial e construção naval.

4.6. Atividades Náuticas em Itajaí

4.6.1.A Marina Itajaí

A Marina Itajaí se constitui de um complexo turístico moderno e estruturado, com boulevard de acesso público, área gastronômica, posto de abastecimento para a Marina e outras embarcações e um lindo caminho de contemplação. O complexo possui áreas comerciais com diversos serviços (Figura 14).



Figura 14: Vista Geral da Marina Itajaí no Saco da Fazenda.

A área privativa da Marina comporta 353 vagas secas, 2 “forklifts” e 1 “travelift” com capacidade para até 75 toneladas, com serviço de limpeza e manutenção das embarcações. A Marina possui um estacionamento com 538 vagas com “valet” e uma sede administrativa moderna e equipada, com lojas de conveniência, lojas de artigos náuticos e lounge.

Para acesso aos flutuantes, a Marina utiliza carro elétrico, contribuindo para a preservação do meio ambiente, em uma estrutura completa. O deck flutuante possui controle de acesso, 3 metros de largura e capacidade para vagas molhadas de até 493 unidades, somando uma capacidade total de 846 vagas, tornando-se a maior marina de Santa Catarina e uma das maiores do

Brasil, em um local de fácil acesso, na melhor localização de Itajaí, próximo aos pontos turísticos mais bonitos da costa catarinense.

A Marina é mais que um complexo náutico, sua infraestrutura é completa, composta por:

- Boulevard com acesso público
- Área gastronômica
- Caminho de contemplação
- Área comercial
- Visualização aberta de toda a Marina
- Capacidade total de 846 vagas, sendo 353 secas e 493 molhadas
- Baía protegida com profundidade de 4 metros
- Estacionamento com 538 vagas
- 120 mil m² de área de espelho d'água
- Sede administrativa
- Prédio de serviços

Com toda esta infraestrutura a Marina busca contribuir de forma significativa no desenvolvimento da cidade de Itajaí, a fim de gerar cerca de 1.600 vagas de empregos (direto e indireto), assim como fortalecer o reconhecimento da cidade como um grande Pólo Náutico do país.

4.6.2. As Regatas de Itajaí

4.6.2.1. Volvo Ocean Race

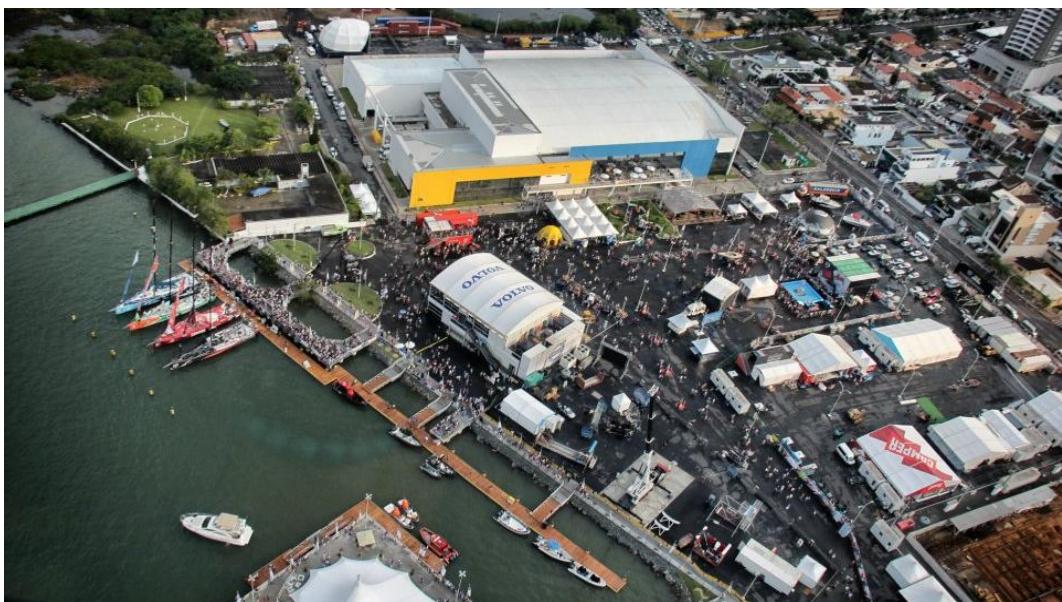


Figura 15: Vista do Centreventos durante a Volvo Ocean Race.

Itajaí possui uma posição privilegiada junto ao rio e ao mar o que proporciona condições muito favoráveis à prática de esportes náuticos, tradição que tem sido cada vez mais fortalecida. Outro aspecto importante é a força da indústria náutica na região, que conta com uma cadeia produtiva de ponta. Por estas razões, Itajaí tem se destacado no setor e recepcionado importantes feiras e competições ligadas ao esporte e à indústria náutica.

Itajaí foi uma das Stopovers da Volvo Ocean Race 2011-2012 e proporcionou uma recepção histórica. A organização do evento agradeceu a população e classificou a parada na cidade como “memorável”. O público total que visitou a Vila da Regata e que acompanhou das praias e molhes a chegada, a In-Port Race e a largada passou de 330 mil pessoas.

Além de ser uma excelente anfitriã, Itajaí também mostrou que sustentabilidade e aventura podem andar juntas em um evento de grande porte. A Itajaí Stopover foi eleita a melhor parada sustentável da Volvo Ocean Race, e garantiu a medalha de bronze na categoria Meio Ambiente e Sustentabilidade no importante prêmio do Sports Event Management

Conference. As ações de sustentabilidade envolveram a limpeza dos rios e praias da cidade, a reciclagem dos materiais descartados durante o evento, exposições, artes plásticas e atividades com estudantes.

4.6.2.2. Regata Jacques Vabre



Figura 16: Vista dos barcos participantes da Regata Jacques Vabre.

A Transat Jacques Vabre constitui-se de uma Regata que já está décima segunda edição em 2015. A regata transatlântica entre Le Havre, na França, e Itajaí, no Brasil tem quase 10 mil quilômetros pelo Oceano Atlântico. A prova, apontada como uma das mais difíceis da modalidade, é sempre disputada por duplas e os navegadores passam por muitas dificuldades como falta de sono, ondas e ventos fortes. Esta se constitui por cinco categorias em disputa: além dos monocascos IMOCA e Classe 40 e dos multicascos Classe 50 e MOD 70, classe Ultim, com barcos entre 70 e 100 pés vão competir.

4.6.3. A Bacia de Evolução Portuária

O projeto da nova bacia de evolução do Porto de Itajaí foi idealizado a fim de que navios maiores manobrem e atraquem nos terminais do Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes. O projeto prevê uma nova bacia de 530 metros de diâmetro nas proximidades da foz do rio Itajaí-Açu, em frente ao Saco da Fazenda. A atual bacia, com 400 metros de diâmetro, permite que apenas navios de até 294 metros alcancem os terminais locais. Com a obra, o Complexo, que inclui o Porto Público, mais as empresas APM Terminals Itajaí, Portonave Terminais Portuários Navegantes e demais terminais instalados a montante, poderá receber as maiores embarcações que circulam na costa brasileira, com 366 metros (Figura 17).



Figura 17: Proposta da nova bacia de evolução do Complexo Portuário de Itajaí. Fonte: <http://www.portoitajai.com.br/novo/img/noticias/foto/509.jpg>.

Cabe destacar que este e outros projetos citados não foram analisados quando das Oficinas do Projeto Orla de Itajaí, o que demonstra certa

unilateralidade em relação ao Porto e a Prefeitura nas suas tomadas de decisão frente ao uso da orla do município.

4.7. O Projeto Orla em Itajaí – 2003

A primeira etapa metodológica do Projeto Orla para o litoral centro-norte de Santa Catarina foi realizada nos municípios de Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes entre os dias 3 a 7 de novembro de 2003, com apoio do Estado de Santa Catarina por meio Gerência de Planejamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

A primeira etapa do curso de capacitação de gestores locais do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marinha, foi realizada em Balneário Camboriú/SC, com cerca de 25 participantes representantes das prefeituras municipais, Capitania dos Portos, ONG's locais e alunos da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Ao término da primeira etapa do curso, os municípios envolvidos ficaram incumbidos de elaborar um plano de intervenção preliminar, que foi complementado na segunda etapa do curso que ocorreu em dezembro de 2003, no Município de Itajaí.

Considerando as bases conceituais do Projeto Orla, os representantes do Município de Itajaí optaram por valorizar a paisagem, os atrativos turísticos e a proteção física como elementos fundamentais à manutenção da função social da orla, valorizando o convívio, de forma compatível com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade local e com aumento da arrecadação dos municípios sobre as atividades instaladas nessa faixa do litoral, a partir de regras claras que conduzam ao seu uso sob princípios de sustentabilidade e de ordenamento territorial.

O Plano de Intervenção apresentado se caracterizava por um produto sistematizado dos trabalhos realizados e discutidos durante as oficinas, trabalhos de campo e levantamento documental e bibliográfico sobre o

município de Itajaí, especialmente da Praia Brava, definida como área prioritária para o Plano. O resultado do trabalho foi desenvolvido pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Itajaí, através do DEPLAN – Departamento de Planejamento Urbano da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, FAMAI – Fundação de Meio Ambiente de Itajaí, FITUR – Fundação Itajaiense de Turismo, em conjunto com a sociedade civil organizada através de membros de ONG's locais.

O Plano de Intervenção apresentou a definição, caracterização e diagnóstico da área de intervenção e os cenários formulados para as situações: atual, tendencial e desejável/possível para os diferentes trechos da orla. Foram ainda identificados os conflitos que ocorriam nos trechos priorizados, os problemas e impactos à eles relacionados e os atores sociais e institucionais envolvidos. A partir daí, foram definidas medidas e ações necessárias ao equacionamento e/ou mitigação dos mesmos. Por fim, foram estabelecidas as estratégias para a implementação e legitimação, seguidas pela descrição da sistemática de acompanhamento, avaliação, revisão e do cronograma geral do Plano.

O objetivo primeiro do Projeto Orla “é compatibilizar a política ambiental e patrimonial do governo federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acréscidos de marinha [...]”¹

No que se refere ao município de Itajaí, pode ser enfatizado como terrenos de maior relevância para o Projeto Orla, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.740/46, aqueles situados no litoral, destacando-se os terrenos de marinha e seus acréscidos, situados “na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha da preamar média de 1831”.

¹ Introdução do caderno “Fundamentos para Gestão Integrada” (p. 7)

Desta forma, num primeiro momento, a área de intervenção do Projeto Orla para Itajaí deveria contemplar não apenas suas praias, mas também as margens do Rio Itajaí-Açu e do Rio Itajaí-Mirim, principalmente os 10 km a partir da foz em direção ao continente, que podem ser considerados de interesse especial pela ocorrência de empresas de pesca, estaleiros, terminais privativos e, principalmente pela presença do Porto de Itajaí, incluindo também o Píer Turístico, junto ao centro histórico da cidade.

Entretanto, não só pela extensão e pela complexidade que isso iria acarretar, mas principalmente pela necessidade de focar áreas para ações prioritárias, coube à equipe local participante do Projeto Orla restringir a área de intervenção, excluindo as margens dos rios e áreas com projetos em andamento resguardando, porém sua representatividade na orla do município de Itajaí.

Portanto, a área de estudo, além das áreas diretamente banhadas pelo Oceano Atlântico, incluirá apenas o estuário denominado Saco da Fazenda: o limite sul será a foz do Ribeirão Ariribá, localizada na Praia Brava, na divisa com Balneário Camboriú, e o norte, o Centro de Eventos Itajaí Tur - Parque da Marejada, no final da Av. Joca Brandão, incorporando então todas as praias itajaienses e o Saco da Fazenda, na extensão total aproximada de 9,5 Km.

A área onde está localizado o porto não será englobada no Plano de Intervenção, evitando neste momento conflitos interinstitucionais na gestão e ordenamento do uso na orla.

É importante registrar que as áreas voltadas ao uso portuário fazem parte do estudo particular de ampliação do Porto, inclusive com Audiência Pública de apresentação do EIA/RIMA acontecida recentemente no dia 18 de novembro de 2003, que incluiu também o Projeto Borda D'Água, iniciativa do Porto de Itajaí como medida compensatória de sua ampliação que se dará em direção ao centro da cidade.

O Projeto Borda D'Água tem como objetivo básico na sua etapa inicial a valorização de todo o centro tradicional de Itajaí, através da revitalização urbana de sua orla fluvial, proporcionando o reencontro da cidade com o seu mais importante elemento histórico e geográfico: o Rio Itajaí Açu.²

Desta forma, considerando os limites físicos e as características gerais, essa área de estudo foi dividida em três unidades (Figura 18):

- Unidade 1: Praia Brava e Promontório de Cabeçudas;
- Unidade 2: Praias de Cabeçudas, Geremias e Atalaia;
- Unidade 3: Saco da Fazenda.

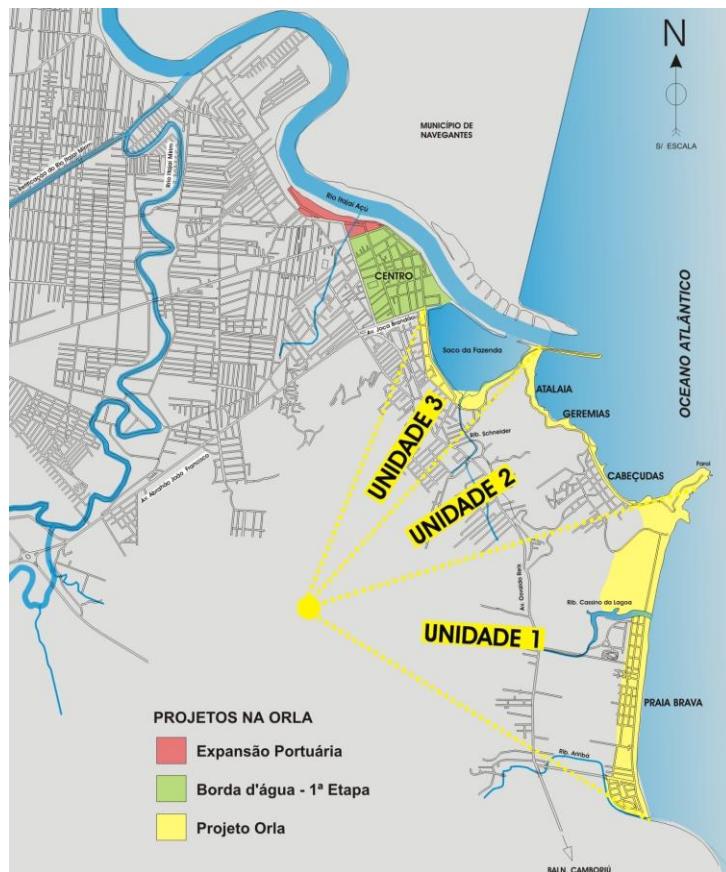


Figura 18: Unidades de Gestão - Projeto Orla de 2003.

² De forma incipiente ainda, o Projeto Borda D'Água pretende na sua continuidade chegar até o Farol de Cabeçudas. Com certeza, num segundo momento, o Projeto Orla e o Projeto Borda D'Água deverão ser discutidos em conjunto dentro de um grande plano para "Itajaí e suas águas".

4.8 Projeto Orla em Itajaí – 2011

No ano de 2011 o município deu continuidade ao Projeto Orla, depois de ampla discussão decidiu-se seguir a mesma linha do processo iniciado em 2003 para estabelecer a área de abrangência, ou seja, manteve-se a exclusão das margens dos rios, porém sem desconsiderar sua importância, cuja a ocupação tem especial atenção no Plano Diretor do Município, seguindo as mesmas diretrizes propostas nos estudos preliminares do GERCO estadual. Desta forma, o plano de gestão local englobou a borda litorânea do município que vai do ribeirão Ariribá, Praia Brava, limite sul, divisa com Balneário Camboriú, abrangendo todas as praias, o Saco da Fazenda, o Centreventos Luis Henrique da Silveira (antigo Pavilhão Itajaí-tur/Marejada), o píer turístico, se estendendo até as proximidades da área do porto, limite norte (ver imagem).

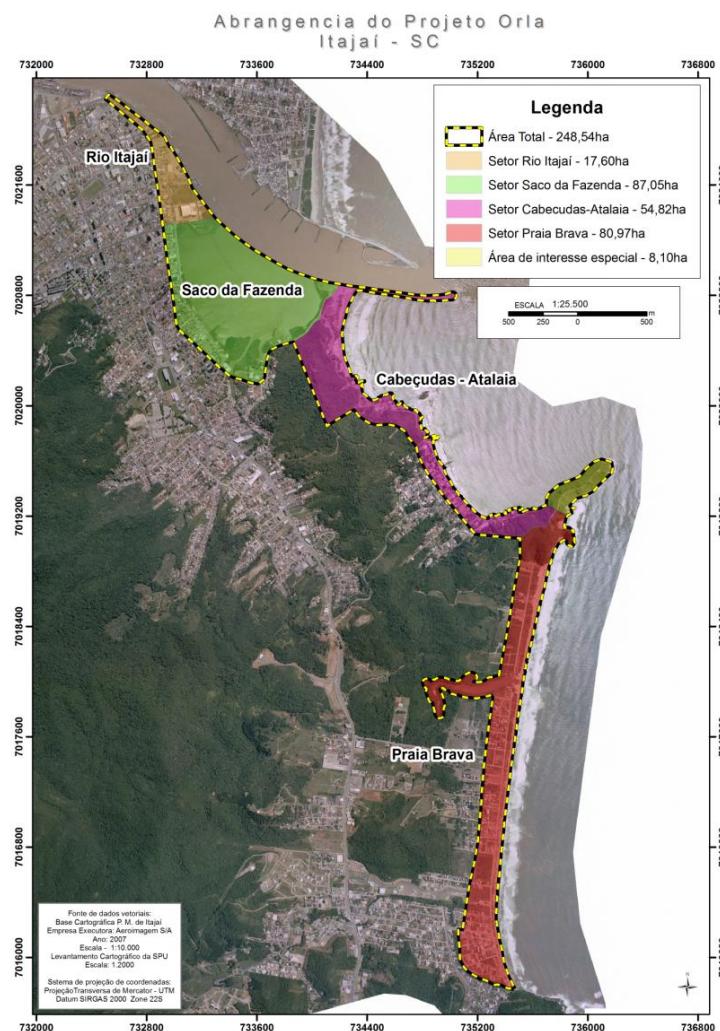


Figura 19: Área de abrangência do Projeto Orla.

5. Base Legal do Plano de Intervenção da Orla

Nesta etapa são relacionadas as bases legais previstas para as ações normativas do Projeto Orla. Cabe destacar que o presente trabalho acompanha um levantamento da legislação pertinente. A concepção de gestão adotada pelo Plano de Gestão da Orla de Itajaí é amparada nas políticas ambiental e patrimonial brasileira e tem como base as seguintes legislações:

Quadro 1: Levantamento da Base Legal Federal.

BASE LEGAL FEDERAL (continua)	
Constituição Federal 1988	Garante o direito de todos os cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como estabelece o dever do Poder Público e de todos cidadãos de conservar o meio ambiente para as futuras gerações.
LEI N° 4.132/62	Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação.
LEI N° 4.591/64	Dispõe sobre o condomínio em edificações, de um ou mais imobiliárias.
LEI N° 4.778, de 22/09/65	Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.
LEI N° 5.318, de 26/09/67	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.
LEI N° 6.513, de 20/12/77	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de interesse Turístico.
LEI N° 6.766, de 19/12/79	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.
LEI N° 6.902, de 27/04/81	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.
LEI N° 6.938, de 31/08/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
LEI N° 7.347, de 24/07/85	Disciplina Ação Civil Pública de Responsabilidades Por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor, a Bens de Direitos do Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico.

BASE LEGAL FEDERAL (continuação)

LEI N° 7.661, de 16/05/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC .
LEI N° 7.754, de 14/04/89	Estabelece medidas para proteção das florestas estabelecidas nas nascentes dos rios.
LEI N° 7.797, de 10/07/89	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA .
LEI N° 8.617, de 04/01/93	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.
LEI N° 8.630, de 25/02/93	Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.
LEI N° 9.432, de 08/01/97	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.
LEI N° 9.433, de 08/01/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PNRH .
LEI N° 9.605, de 12/02/98	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
LEI N° 9.636, de 15/05/98	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
LEI N° 9.785, de 29/01/99	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).
LEI N° 9.790, de 23/03/99	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria.
LEI N° 9.795, de 27/04/99	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA .
LEI N° 10.165, de 27/11/00	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação - PNMA .
LEI N° 10.257, de 10/07/01	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana - Estatuto da Cidade .
DECRETO N° 24.643 de 10/07/34	Decreta o Código das Águas .
DECRETO-LEI N° 25, de 30/11/37	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BASE LEGAL FEDERAL (continuação)

DECRETO-LEI Nº 2.490, de 16/08/40	Estabelece Novas Normas para o Aforamento dos Terrenos de Marinha.
DECRETO-LEI Nº 3.094, de 05/03/41	Dispõe sobre as fontes de águas minerais, termais e gasosas.
DECRETO-LEI Nº 3.438, de 17/07/41	Esclarece e Amplia o Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940.
DECRETO-LEI Nº 7.841, de 08/08/45	Código de Águas Minerais.
DECRETO-LEI Nº 271, de 28/02/67	Dispõe sobre loteamento urbano, Responsabilidades do loteador, concessão de uso e espaço aéreo.
DECRETO N° 86.176, de 06/07/81	Regulamenta a Lei nº 6.513 (Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico).
DECRETO N° 88.351, de 01/06/83	Regulamenta a Lei nº 6.938 e Lei nº 6.902 (Política Nacional do Meio Ambiente e Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental).
DECRETO N° 89.336, de 31/01/84	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
DECRETO N° 94.076, de 05/03/87	Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas.
DECRETO N° 97.628, de 10/04/89	Regulamenta Art. 21 do Código Florestal.
DECRETO N° 97.632, de 10/04/89	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, Inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.
DECRETO N° 97.822, de 08/06/89	Institui o Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite - SIMARN.
DECRETO N° 98.161, de 21/09/89	Dispõe sobre a administração do Fundo Nacional de Meio Ambiente.
DECRETO N° 98.914, de 31/01/90	Dispõe sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
DECRETO N° 99.193, de 27/03/90	Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico.
DECRETO N° 99.246, de 10/05/90	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 99.193, de 27 de março de 1990.

BASE LEGAL FEDERAL (conclusão)	
DECRETO N° 99.274, de 06/06/90	Regulamenta a Lei n° 6.902 e Lei n° 6.938 (Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e Política Nacional do Meio Ambiente).
DECRETO N° 1.354, de 29/09/94	Institui o Programa Nacional da Diversidade Biológica.
Resolução CIRM nº 05, de 03/12/97	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II.
Lei 9.985 de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
Lei 9.985 de 2000	Lei da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente - APP.
Lei 11.977 de 2009	Institui o Programa Minha Casa minha Vida – define a utilidade pública e interesse social, inclusive para a Regularização Fundiária.
Lei 12.651 de 2012	Institui o Novo Código Florestal.

Quadro 2: Levantamento da Base Legal Estadual.

BASE LEGAL ESTADUAL (continua)	
Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05/10/89	Protege a Zona Costeira e a Mata Atlântica, pois diz que estas áreas são de interesse ecológico e que qualquer utilização delas depende de autorização.
LEI nº 9.748, de 30/11/94	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.
LEI Nº 5.793, de 15/10/80	Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental.
LEI Nº 6.063, de 24/05/82	Parcelamento do Solo Urbano.
DECRETO nº 14.250, de 05/06/81	Regulamenta Lei nº 5793/80 (Proteção e Melhoria da qualidade ambiental).
Lei 11.986 de 2001	Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

BASE LEGAL ESTADUAL (conclusão)	
Lei 13.553 de 2005	Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.
Lei 5.010 de 2006	Regulamenta a Lei no 13.553, de 16 de novembro de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e estabelece outras providências.
Decreto 3.077 de 2005	Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla.
Decreto 4.015 de 2006	Altera redação, acrescenta e renumera dispositivos do Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005, que institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla e estabelece outras providências.

Quadro 3: Levantamento da Base Legal Municipal.

BASE LEGAL MUNICIPAL	
LEI Nº 1.133, de 26/11/71	Plano Diretor de Desenvolvimento.
LEI Nº 1.787, de 21/05/80	Lei de Parcelamento do Solo Urbano.
LEI Nº 2147, de 04/12/84	Lei do Perímetro Urbano.
LEI Nº 2.543, de 19/12/89	Lei de Zoneamento e Uso do Solo.
LEI Nº 2.763, de 26/10/92	Código de Obras.
LEI Nº 2734, de 29/06/92	Código de Posturas do Município.
LEI Complementar Nº 09, de 15/12/00	Institui a Política Municipal de Meio Ambiente.
Decreto 8107/07	Decreto Municipal de Criação do Parque Natural Municipal do Atalaia.
Decreto nº 8513 de 04 de Março de 2008	Decreto Municipal de Criação da Área de Proteção Ambiental do Saco da Fazenda.

5.1. Os Planos Diretores de Itajaí

O município de Itajaí passou nas últimas cinco décadas por impressionantes transformações no uso e ocupação do solo. A evidente falta de planejamento legou problemas irreversíveis na paisagem frequentemente inundada nas suas planícies. Na sua porção praial destaca-se o rápido processo de desenvolvimento devido a rica e diversa paisagem.

Uma das formas de buscar ordenar a paisagem está no plano diretor que tem a função de integrar as dinâmicas existentes na zona rural com as da zona urbana, uma vez que suas diretrizes devem abranger o território do município como um todo.

Nas ultimas cinco décadas Itajaí oito foram as leis de ordenamento territorial, algumas generalistas, outras mais específicas. Destaca-se o período de 2005 a 2012 onde o município teve alterada cinco diferentes leis, leis complementares e decretos, demonstrando assim grande instabilidade dos objetivos e diretrizes de zoneamento, o que afetou claramente a dinâmica urbana do município. Cabe destacar que a frequência maior de mudanças no Plano Diretor de Itajaí ocorreu entre o período de 2006 a 2008 quando quatro diferentes mudanças ocorreram na lei de uso e ocupação do solo, sendo duas relacionadas exclusivamente com a praia Brava (Estabelece como meta de governo o Plano de Desenvolvimento Turístico, Econômico, Ecológico e Socialmente Sustentável Localizado – Plandetures e a instituição do Plano de Desenvolvimento Turístico, Econômico, Ecológico e Socialmente Sustentável - PLANDETURES-L/PRAIA BRAVA, consoante lei complementar Nº 97/2007) (Figura 19 e Quadro 4).

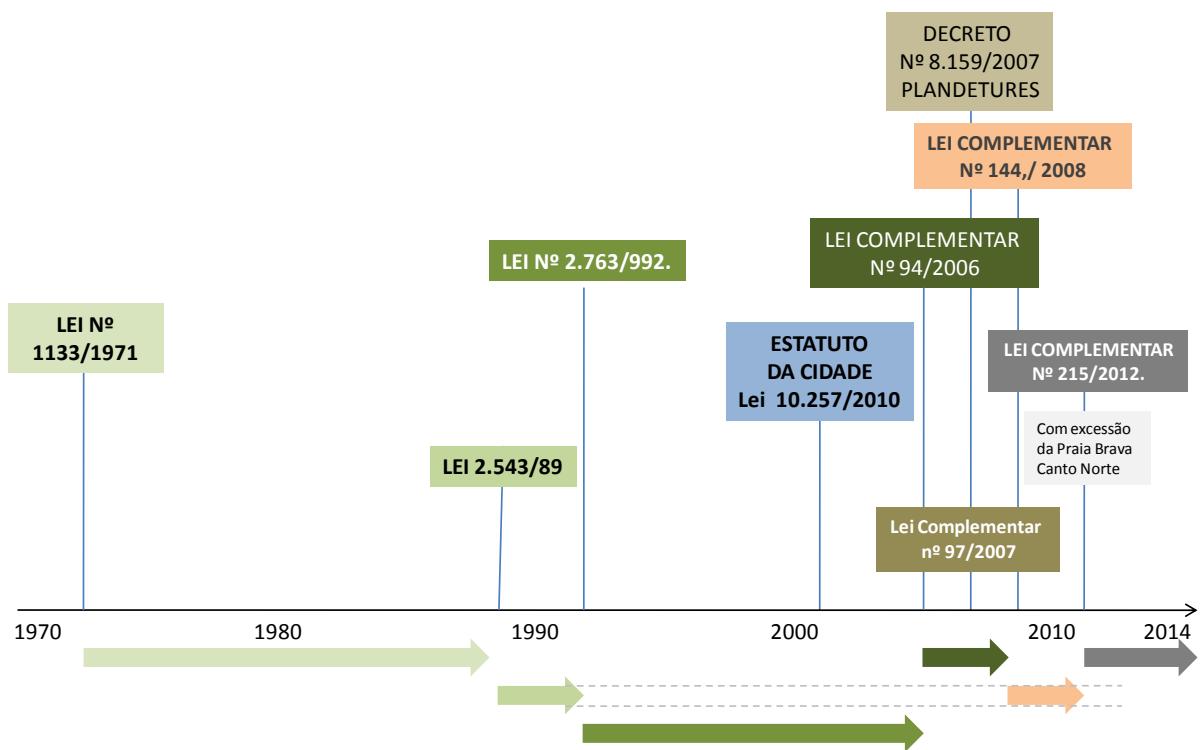


Figura 20: Linha do tempo - Plano Diretor.

Quadro 4: Linha do tempo das leis, leis complementares e Decretos no município de Itajaí - SC.

Lei	Matéria	Prefeito	Observação
LEI Nº 11.33 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1971	Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Itajaí.	Julio César	Revogada pela Lei Complementar nº 94/2006
Lei nº 2543 de 19 de dezembro de 1989	Institui normas para o zoneamento e o uso do solo no município de Itajaí.	João Omar Macagnan	
LEI Nº 2763, DE 26 DE OUTUBRO DE 1992	Institui o código de obras do município de Itajaí, e dá outras providências.	João Omar Macagnan	

Lei 10.257 de 10 de julho de 2001	Regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira	Jandir Bellini	
Lei complementar Nº 94, de 22 de dezembro de 2006	Institui o plano diretor de gestão e desenvolvimento territorial de Itajaí.	Volnei Morastoni	
Lei Complementar nº 97 de 09 de Março de 200	Estabelece como meta de governo o Plano de Desenvolvimento Turístico, Econômico, Ecológico e Socialmente Sustentável Localizado – Plandetures - L	Volnei Morastoni	
Decreto nº 8.159 de 19 de Março de 2007	Regulamenta e institui o plano de desenvolvimento turístico, econômico, ecológico e socialmente sustentável localizado - PLANETURES-L/PRAIA BRAVA, consoante lei complementar Nº 97, de 09 de MARÇO de 2007	Volnei Morastoni	<p>Considerando o alto padrão de viabilidade de enquadramento ao PLANETURES-L, fica Instituído o PLANETURES-L/PRAIA BRAVA, cuja área de abrangência é aquela estabelecida pela Lei nº 2.543/89.</p> <p>Os proprietários de imóveis localizados na área a que se refere o art. 1º poderão participar financeiramente do PLANETURES-L/PRAIA BRAVA, subscrevendo termo de adesão nos termos da Lei Complementar nº 97, de 09 de março de 2007.</p>

Lei Complementar nº 144, de 22 de setembro de 2008	Institui normas para o código de zoneamento, parcelamento e uso do solo no município de Itajaí.	Volnei Morastoni	
LEI COMPLEMENTAR Nº 215, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012.	Institui normas para o Código de Zoneamento, parcelamento e uso do solo no município de Itajaí.	Jandir Bellini	

6. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o Projeto Orla de Itajaí tem como referência uma série de procedimentos que visa diagnosticar e propor mudanças de comportamento da população e a conservação, revitalização, e desenvolvimento paisagístico da orla. Para a realização das oficinas, foi utilizada a metodologia contida nos manuais do Projeto Orla (SPU/MMA). Uma das diretrizes básicas da metodologia é a participação popular. O plano de gestão foi elaborado ao longo do tempo nas reuniões, seminário e oficinas pelo poder público e pelas entidades que representam a sociedade civil. As entidades foram selecionadas com base na representatividade do trabalho executado, na área de abrangência, ou seja, a área de atuação deve ter alguma interface com a área costeira, procurou-se envolver instituições ligadas ao setor de turismo, pesqueiro, portuário, comunicação, social, educacional, construção civil, urbanismo, segurança, esporte e meio ambiente.

Em relação a classificação da orla, depois de definida a área de abrangência, houve a divisão em setores/trechos onde procurou-se observar a homogeneidade das características apresentadas por cada local da borda litorânea do município, tendo como referência principalmente a fragilidade dos ecossistemas, o grau de urbanização e tipo de ocupação e o nível de preservação.

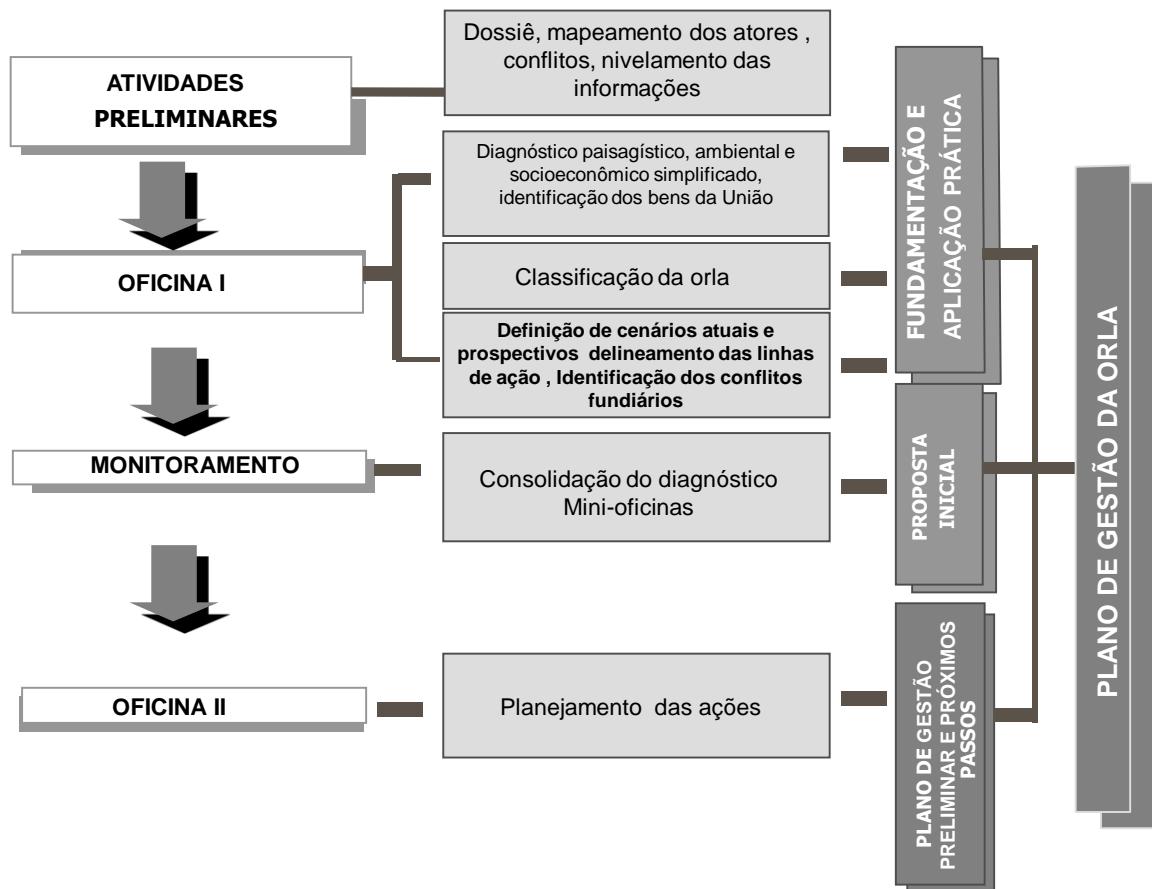


Figura 21: Fluxograma para elaboração do diagnóstico para o Projeto Orla em Itajaí - SC (Adaptado do Manual do Projeto Orla – Guia de Implementação).

Para o desenvolvimento dos procedimentos foram realizadas as seguintes atividades:

- A) Análise preliminar do Projeto Orla realizada para a praia Brava em 2003
 - Nesta etapa foi realizado um levantamento de dados do documento: Projeto de Gestão Integrada de Itajaí – Projeto Orla – 2003. Esta pode ser considerada uma primeira versão encaminhada para análise do CTE-PO-SC (2003) o qual não teve sua aprovação.
- B) Constituição de uma Comissão Especial de Gestão Pública Municipal para coordenação dos trabalhos para a implementação do Projeto Orla.

C) Reuniões preparatórias com diferentes atores sociais (como segue baixo) com a finalidade de levantar diferentes instituições com atribuições de uso direto e indireto na orla de Itajaí.

- 1- Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI
- 2- Secretaria de Patrimônio da União - SPU
- 3- Secretaria de Turismo - SETUR
- 4- Gabinete do Prefeito de Itajaí - PMI
- 5- Coordenadoria Regional de atendimento ao Cidadão do bairro fazenda
- 6- Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
- 7- Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
- 8- Corpo de Bombeiros
- 9- Secretaria de Educação
- 10- Associação dos Comerciantes da Praia Brava – ACBRAVA
- 11- Porto de Itajaí
- 12- Sindicato da Indústria de Construção Civil - SINDUSCOM
- 13- Associação de Surf das praias de Itajaí – ASPI
- 14- Procuradoria Geral do Município de Itajaí
- 15- Sindicato das Indústrias da Pesca – SINDIPI
- 16- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB de Itajaí
- 17- Colônia de Pescadores Artesanais Zona 36 – CPESCA
- 18- Secretaria da Saúde
- 19- Secretaria de Planejamento – SEPLAN
- 20- Santidade Bar
- 21- Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado – SPG
- 22- ACATMAR
- 23- Secretaria de Desenvolvimento Regional/GEPLA
- 24- Brava Beach
- 25- ABDO Construtora
- 26- Secretaria de Habitação – SEHAB
- 27- Secretaria de Comunicação de Itajaí – CECOM
- 28- Águas da Brava Restaurante
- 29- BAOBÁ Restaurante
- 30- Associação Itajaiense de Proteção aos Animais - AIPRA

- 31- Fundação Genésio de Miranda Lins
- 32- Associação de Moradores da Praia dos Amores
- 33- Galera's Bar
- 34- Ferry Boat
- 35- Pousadas Ondas da Brava
- 36- Serviço de Água, Saneamento e Infraestrutura - SEMASA
- 37- CEPSUL/MMA
- 38- Viagem Família/Empresa de Turismo
- 39- Secretaria de Pesca – SEPESCA
- 40- Diário da Cidade/Jornal
- 41- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- 42- Dianthus Restaurante
- 43- Coordenadoria de Trânsito – CODETRAN
- 44- Quiosque 4
- 45- Brava Sushi Restaurante
- 46- Tecnologia em Saneamento Ambiental Ltda -Tecnobio -
- 47- Câmara de Vereadores de Itajaí
- 48- Gerência Estadual de Educação – GERED/SDR/GERCO
- 49- Fórum da Agenda 21
- 50- Associação dos Proprietários da Praia Brava – APROBRAVA
- 51- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI
- 52- Intersindical/Sindicato de Hotéis
- 53- Marinha do Brasil
- 54- Associação dos Moradores do Saco da Fazenda – APASF
- 55- Associação de Parapente de Itajaí – APIR
- 56- Instituto Anjos do Mar - IAMB
- 57- Bar do KAO
- 58- Associação Empresarial de Itajaí – ACII
- 59- Secretaria de Segurança de Itajaí
- 60- PROCAVE Empreendimentos Imobiliários
- 61- Voo Livre Restaurante
- 62- Kadu Frutos do Mar Bar
- 63- Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES

64- Ecoporã Projetos

65- Hotel Marambaia Cabeçudas.

- D) Reunião informal no Ministério Público de Itajaí a fim de apresentar a intenção de realização do Projeto Orla e inserir as ações civis públicas no contexto de análise;
- E) Apresentações do Projeto Orla nas reuniões integradas do Plano Diretor de Itajaí nos setores Saco da Fazenda e Praia Brava;
- F) Eventos preliminares para apresentar o Projeto Orla junto a diferentes atores sociais:
 - Reunião na Secretaria de Turismo, em 11 de fevereiro de 2011 para apresentação do organograma e metodologia para o PGI – Projeto Orla de Itajaí. Participaram representantes da SPU/SC, FAMAI, SETUR, Gabinete do Prefeito (lista anexa);
 - Reunião na Secretaria de Turismo, em 24 de fevereiro de 2011 para apresentação do organograma e metodologia para o PGI – Projeto Orla de Itajaí. Participaram representantes da Coordenadoria Regional do bairro Fazenda, Secretaria Municipal de Urbanismo, SETUR, UNIVALI, Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Educação, Associação Comunitária da Praia Brava-ACBrava, Porto de Itajaí, SINDUSCON/Itajaí, Associação de Surf das Praias de Itajaí-ASPI, FAMAI, Procuradoria do Município (lista anexa);
 - Reunião na Secretaria de Turismo, em 14 de abril de 2011 para apresentação do organograma e metodologia para o PGI – Projeto Orla de Itajaí. Participaram representantes da Coordenadoria Regional do bairro Fazenda, Secretaria Municipal de Urbanismo, SETUR, Sindicato da Indústria da Pesca-SINDIPI, Secretaria Municipal de Saúde, Porto de Itajaí, SINDUSCON/Itajaí, FAMAI, Procuradoria do Município, SDR/GEPLAN, OAB/Itajaí, C. Pesca, Santidade Bar (lista anexa);

- Realização do 1º Seminário do Projeto ORLA de Itajaí no plenário da Câmara de Vereadores em 01 de junho de 2011. Participaram representantes da SPG/SC, ACATMAR, SETUR, SDR/GEPLAN, Secretaria Municipal de Educação, SPU/SC, UNIVALI, Coordenadoria Regional do bairro Fazenda, Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Saúde, Brava Beach empreendimentos, Associação de Surf das Praias de Itajaí-ASPI; ABDO Construtora; FAMAI, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de Comunicação, Secretaria Municipal de Urbanismo, Restaurante Águas da Brava, Santidade Bar, OAB/Itajaí, Restaurante Baobá, Associação de Proteção aos Animais-AIPRA, SINDUSCON/Itajaí, Associação Comunitária da Praia Brava-ACBrava, Fundação Genésio de Miranda Lins, Sindicato da Indústria da Pesca-SINDIPI, Porto de Itajaí, Associação de Moradores da Praia dos Amores, Galera's Bar (lista anexa);
- Reunião na Secretaria de Turismo, em 27 de junho de 2011 para apresentação do organograma e metodologia para o PGI – Projeto Orla de Itajaí ao Prefeito Jandir Bellini. Participaram representantes da FAMAI, SETUR, Gabinete do Prefeito;

G) Desenvolvimento da Oficina I subdividida em duas diferentes fases (Figuras 21, 22 e 23) a saber:

Quadro 5: Programação da Oficina I – Parte I.

Atividades	Data	Horário	Conteúdo
Oficina I Parte 1	30/06 2011	09:00 – 17:30	<p>Manhã (09:00 – 12:00)</p> <p>09:00 – 09:20 Abertura e apresentação das atividades</p> <p>09:20 – 10:00 Fundamentos para Gestão da Orla Marítima</p> <p>10:00 – 10:20 A Orla sob o enfoque do SPU Cristina Pinto – SPU</p> <p>10:20 – 10:35 Coffee-Break</p> <p>10:35 - 12:00 O ZEE – Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro – Coordenadora do GERCO – Sra. Bianca - SPSC</p> <p>12:00 – 13:30 - Almoço</p> <p>Tarde (13:30 – 17:30)</p> <p>13:30 – 14:30 - Diagnóstico da Orla – Marcus Polette</p> <p>14:30 – 15:00 – Apresentação dos Projetos previstos para a Orla – Eng, Francisco Nascimento (FAMAI)</p> <p>15:00 – 15:20 – Coffee-Break</p> <p>15:20 – 16:00 - Apresentação da situação patrimonial local</p> <p>16:00 – 17:30 - Construção do quadro sobre os problemas e potenciais da orla</p>

Quadro 6: Programação da Oficina I – Parte I.

Atividades	Data	Horário	Conteúdo
Oficina I Parte 1	01/07 2011	09:00 – 17:30	<p>Manhã (09:00 – 12:00)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos elementos da paisagem - Demarcação dos trechos homogêneos da paisagem - Delimitação da Orla e Classificação dos trechos homogêneos da paisagem e construção dos quadros sínteses das unidades e trechos da paisagem <p>12:00 – 13:30 - Almoço</p> <p>Tarde (13:30 – 17:30)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Delimitação da Orla e Classificação dos trechos homogêneos da paisagem e construção dos quadros sínteses das unidades e trechos da paisagem - Identificação dos conflitos fundiários

Quadro 7: Programação da Oficina I - Parte II.

Atividades	Data	Horário	Conteúdo
Oficina I Parte 2	07/07 2011	09:00 – 17:30	<p>Manhã (09:00 – 12:00)</p> <p>09:00 – 09:30 – Resumo da Oficina 1 – Parte 1 09:30 – 10:15 O Projeto Orla no âmbito Federal – Dra. Claudia Santos – MMA 10:15 – 11:00 A Situação patrimonial da Orla Palestra SPU Nacional 11:00 – 12:00 Preparação para a saída de campo 12:00 – 13:30 - Almoço</p> <p>Tarde (13:30 – 17:30)</p> <p>Saída de Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção dos perfis por meio da identificação dos elementos conceituais - Identificação e classificação e caracterização dos trechos e das faixas da orla
Oficina I Parte 2	08/07 2011	09:00 – 17:30	<p>Manhã (09:00 – 12:00)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de Cenários <p>12:00 – 13:30 - Almoço</p> <p>Tarde (13:30 – 17:30)</p> <p>Construção dos quadros de ações e medidas estratégicas</p>



Figura 22: Capacitação na Secretaria de Turismo de Itajaí.



Figura 23: Apresentação da Oficina I - representante da SPU/Brasília.



Figura 24: Apresentação dos fundamentos do Projeto Orla pela representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Na Oficina I foi realizado o diagnóstico da Orla de Itajaí, tendo como referência as seguintes ações:

- Construção do quadro sobre os problemas e potenciais da orla;
- Identificação dos elementos da paisagem;
- Demarcação dos trechos homogêneos da paisagem;
- Delimitação da Orla e Classificação dos trechos homogêneos da paisagem e construção dos quadros sínteses das unidades e trechos da paisagem;
- Classificação dos trechos homogêneos da paisagem e construção dos quadros sínteses das unidades e trechos da paisagem.

Ainda nesta etapa de análise foi possível identificar os principais conflitos fundiários no município, bem como as ações civis públicas incidentes especialmente na praia Brava.

A saída de Campo (Figuras 24, 25 e 26) teve como referência a construção dos perfis por meio da identificação dos elementos conceituais e a identificação e classificação e caracterização dos trechos e das faixas da orla. Cabe destacar que esta objetiva constatar, em campo, se os conhecimentos agrupados nas atividades anteriores trouxeram elementos suficientes para caracterizar a orla sob o ponto de vista da ocupação, das questões ambientais e sócio-econômicas.

Para a caracterização da área de interesse foi fundamental o reconhecimento da tipologia da orla com base em três critérios:

- Forma da orla;
- Posição e suas características físicas;
- Níveis de ocupação e adensamento populacional na orla.

Foram ainda levadas em consideração para o desenvolvimento do diagnóstico as seguintes ações:

- Identificação das unidades de paisagem;
- Identificação e caracterização dos atributos relevantes de cada unidade identificada; e
- Demarcação dos trechos com homogeneidade paisagística.



Figura 25: Saída de Campo para desenvolvimento do perfil de cenários no Trecho Atalaia.



Figura 26: Saída de Campo para desenvolvimento do perfil de cenários no trecho Canto do Morcego.



Figura 27: Saída de Campo para desenvolvimento do perfil de cenários no trecho Praia Brava.

Posteriormente foi possível ainda a construção dos quadros de ações e medidas estratégicas por meio de uma série de dinâmicas de grupo a fim de construir os planos de gestão tendo como referência os seguintes temas e subtemas:

Quadro 8: Temas e Sub temas definidos.

Temas Chaves	Sub temas
Turismo	Esporte e lazer
	Turismo de Eventos
	Gastronomia
	Marinas e portos de recreio
	Terminais turísticos
Normatização da Orla	Uso da faixa de areia no veraneio
	Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação
	Fiscalização e monitoramento
	Ações civis públicas
	Regularização fundiária
	Licenciamento
Meio Ambiente	Recuperação de área degradada
	Paisagismo
	Monitoramento e fiscalização
	Educação ambiental
	Unidades de Conservação

Infra-estrutura	Cercas, decks e passarelas
	Passeios públicos
	Rede coletora de esgoto
	Drenagem
	Gestão de resíduos
	Espaços públicos
	Estacionamentos
	Segurança
	Trânsito
	Banheiros e chuveiros públicos
Urbanização	Ciclovia
	Critérios para uso e ocupação do solo
	Zoneamento

Quadro 9: Programação da Oficina 2 realizada em 2 partes.

Oficina 2 Parte 1 Consolidação do Núcleo Gestor	21/07	09:00 – 17:30	<p>Aula Manhã (09:00 – 12:00)</p> <p>09:00 – 09:20 - Apresentação das atividades da Oficina II</p> <p>09:20 – 10:00 Dinâmica de avaliação do processos</p> <p>10:00 – 10:20 Coffee-break</p> <p>10:20 – 12:00 Sistematização dos quadros de problemas e linhas de ação</p> <p>12:00 – 13:30 - Almoço</p> <p>Aula Tarde (13:30 – 17:30)</p> <p>13:30 – 15:00 Sistematização dos quadros de problemas e linhas de ação</p> <p>15:00 – 15:20 – Coffee-Break</p> <p>15:20 – 17:30 Sistematização dos quadros de problemas e linhas de ação</p>
Oficina 2		09:00 – 17:30	<p>Aula Manhã (09:00 – 12:00)</p> <p>09:00 – 10:00 Sistematização dos quadros de problemas e linhas de ação</p> <p>10:00 – 10:20 Coffee-break</p> <p>10:20 – 12:00 Final da Sistematização dos quadros de problemas e linhas de ação</p>

Parte 2 Consolidação do Núcleo Gestor	22/07		12:00 – 13:30 - Almoço Aula Tarde (13:30 – 17:30) 13:30 – 15:00 Mecanismo de envolvimento da sociedade 15:00 – 15:20 – Coffee-Break 15:20 – 17:30 Formação do Comitê Gestor da Orla
Consolidação dos Resultados	2. ^a quinzena /julho		Elaboração do Relatório
Apresentação dos Resultados FAMAI	29/07		Divulgação e Apresentação dos Relatórios
Audiência Pública e instituição do comitê gestor	12/08	A SER CONFIRMADO	

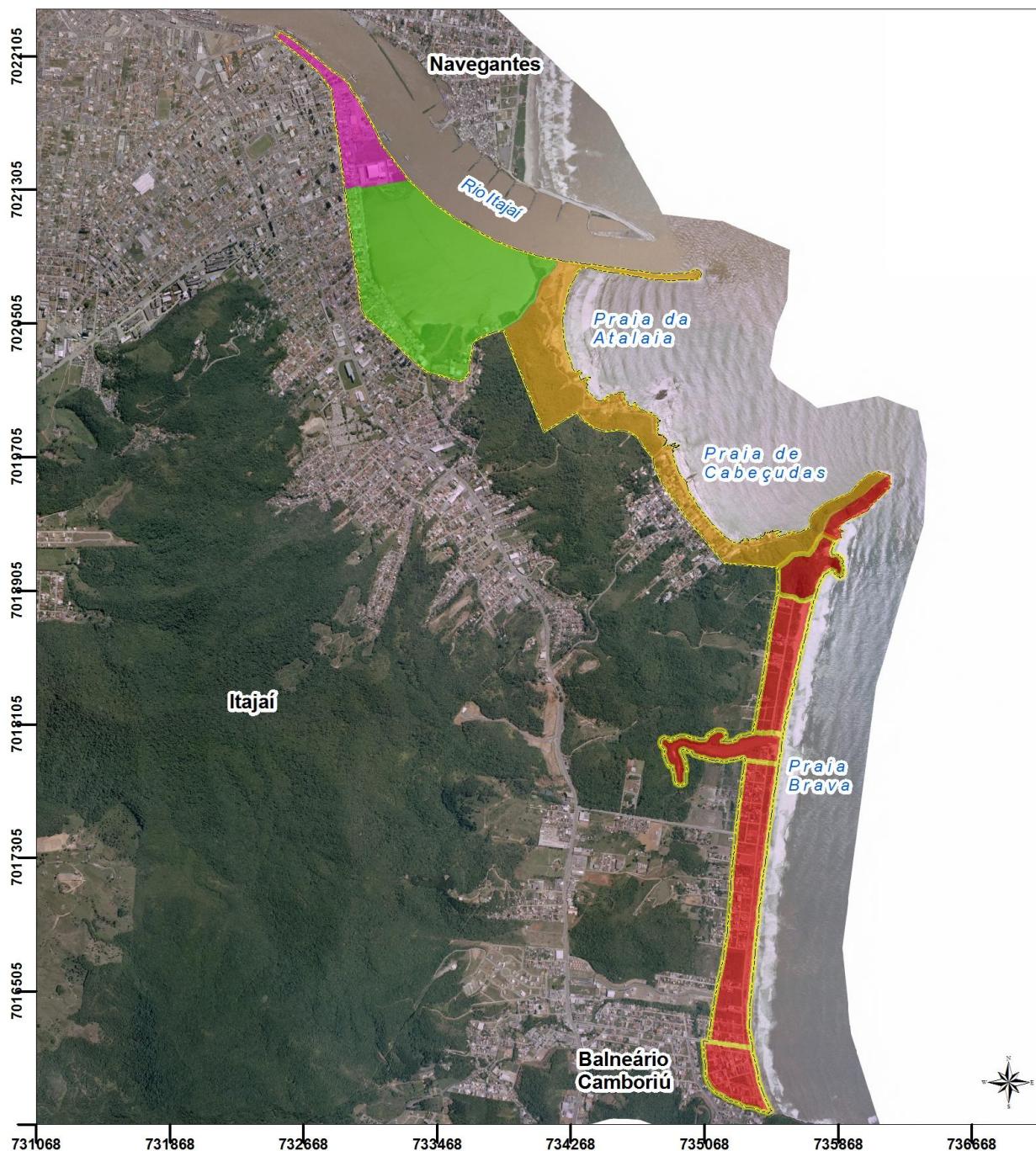
7. Levantamento dos Setores e Trechos homogêneos para o Projeto Orla de Itajaí

O Projeto orla em Itajaí será estruturado em uma área de 161,45 hectares e ainda em uma faixa linear de 11.275,00 metros, segundo os trechos e setores de análise (Quadro 9). As figuras abaixo mapeiam cada setor e trechos definidos.

Quadro 10: Setores e trechos do Projeto Orla de Itajaí – SC.

Setor	Trecho	Área (ha)	Comprimento da orla (m)
Praia Brava	Praia Brava Sul	10,85	395
	Praia Brava Centro	33,74	1.715
	Cassino da Lagoa	11,21	175
	Praia Brava Norte	16,33	835
	Canto do Morcego	8,81	565
Cabeçudas/Atalaia	Promontório de Cabeçudas	8,10	1.250
	Cabeçudas	16,60	1.355
	Atalaia	35,32	1.530
	Molhes da Barra	2,89	1.635
Saco da Fazenda	Saco da Fazenda	87.05	1.050
Rio Itajaí	Rio Itajaí	17,60	1.220
Total		161,45	11.725

Projeto Orla - Itajaí/SC



Legenda

- Abrangência do Projeto Orla - 248,54ha e 11.725m lineares de orla
- Setor Rio Itajaí - 17,60ha e 1.220m lineares de orla
- Setor Saco da Fazenda - 87,05ha e 1.050m lineares de orla
- Setor Cabecudas- PNM do Atalaia - 54,82ha e 4.520m lineares de orla
- Setor Praia Brava - 80,97ha e 4.935m lineares de orla



Fonte de Dados:
 Base Cartográfica de Itajaí
 Escala 1:10.000
 Empresa Executora: Aeroimagem S/A
 Ano 2007
 Levantamento Aerofotogramétrico SDS
 Empresa Executora: Engemap Geoinformação
 Escala 1:5.000
 Ano 2010-2013
 UTM - SIRGAS 2000 - 22J

Figura 28: Setores identificados e delimitados durante as oficinas do Projeto Orla de Itajaí.



Legenda

- Yellow line: Faixa dos 33 metros de marinha
- Blue shaded area: Área de marinha - União
- Blue line: Trecho 1 - 10,85ha e 395m lineares de orla
- White line: Limite do Município de Itajaí

Fonte de dados vetoriais:
 Base Cartográfica P. M. de Itajaí
 Empresa Executora: Aeroimagem S/A
 Ano: 2007
 Escala - 1:10.000
 Levantamento Cartográfico da SPU
 Escala: 1:2000
 Sistema de projeção de coordenadas:
 Projeção Transversa de Mercator - UTM
 Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 29: Setor Praia Brava - Praia Brava Sul.

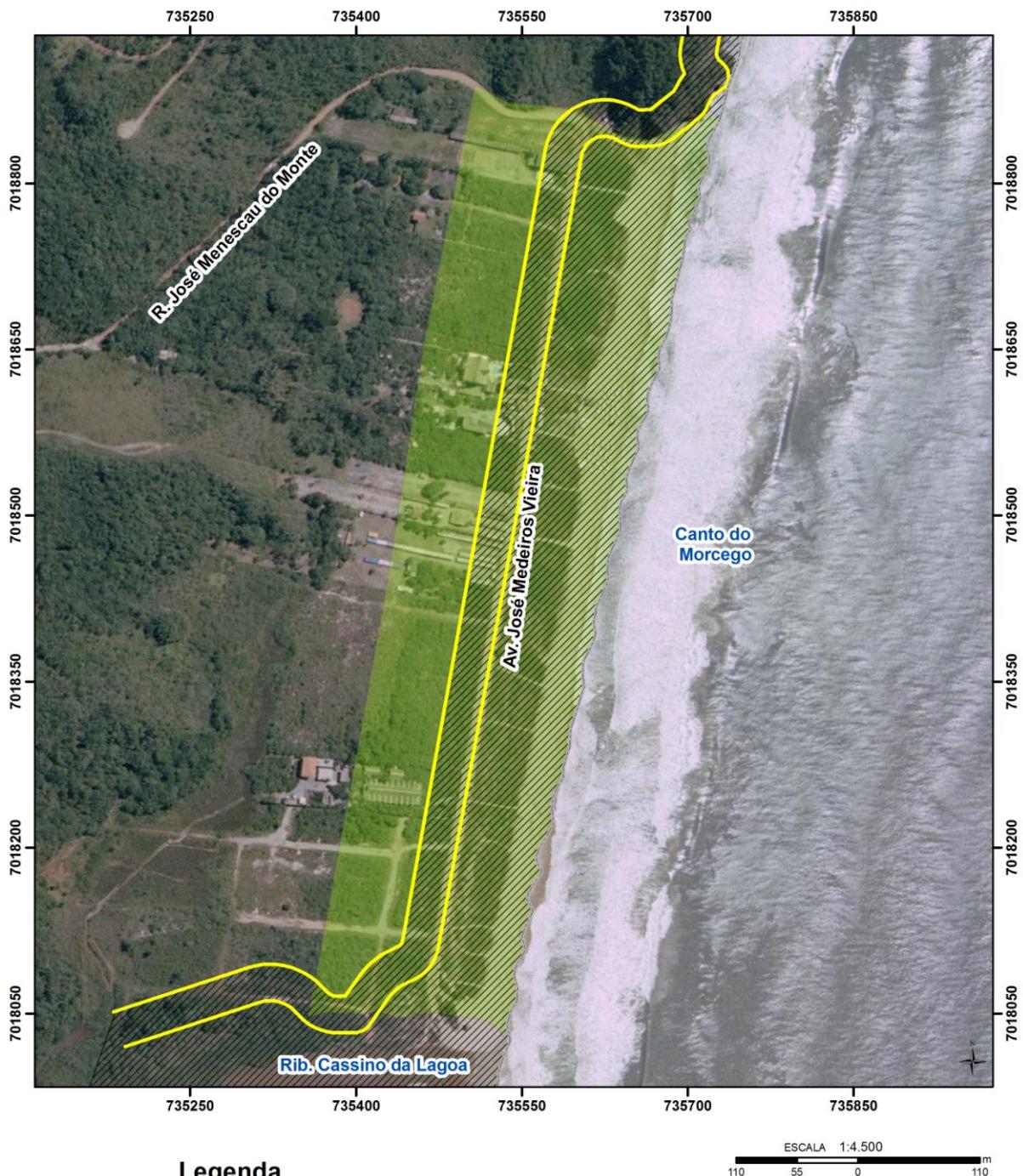


Figura 30: Setor Praia Brava - Praia Brava Centro.



Figura 31: Setor Praia Brava - Cassino da Lagoa.

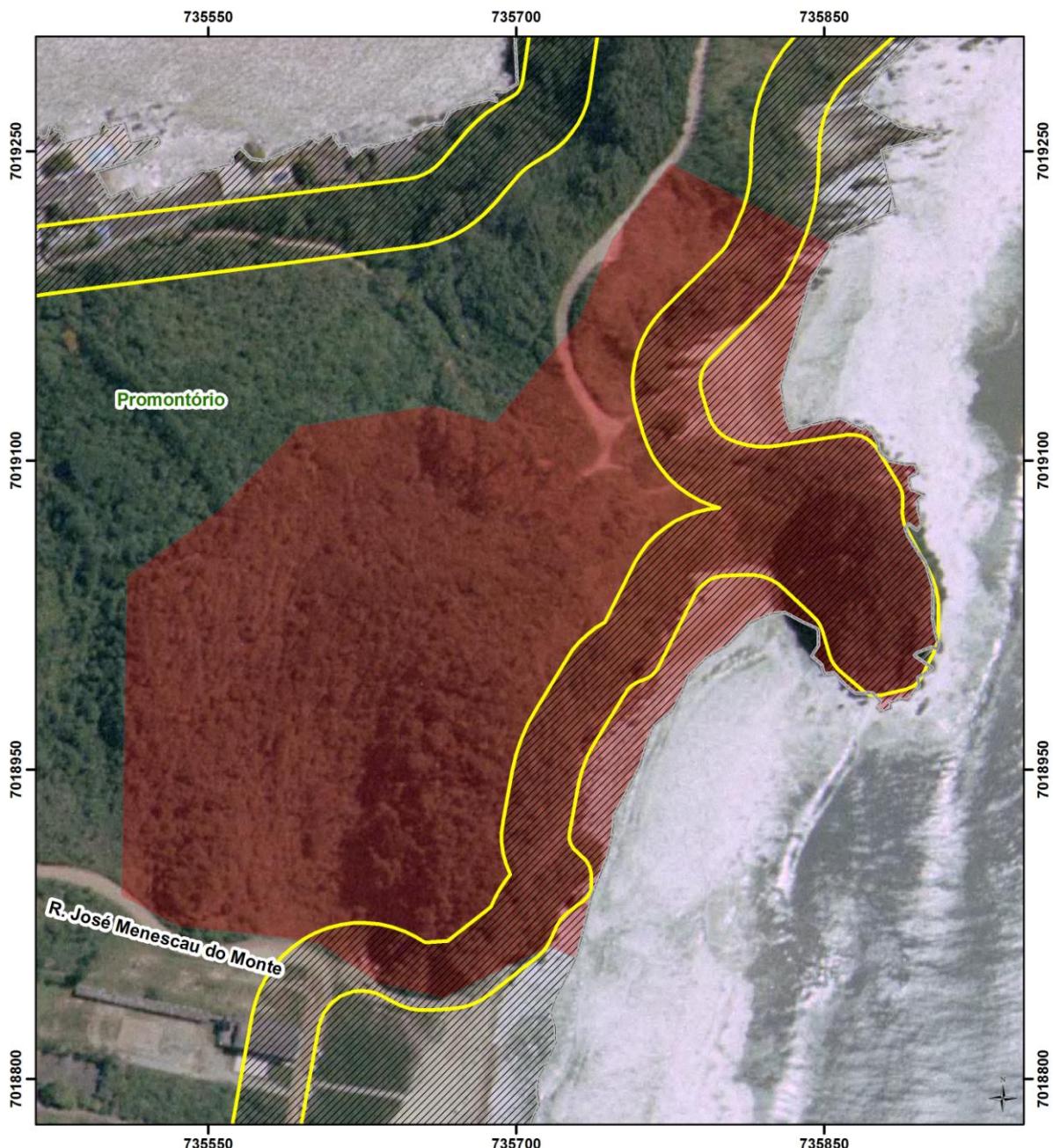
**Setor Praia Brava
Trecho 4**



Fonte de dados vetoriais:
 Base Cartográfica P. M. de Itajaí
 Empresa Executora: Aeroimagem S/A
 Ano: 2007
 Escala - 1:10.000
 Levantamento Cartográfico da SPU
 Escala: 1:2000
 Sistema de projeção de coordenadas:
 Projeção Transversa de Mercator - UTM
 Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 32: Setor Praia Brava – Praia Brava Norte.

**Setor Praia Brava
Trecho 5**



Legenda

- Faixa dos 33 metros de marinha
- ▨ Área de marinha - União
- Trecho 5 - 8,81ha e 565m lineares de orla
- Limite do Município de Itajaí

ESCALA 1:2.500
60 30 0 60 m

Fonte de dados vetoriais:
Base Cartográfica P. M. de Itajaí
Empresa Executora: Aerolagem S/A
Ano: 2007
Escala: 1:10.000
Levantamento Cartográfico da SPU
Escala: 1:2.000
Sistema de projeção de coordenadas:
Projeção Transversa de Mercator - UTM
Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 33: Setor Praia Brava - Canto do Morcego.

Setor Praia Brava
Área de Interesse Especial



Fonte de dados vetoriais:
 Base Cartográfica P. M. de Itajaí
 Empresa Executora: Aerofotogram S/A
 Ano: 2007
 Escala - 1:10.000
 Levantamento Cartográfico da SPU
 Escala: 1:2000
 Sistema de projeção de coordenadas:
 Projeção Transversa de Mercator - UTM
 Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 34: Setor Cabeçudas/Atalaia - Promontório de Cabeçudas.

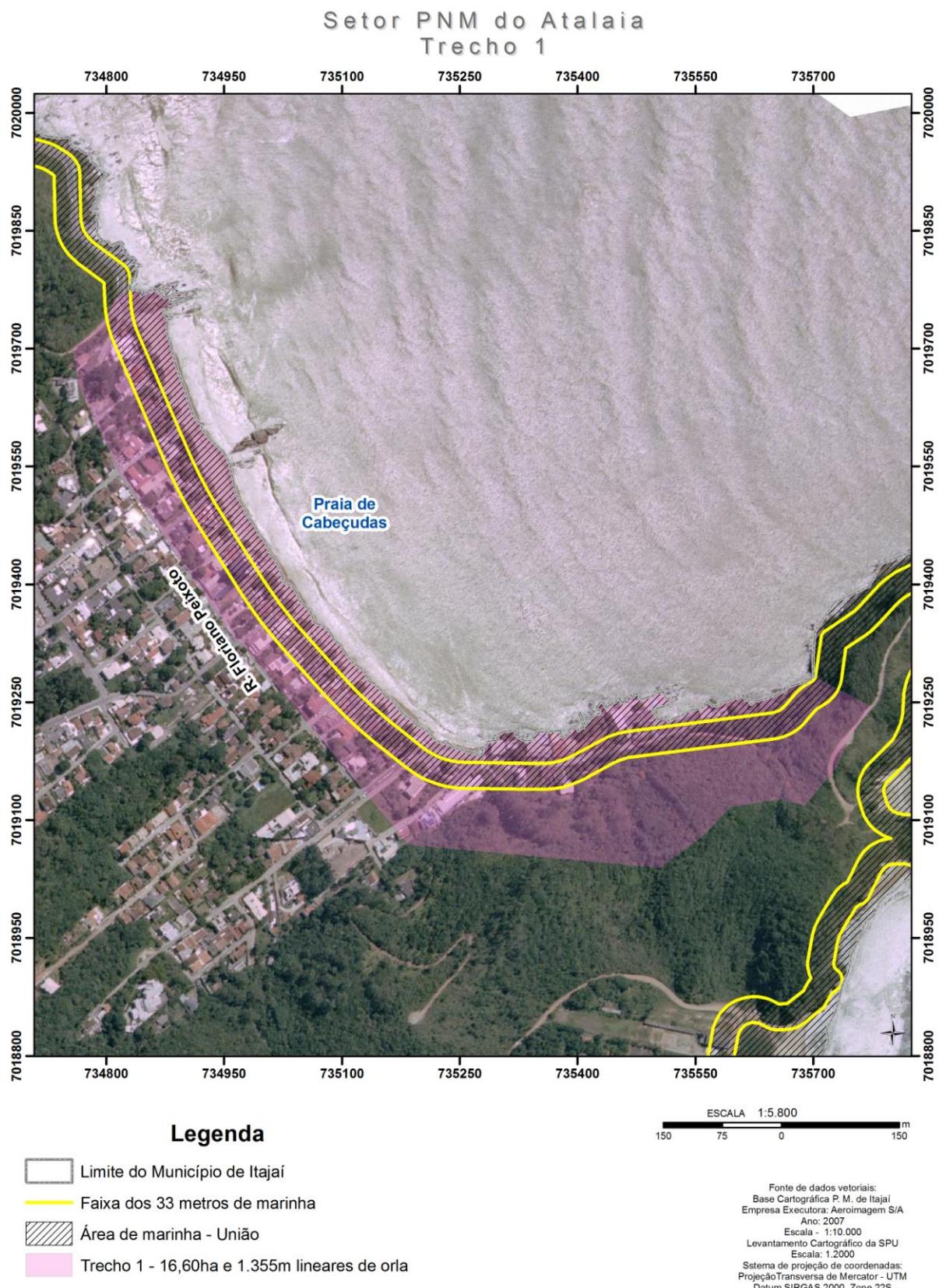


Figura 35: Setor Cabeçudas/Atalaia – Cabeçudas.

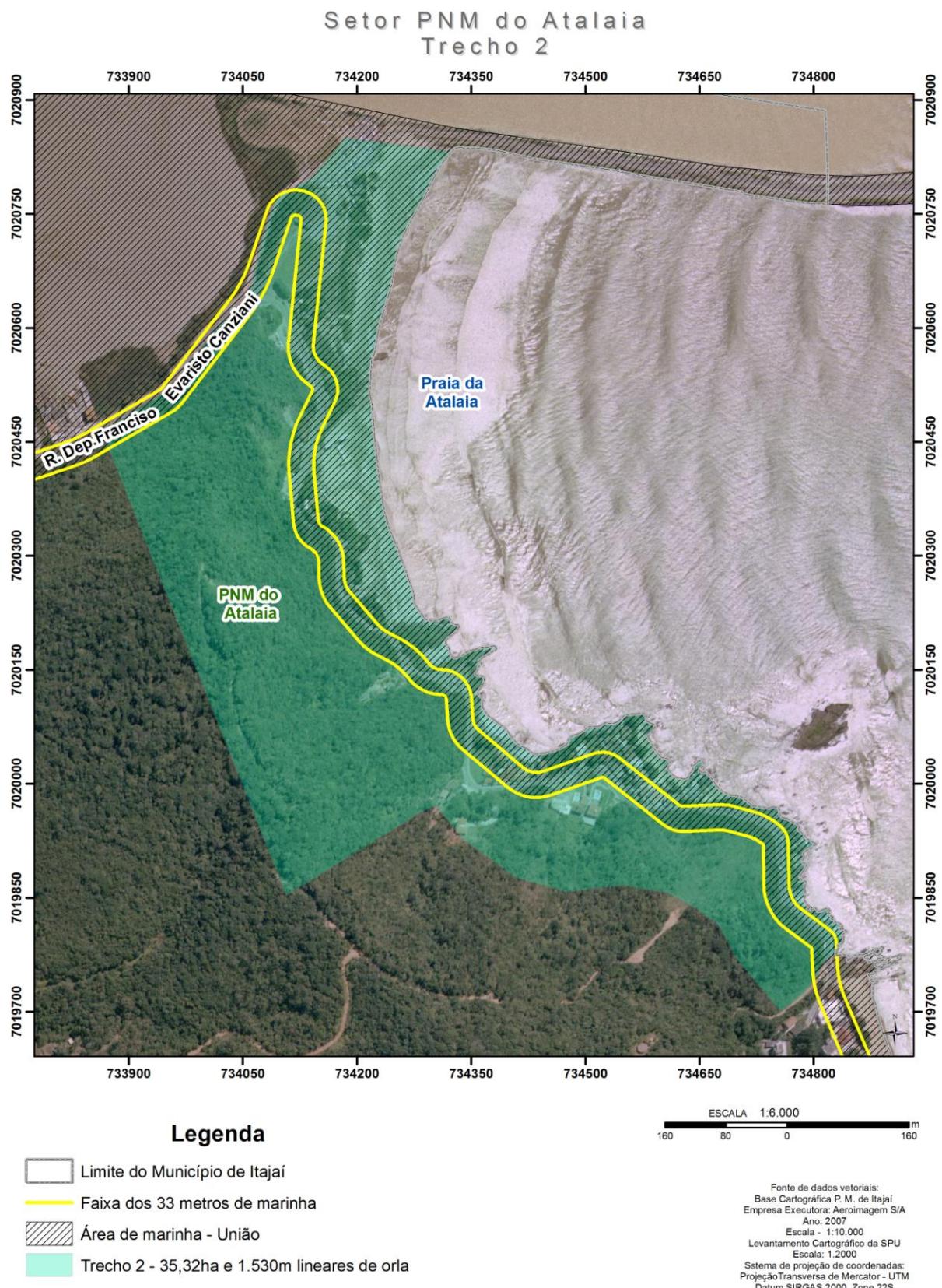
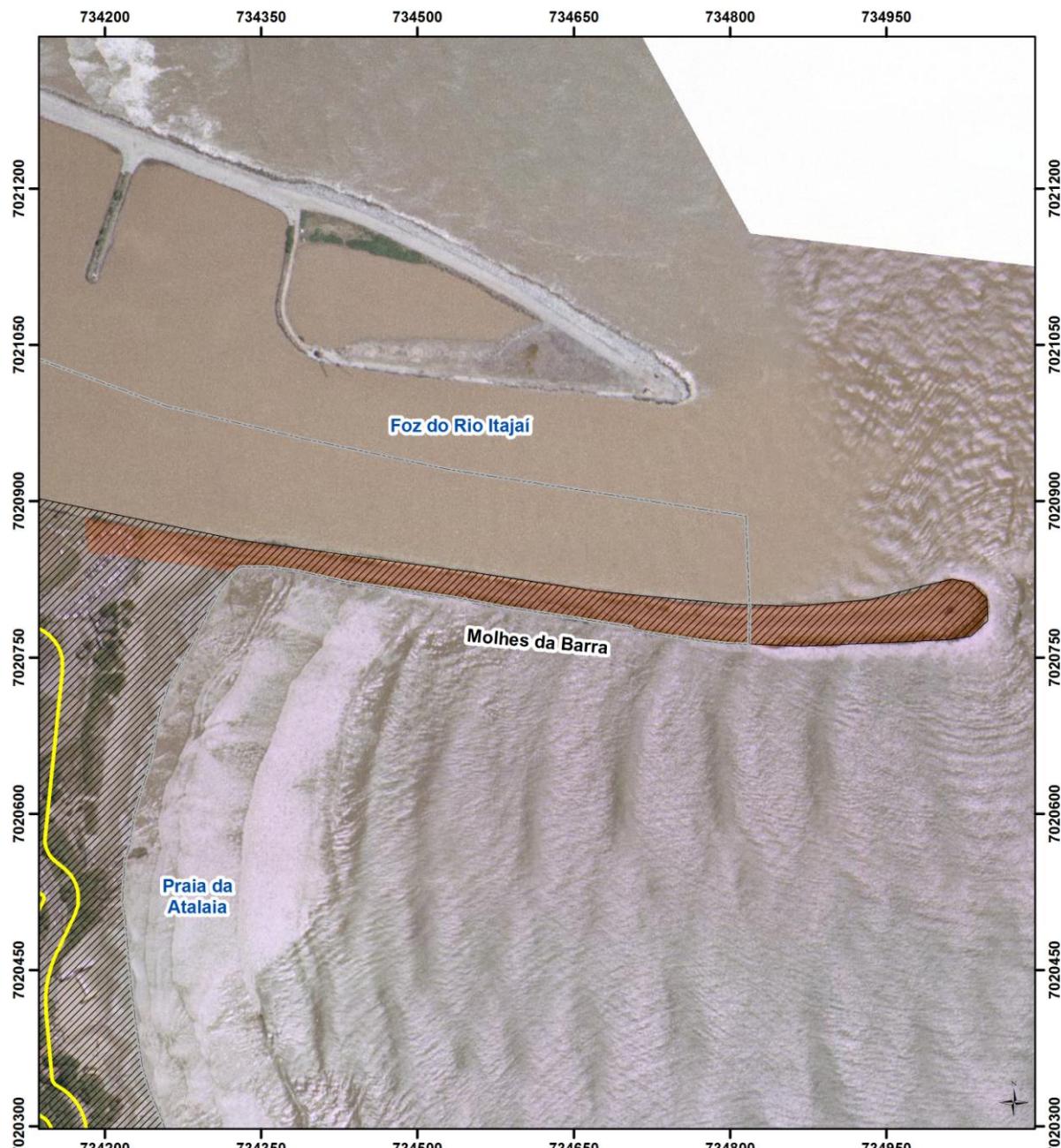


Figura 36: Setor Cabeçudas/Atalaia – Atalaia.

**Setor PNM do Atalaia
Trecho 3**



Legenda

- Limite do Município de Itajaí
- Faixa dos 33 metros de marinha
- Área de marinha - União
- Trecho 3 - 2,89ha e 1.635m lineares de orla

Fonte de dados vetoriais:
Base Cartográfica P. M. de Itajaí
Empresa Executora: Aerofotogram S/A
Ano: 2007
Escala: 1:10.000
Levantamento Cartográfico da SPU
Escala: 1:2.000
Sistema de projeção de coordenadas:
Projeção Transversa de Mercator - UTM
Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 37: Setor Cabeçudas/Atalaia - Molhes da Barra.



Legenda

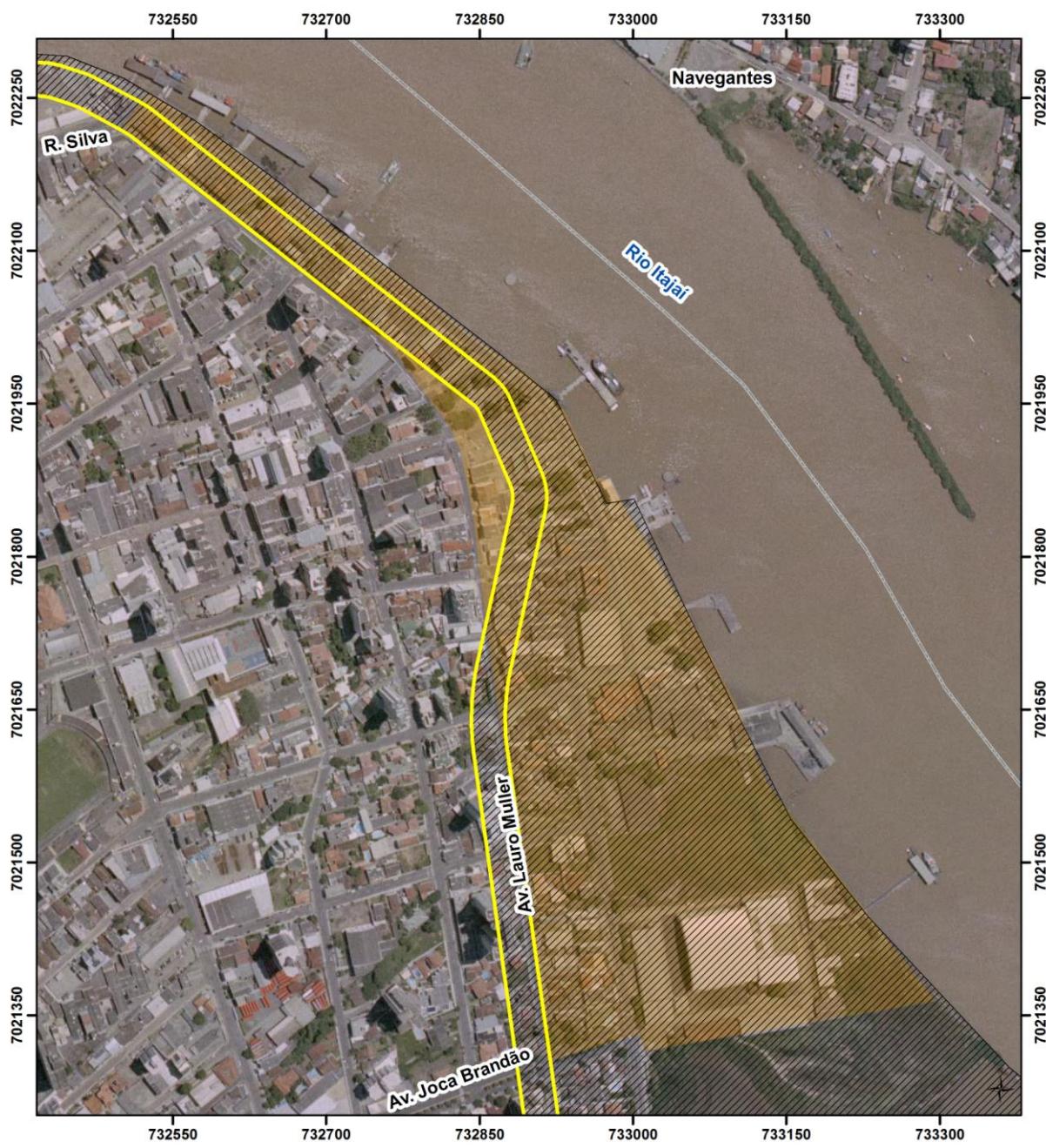
- Limite do Município de Itajaí
- Faixa dos 33 metros de marinha
- Área de marinha - União
- Setor Saco da Fazenda - 87,05ha e 1.050m lineares de orla

ESCALA 1:7.200
190 95 0 190 m

Fonte de dados vetoriais:
Base Cartográfica P. M. de Itajaí
Empresa Executora: Aerofotogram S/A
Ano: 2007
Escala: 1:10.000
Levantamento Cartográfico da SPU
Escala: 1:2.000
Sistema de projeção de coordenadas:
Projeção Transversa de Mercator - UTM
Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 38: Setor Saco da Fazenda – Saco da Fazenda.

Setor Rio Itajaí



Legenda

- Limite do Município de Itajaí
- Faixa dos 33 metros de marinha
- Área de marinha - União
- Setor Rio Itajaí - 17,60ha e 1.220m lineares de orla

130 65 0 130

Fonte de dados vetoriais:
 Base Cartográfica P. M. de Itajaí
 Empresa Executora: Aeroimagem S/A
 Ano: 2007
 Escala: 1:10.000
 Levantamento Cartográfico da SPU
 Escala: 1:2000
 Sistema de projeção de coordenadas:
 Projeção Transversa de Mercator - UTM
 Datum SIRGAS 2000 Zone 22S

Figura 39: Setor Rio Itajaí - Rio Itajaí.

8. Diagnóstico da Orla de Itajaí - Setores e Trechos

O presente diagnóstico é parte de um processo de pactuação da agenda de consolidação de um processo que teve como base a divisão das atividades, a sistemática de trabalho adotada para o cumprimento das metas cumpridas na Oficina I.

Para consolidação do diagnóstico foram realizadas as seguintes atividades:

1. Perfis da orla com sua respectiva identificação dos setores e trechos;
2. Construção dos cenários para cada trecho;
3. Quadros síntese por trecho;
4. Produção dos elementos gráficos de demarcação das unidades, trechos e da faixa de orla;
5. Levantamento da legislação aplicável aos problemas apontados;
6. Levantamento e detalhamento das linhas de ação, ampliando a discussão com os atores de cada trecho.

O conjunto de atividades desenvolvidas até então servirão de base para a Oficina II que visa sistematizar as informações e análises produzidas nesta fase. Cabe destacar que o plano apresentado no segundo tomo deste produto é um documento elaborado no final do processo que estabelece as diretrizes para gestão da orla, servindo, inclusive, como documento complementar à celebração de termos de cooperação entre os municípios, os governos federal e estadual, convênios e outros instrumentos de implementação. Para isso são apresentadas a configuração de cada trecho da orla, seus principais problemas e potencialidades segundo a percepção dos atores presentes nas oficinas.

Cabe destacar que para realização das saídas de campo visando o diagnóstico, o Projeto Orla de Itajaí foi dividido em locais homogêneos, segundo os trechos e setores de análise (Quadro 10):

Quadro 11: Setores e trechos do Projeto Orla de Itajaí – SC para diagnóstico/saídas de campo.

Setor	Trecho	Comprimento da orla (m)
Praia Brava	Praia Brava Sul	395
	Praia Brava Centro	1.715
	Cassino da Lagoa	175
	Praia Brava Norte	835
	Canto do Morcego + Promontório Sul	870
Cabeçudas/Atalaia	Promontório de Cabeçudas – Norte	642
	Cabeçudas	1.355
	PNM do Atalaia	1.530
	Molhes da Barra	1.635
Saco da Fazenda	Saco da Fazenda	1.050
Rio Itajaí	Rio Itajaí	1.220
Total		11.725

Projeto Orla - Itajaí/SC

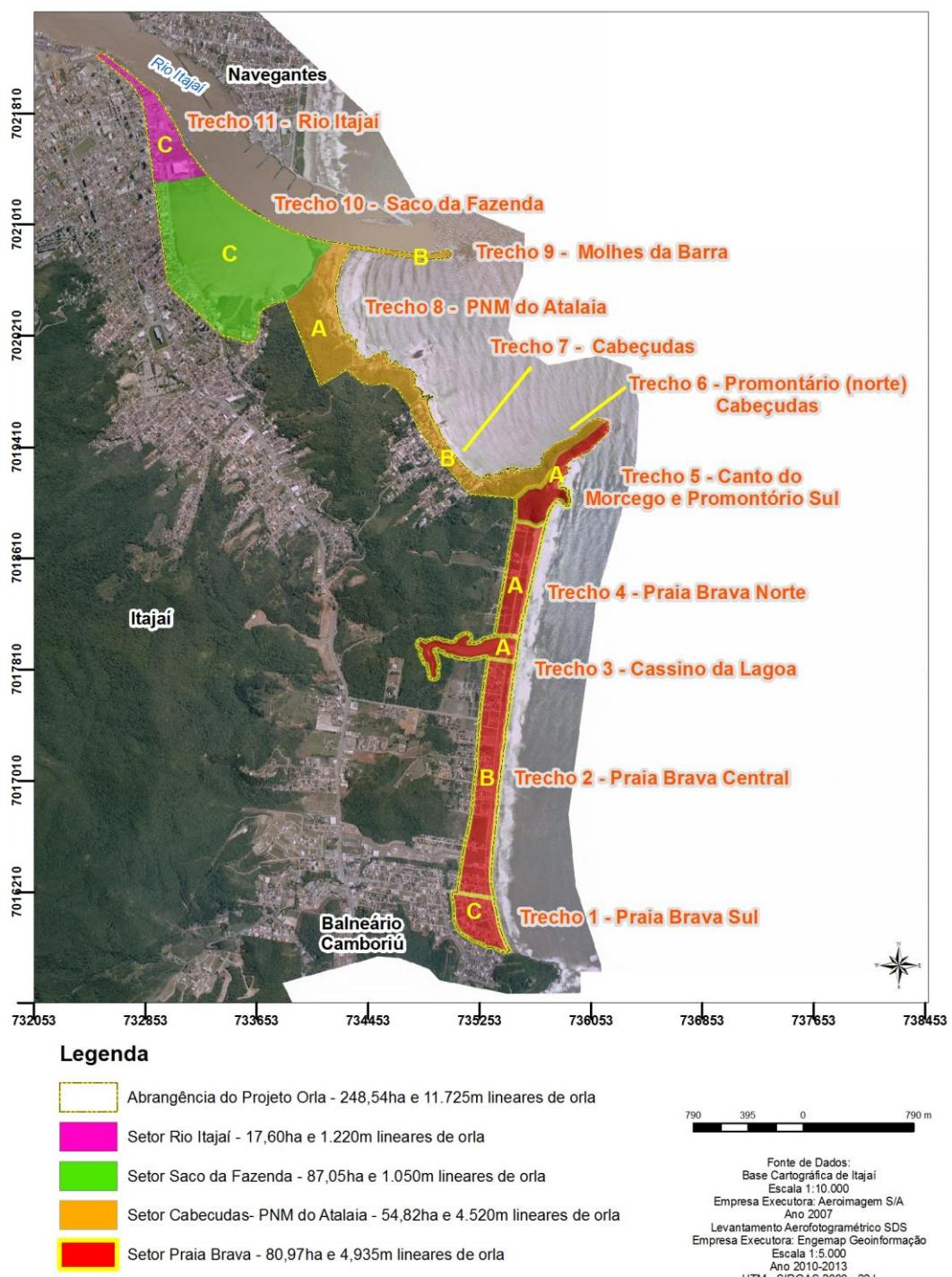


Figura 40: Levantamento dos setores e trechos de análise para a caracterização do município de Itajaí e classificação segundo Projeto Orla . Fonte: adaptado PGI Itajaí, 2003.

8.1. Levantamento dos setores e trechos homogêneos

Quadro 12: Configuração local atual por setores/trechos e sua classificação segundo Projeto Orla.

Setor	Trechos	Classe	Configuração local atual	Imagem
Praia Brava	Praia Brava Sul	C	<ul style="list-style-type: none"> • Residências uni e multifamiliares • Hotéis e pousadas • Área de pouso de voo Livre • Bares 	
	Praia Brava Central	B	<ul style="list-style-type: none"> • Condomínios • Área residencial • Restaurantes • Point de Surf 	
	Cassino da Lagoa	A	<ul style="list-style-type: none"> • Residências unifamiliares • Veraneio • Residências multifamiliares 	
	Praia Brava Norte	A	<ul style="list-style-type: none"> • Bares e Boates • Semi urbanizada com baixa densidade 	

	Trechos	Classe	Configuração local atual	Imagen
	Canto do Morcego e Promontório Sul	A	<ul style="list-style-type: none"> • Praia preservada • Área da Marinha • Farol • Local abandonado 	
Cabeçudas/Atalaia	Promontório Norte	A	<ul style="list-style-type: none"> • Área de marinha 	
	Cabeçudas	A	<ul style="list-style-type: none"> • Área pouco populosa e com pouca possibilidade de expansão • Moradia uni e multifamiliar • Restaurantes • Quiosques • Chuveiros e esgoto a céu aberto 	
	Cabeçudas	B	<ul style="list-style-type: none"> • Área pouco populosa e com pouca possibilidade de expansão • Moradia uni e multifamiliar • Restaurantes • Quiosques • Chuveiros e esgoto a céu aberto 	
	PNM do Atalaia	A	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade de ocupação • Urbanização desordenada unifamiliar • Área Comercial 	

	Trechos	Classe	Configuração local atual	Imagen
	Molhes da Barra	B	<ul style="list-style-type: none"> • Ambulantes • Surf Noturno • Pesca esportiva • Rádio costeira • Restaurantes 	
Saco da Fazenda	Único	C	<ul style="list-style-type: none"> • Via gastronômica • Praças poliesportivas • Associação Náutica • Pesca artesanal • Atividades esportivas e pesca amadora • Atracadouro de embarcações artesanais e de vela • Receptor de esgoto urbano • Repartições públicas • Bares e restaurantes • Bairro com alta densidade populacional 	

	Trechos	Classe	Configuração local atual	Imagen
Rio Itajaí	Único	C	<ul style="list-style-type: none"> • Área retroportuária • Bares e restaurantes • Empresas de pesca • Comércio com alta densidade • Atividade da pesca • Ligação Itajaí – Navegantes (Ferry Boat) • Pier e atracadouros • Praticagem • Mercado Público • Centro de Eventos • CEPSUL/IBAMA • Capitânia de Portos • Igreja da Imaculada Conceição • Marco Zero de Itajaí – Praça Vidal Ramos 	

8.2. Problemas, Ações e Medidas - por Trecho

Quadro 13: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla - Praia Brava.

Trecho/setor	Problemas	Ações e medidas	Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
Praia Brava Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca faixa de areia • Alta concentração de banhistas • Falta de passarelas • Falta de saneamento • Falta de regulamentação (bares) • Falta de segurança • Falta de identidade com o município de Itajaí • Pavimentação não concluída • Rio assoreado e poluído • Destrução de áreas de restinga • Concentração populacional • Falta de mão de obra • Falta de postos de saúde • Falta de 	<ul style="list-style-type: none"> • Normatização da Orla • Uso da faixa de areia no veraneio • Diagnóstico do uso da faixa de areia da praia. • Levantamento da legislação pertinente para ordenar e definir o uso da orla. • Elaboração de regras específicas de cada setor para atendimento dos bares e restaurantes ambulantes. • Definição de áreas específicas para prática de esportes e lazer. • Padronização 	<ul style="list-style-type: none"> • Requerer à união áreas para regularização de quiosques padronizados, fora da área de bem comum e obedecidos em sua ocupação os procedimentos licitatórios dispostos na Lei nº 8666/93. • Verificar o tipo de fossa utilizada, adequar ao tipo menos impactante possível, tendo em vista a superficialidade do lençol freático e contaminação da praia. • A Recuperação de áreas

	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de áreas de lazer • Falta de estacionamento • Ônibus de excursão • Falta de fiscalização • Posto de salva vidas na restinga sem condição • Trilhas no meio da restinga • Drenagem da chuva na Carlos Drumond de Andrade com a praia destruiu a restinga • Muitos vazios na mata de restinga • Falta de iluminação pública • Erosão • Sem calçadas para pedestres • Prédios em construção • Sem área de pouso definida • Carlos Drumond de Andrade sem calçadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização dos equipamentos públicos e privados (Quiosques, Posto de Salva Vidas, Cercas, passarelas, Decks, Chuveiros, WCs). • Captação de recursos financeiros junto aos órgãos públicos, nas três esferas e privados. • Levantamento junto ao SPU das formas adequadas para a captação e transferência de recursos do Laudêmio. • Negociação com o Ministério Público para destinar recursos 	<p>o de APP deverá ser realizada de acordo com a Resolução CONAMA nº 429/2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar campanhas educativas visando a correta destinação do lixo.
---	---	---	---

<p>Praia Brava Central</p>   	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca faixa de areia • Uso de drogas na praia e acessos • Cadeiras e mesas na faixa de areia • Falta de banheiros • Futura concentração de pessoas • Ruas transversais sem pavimentação • Cerca de proteção da restinga abaixo da área pública, sendo que muitos trechos estão destruídos • Vegetação exóticas nas restingas • Passarelas danificadas e diretamente sobre as dunas • Ausência de ciclovias • Acessos à praia clandestinos • Lixo nas calçadas • Verticalização da orla • Falta de espaços públicos de lazer, 	<p>oriundos dos TACs para o Projeto Orla.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias e convênios com investidores imobiliários para destinação de recursos para o Projeto Orla. • Fiscalizar e/ou monitorar as estruturas de apoio da praia. <p>Urbanização Setor Praia Brava</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de Zonas de recuperação de duna frontal e vegetação nativa (restinga). 	
---	---	---	--

	<p>esportes, praças, e estacionamentos públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em alguns trechos do novo calçadão não é suficiente para pedestres e ciclistas • Falta de fiscalização e/ou monitoramento • Programa de educação Ambiental • Espaço público destinado a educação ambiental • Posto de atendimento integrado nos dois extremos 		
Cassino da Lagoa	 <ul style="list-style-type: none"> • Farofeiros • Poluição química e orgânica • Desrespeito • Lixo e poluição sonora • Balneabilidade do ribeirão Cassino da Lagoa poluída • Depredação da paisagem • Poluição da lagoa 	<p>Urbanização</p> <p><u>Setor Praia Brava</u></p> <p>Propor a criação de unidade de conservação nas margens do Ribeirão Cassino da Lagoa.</p>	<p>Realizar campanhas educativas visando a correta destinação do lixo e despoluição do Ribeirão Cassino da Lagoa.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação • Falta de lixeiras • Projetos mal executados • Falta de saneamento e ordenamento • Margem degradada • Estacionamento • Falta de lixeiras • Esgoto a céu aberto • Ocupação e construção irregular • Degeneração da margem do Ribeirão • Assoreamento • Poluição do Ribeirão 		
<p>Praia Brava Norte</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso • Lixo • Pouca infra-estrutura • Iluminação pública • Segurança • Uso de drogas • Odor de Urina nos equipamentos públicos 		

	<ul style="list-style-type: none"> • Invasão de carros na restinga • Ocupação desordenada • Descaracterização da área com supressão de vegetação nativa 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Deck parcialmente danificado • Lixo • Acessibilidade à praia • Lixeiras destruídas 	<ul style="list-style-type: none"> • Animais na praia • Abertura de rua exclusiva para o complexo turístico habitacional • Acesso precário • Capa asfáltica sem infra-estrutura • Exclusividade do uso da praia • Falta de infra-estrutura para projetos em implantação (água e esgoto) • Falta acesso estururado para transpor o Ribeirão Cassino 	

	<p>da Lagoa para evitar a exclusividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de acesso a praia inexistentes ou sem condições de uso • Falta coleta de lixo de forma regular • Mau uso do costão • Diminuição da mata nativa 		
Canto do Morcego e Promontório Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Trilhas depredadas • Voçorocas • Falta de segurança • Consumo de drogas • Futuros empreendimentos • Estacionamentos • Falta de recursos para indenização da área a fim de transformá-la em um Parque 	<p>Urbanização</p> <p>Setor Praia Brava</p> <p>Estímulo à conservação da paisagem natural do Canto do Morcego.</p>	<p>Realizar campanhas educativas visando à correta destinação do lixo.</p>

Quadro 14: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla-Cabeçudas/Atalaia.

Trecho/setor	Problemas	Ações e medidas	Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
Promontório Cabeçudas	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura precária • Poluição por esgotamento sanitário • Infraestrutura precária • Parte da área ocupada por residências em faixa de mar • Ausência de saneamento • Ausência de decks e ciclovias • Falta de posto de policiamento • Estacionamento precário • Quiosques mal organizados • Poluição sonora • Falta ciclovía • Falta de estacionamento • Presença de banheiros químicos • Degradação 	<p>Infraestrutura</p> <p>Outros projetos Específicos</p> <p>Projeto para substituição das estruturas de alvenaria na areia e na faixa de restinga por estruturas móveis.</p> <p>Estudos de viabilidade ambiental e urbana para um Projeto para implantação de um teleférico.</p> <p>Auxiliar no processo de planejamento das estruturas físicas do Complexo Náutico Itajaí.</p> <p>Normatização da Orla</p> <p><u>Uso da faixa de areia no veraneio.</u></p> <p>Diagnóstico do uso da faixa de areia da praia.</p> <p>Levantamento da</p>	<p>A intervenção em áreas de APP deverá ser realizada de acordo com a Resolução CONAMA nº 429/2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.</p> <p>Requerer à união áreas para regularização de quiosques padronizados, obedecidos em sua ocupação os procedimentos</p>

	<p>ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construções em áreas de APP e União • Esgoto a céu aberto • Balneabilidade imprópria • Falta de transporte coletivo • Falta de ciclovias e calçadão • Ausência de saneamento • Aumento dos quiosques em locais inadequados • Aumento da criminalidade • Falta de balneabilidade • Falta de mobilidade urbana • Falta de ciclovias • Poluição sonora 	<p>legislação pertinente para ordenar e definir o uso da orla.</p> <p>Elaboração de regras específicas de cada setor para atendimento dos bares e restaurantes ambulantes.</p> <p>Definição de áreas específicas para prática de esportes e lazer.</p> <p>Padronização de equipamentos e serviços de atendimento da orla.</p> <p>Regularização dos equipamentos públicos e privados (Quiosques, Posto de Salva Vidas, Cercas, passarelas, Decks, Chuveiros, WCs).</p> <p>Captação de recursos financeiros junto aos órgãos públicos, nas três esferas e privados.</p>	<p>licitatórios dispostos na Lei nº 8666/93.</p> <p>Construção com menor impacto possível mediante licenciamento pelo órgão competente. O município deverá requerer a União.</p> <p>Verificar o tipo de fossa utilizada, adequar ao tipo menos impactante possível, tendo em vista a</p>
PNM do Atalaia	 <ul style="list-style-type: none"> • Parte da área ocupada por residências em faixa de mar • Ausência de saneamento • Ausência de decks e ciclovias • Falta de posto de 	<p>Levantamento, junto ao SPU, das formas adequadas para a captação e transferência de recursos do Laudêmio.</p>	<p>superficialidad e do lençol freático e contaminação da praia.</p> <p>Realizar campanhas</p>

	<p>policiamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estacionamento precário • Falta de ciclovia • Calçadas irregulares • Animais na praia • Edificações na areia da praia em estado irregular • Ocupação irregular • Bairrismo do “surf” • Moradias irregulares • Construções irregulares junto a orla • Esgoto a céu aberto • Poluição sonora • Animais • Falta de segurança • Salva vidas na Orla • Degradação da qualidade da areia • Calçada sem proteção • Calçadas de estacionamentos sem conservação • Chuveiro para banhistas somente funciona no verão • Acessos junto a rodovia por 	<p>Negociação com o Ministério Público para destinar recursos oriundos dos TACs para o Projeto Orla.</p> <p>Parcerias e convênios com investidores imobiliários para destinação de recursos para o Projeto Orla.</p> <p>Fiscalizar e/ou monitorar as estruturas de apoio da praia.</p> <p><u>Urbanização</u></p> <p><u>Cabeçudas e Atalaia</u></p> <p>Reurbanizar a orla com ênfase à preservação da paisagem e história em toda extensão da Av. Juvenal Tavares D’Amaral.</p> <p>Buscar manter o zoneamento como zona residencial especial (Lei municipal nº2543/1989) em todo bairro.</p> <p>Buscar manter como Zona de Preservação Permanente as encostas dos morros em todo bairro.</p>	<p>educativas visando a correta destinação do lixo.</p>
--	---	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> escadarias precárias • Ocupação irregular • Poluição sonora • Comércio ambulante desorganizado • Animais • Consumo de drogas • Falta banheiros públicos • Falta de policiamento fixo na temporada 	<p>Realizar estudo para ampliar a zona de amortecimento do Parque Natural do Município do Atalaia – dos molhes ao Bico do Papagaio.</p> <p>Criar Zona de Turismo e Lazer nos Molhes.</p>	
<p>Molhes da Barra</p>  	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de conservação dos molhes • Falta de infra-estrutura para o turismo • Consumo de drogas • Animais • Poluição sonora • Falta de ordenamento de estacionamento • Poluição dos restaurantes • Lixo e esgoto 		

Quadro 15: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla-Saco da Fazenda.

Trecho/setor	Problemas	Ações e medidas	Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
Saco da Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de calçadas • Falta de ciclovía • Falta de saneamento básico • Assoreamento • Pagamento indevido de taxas de embarcações particulares • Barcos abandonados • Lixo nas margens • Uso aquaviário e portuário (pesca artesanal, amadora e Associação náutica) • Presença de vegetação exótica • Falta de padronização de calçadas e propagandas comerciais • Falta de banheiro público • Urbanização desordenada • Esgoto ligado diretamente ao corpo d'água   	<p><u>Infraestrutura</u></p> <p><u>Outros projetos Específicos</u></p> <p>Projeto para implantação de um trapiche para pescadores artesanais.</p> <p>Estudos de viabilidade ambiental e urbana para um Projeto para implantação de um teleférico.</p> <p>Auxiliar no processo de planejamento das estruturas físicas do Complexo Náutico Itajaí.</p> <p><u>Turismo</u></p> <p><u>Marinas e portos de recreio</u></p> <p>Implantar marina de natureza pública/privada no</p>	<p>A intervenção em áreas de APP deverá ser realizada de acordo com a Resolução CONAMA Nº 429/2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.</p> <p>Construção com menor impacto possível mediante licenciamento pelo órgão competente.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos públicos de grande porte com problemas de circulação. • Perda do Valor cênico • Perda dos espaços públicos • Urbanização desordenada • Espelho d'água com excesso de embarcações 	<p>Saco da Fazenda.</p> <p>Captação de recursos para projetos e programas de monitoramento e de educação ambiental.</p> <p>Organização e melhoria do atracadouro dos pescadores artesanais.</p> <p>Utilização dos botes fora de acordo com os planos e projetos estabelecidos na política de Secretaria de Turismo do município.</p> <p>Estabelecer rígidos programas de monitoramento ambiental na marina.</p> <p><u>Urbanização</u></p> <p><u>Setor Saco da Fazenda</u></p> <p>Padronizar as calçadas e adronizar e disciplinar</p>	<p>O município deverá requerer a União, espaços físicos em águas públicas nos termos da Portaria nº 24 de 26 de janeiro de 2011.</p> <p>Realizar campanhas educativas visando à correta destinação do lixo.</p>
--	--	---	---

		<p>comunicação visual.</p> <p>Buscar a manutenção do atual zoneamento com inviabilidade construtiva para edifícios da Av. Ministro Victor Konder.</p>	
--	--	---	--

Quadro 16: Problemas, ações e medidas por trechos, complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla-Rio Itajaí.

Trecho/setor	Problemas	Ações e medidas	Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
Rio Itajaí	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeira • Conflitos de interesse porto-cidade • Poluição • Transito caótico • Entrada do Ferry-boat • Poluição sonora e visual • Saneamento • Trânsito • Descaracterização da parte histórica da cidade • Falta de atrativos 	<p>Infraestrutura</p> <p><u>Outros projetos Específicos</u></p> <p>Projeto para revitalização do píer turístico.</p> <p>Turismo Terminais Turísticos</p> <p>Implantação de Posto de Informação Turística no Píer Turístico.</p> <p>Monitorar os procedimentos de atendimento do</p>	<p>Construção com menor impacto possível mediante licenciamento pelo órgão competente. O município deverá requerer a União, espaços físicos em águas públicas nos termos da</p>

	<p>para os turistas</p>	<p>Terminal.</p>	<p>Portaria nº 24 de 26 de janeiro de 2011.</p>
			

Quadro 17: Ações e medidas para todos os trechos complementados com parecer da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla.

Ações e Medidas	Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização para o Comitê Gestor do Projeto Orla. • Criar canais de comunicação entre a população e os Grupos de Trabalho. • Diagnosticar público alvo e entidades divulgadoras da Educação Ambiental para formação de Grupos de Trabalhos. 	<p>Buscar mecanismos para proteção das APPs (fiscalização, barreiras físicas, etc.) e, sobretudo, não poderá ser construído sobre dunas ou manguezais caracterizados como área de preservação permanente, pela Lei nº 4771/65 e Resolução CONAMA nº 303/2002.</p>
<p><u>Infraestrutura</u></p> <p>Diagnóstico da situação do estado das redes de drenagem, da pavimentação, da rede de esgoto (elevatórias) e coletade resíduos e limpeza pública ao longo da orla.</p>	<p>A Recuperação de áreas de APP deverá ser realizada de acordo com a Resolução CONAMA nº 429/2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs. A recuperação de</p>

<p>Monitorar o sistema de saneamento e pavimentação.</p> <p>Levantar fontes de recursos junto aos órgãos responsáveis para monitorar e fiscalizar as redes de drenagem, coleta de resíduos e esgotamento sanitário ao longo da orla.</p> <p>Diagnóstico do estado de conservação áreas públicas.(Calçadas, praças, passarelas, decks, banheiros/chuveiros, quadras, cercas, quiosques, rampas, acessos e etc.).</p> <p>Acompanhar e sugerir propostas para a melhoria das áreas públicas e padronização de usos.</p> <p>Levantar fontes de recursos junto aos órgãos financiadores de projetos e programas.</p> <p>Diagnóstico das vias de trânsito veicular, estacionamentos, ciclovias e ciclofaixas na faixa da orla.</p> <p>Auxiliar com sugestões na elaboração de projetos para melhorar o trânsito veicular.</p> <p>Levantar fontes de recursos junto aos órgãos financiadores de projetos.</p> <p>Diagnóstico das estruturas físicas e de serviços ligadas à segurança pública.</p> <p>Elaborar projeto para implantar estruturas físicas e de serviço ligadas à segurança pública.</p> <p>Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos financiadores.</p> <p>Executar, controlar e manter as Obras.</p> <p>Projeto para criação e melhoria de estruturas (fixas e moveis) de apoio a prática de esportes,</p>	<p>dunas frontais deve ser feita mediante elaboração de projetos de recuperação de área degradada por técnico especializado que deverá ser aprovado pelo órgão responsável.</p> <p>Construção com menor impacto possível mediante licenciamento pelo órgão competente. O município deverá requerer a União, espaços físicos em águas públicas nos termos da Portaria nº 404 de 2012.</p>
--	--

<p>eventos esportivos e eventos culturais.</p> <p>Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos financiadores.</p> <p>Executar, controlar e manter as Obras.</p> <p>Criação de uma Gerência da Orla – FAMAI.</p> <p><u>Meio Ambiente</u></p> <p>Diagnosticar as áreas degradadas da orla.</p> <p>Elaborar Projetos de Recuperação das áreas degradadas da orla.</p> <p>Captar Recursos Financeiros.</p> <p>Implementar os Planos de Ação para Recuperar as áreas degradadas da orla.</p> <p>Estabelecer Programa de Monitoramento das Áreas Recuperadas da orla.</p> <p>Caracterizar a paisagem, levantar dados existentes para identificação de problemas e definição de critérios.</p> <p>Estabelecer normatização para o paisagismo da orla municipal, seguindo critérios ecológicos.</p> <p>Divulgar as normas estabelecidas para o paisagismo da orla municipal e conscientizar a população da necessidade de sua utilização.</p> <p>Fiscalizar e monitorar a aplicação da norma estabelecida.</p> <p>Verificar e definir competências das instituições responsáveis pelo monitoramento e fiscalização.</p> <p>Indicar representantes, dentro das Unidades Responsáveis, para formação do Grupo de Trabalho - GT específico.</p>	
--	--

<p>Elaboração Plano de ação.</p> <p>Captação de Recursos Financeiros para executar as ações de monitoramento e fiscalização.</p> <p>Implantar as ações de monitoramento e fiscalização.</p> <p>Elaboração de Relatórios de Monitoramento e elaborar o Plano de Ação estratégico.</p> <p>Inserção do Projeto Orla no Programa Municipal de Educação Ambiental.</p> <p>Captar Recursos para executar o plano de ação estratégico.</p> <p>Executar as ações propostas.</p> <p>Levantar a situação atual das APPs, com georreferenciamento e registro fotográfico.</p> <p>Elaborar Plano de Ação para APPs.</p> <p>Executar as ações necessárias do Plano. Monitorar e controlar as ações propostas.</p> <p><u>Normatização da Orla</u></p> <p>Criação de rubrica para previsão orçamentária: LDO.</p> <p>Levantamento de todas as ações demolitórias.</p> <p>Verificação da necessidade de novas ações demolitórias.</p> <p>Diagnóstico da ocupação de espaços públicos.</p> <p>Monitoramento e fiscalização das ações previstas no Projeto Orla.</p> <p>Criar Grupo de Trabalho fiscalizadora do Comitê Gestor.</p> <p>Levantamento das ações civis públicas em curso no MPE e no MPF.</p>	
---	--

<p>Criação de um Grupo de Trabalho – GT para auxiliar na análise do estágio dos processos existentes nos TACs.</p> <p>Diagnóstico e levantamento das áreas de APP, Unidades de Conservação e Áreas de Marinha.</p> <p>Verificar as cessões de uso da orla.</p> <p><u>Turismo e Lazer</u></p> <p>Diagnóstico das áreas potenciais para prática de esporte e lazer (voo livre, <i>surf</i>, etc.).</p> <p>Plano de ações para esporte e lazer para a orla.</p> <p>Levantamento de fontes de recursos para os projetos elencados no plano de ações.</p> <p>Regularização das ações adequadas para a prática desportiva.</p> <p>Estabelecer um calendário de eventos anual.</p> <p><u>Turismo</u></p> <p>Diagnóstico das áreas potenciais para prática de esportes de aventura e ecológico.</p> <p>Plano de ações para desenvolvimento de atividades de aventura ecológicamente viáveis.</p> <p>Levantamento das entidades responsáveis pelos esportes de aventura e trilhas ecológicas.</p> <p>Monitoramento da certificação das entidades responsáveis pelos esportes de aventura e trilhas ecológicas.</p> <p>Diagnóstico das áreas potenciais para implantação de marinas e portos de recreio.</p> <p>Plano de ações para esportes náuticos na orla.</p> <p>Certificação e regularização das práticas e eventos náuticos.</p>	
---	--

<p>Estimular a melhoria da infraestrutura no entorno da marina por meio da melhoria do mobiliário urbano.</p> <p><u>Urbanização</u></p> <p>Estabelecer normas para o uso e ocupação do solo para evitar o sombreamento da praia.</p> <p>Criar um canal de comunicação entre o conselho gestor territorial (plano diretor) ou SMU com o Comitê Gestor do Projeto Orla.</p> <p>Criação de zonas de recuperação de duna frontal e vegetação nativa (restinga – Praia Brava).</p> <p>Propor padronização as calçadas e disciplinar a comunicação visual.</p>	
--	--

8.3. Potencial e Situação Desejada

Quadro 18: Potencial e situação desejada para todos os trechos.

Setor	Trecho	Potencial	Situação desejada
Praia Brava	Praia Brava Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Via gastronômica • Turismo sustentável e consciente • Prática de esportes ao ar livre (Jet-ski, Voo livre, etc.) • Comércio de alta qualidade e padrão • Escola de surf • Educação ambiental • Gastronomia • Praças com, equipamentos múltiplos • Definição de praça 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e conservação da praia, principalmente a porção da restinga • Construção imediata de passarelas nas praias • Conscientização dos moradores • Potencial com urbanização • Implantação de ciclovias • Paisagismo.

	<p>multiuso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação do trecho Sul • Despoluição do rio e dragagem • Recomposição da mata ciliar • Lei de zoneamento compatível • Construção de uma central de Bombeiros e Polícia Militar • Criação de grupo para coordenar a limpeza pública o ano todo • Construção de quadras poliesportivas • Banheiros públicos • Guarda municipal com posto fixo • Incluir praia Brava no calendário de evento • Local definido para a colocação de contentores • Padronização dos quiosques • Gestão dos estacionamentos. 	
Praia Brava Central	<ul style="list-style-type: none"> • Gastronomia • Point de surf • Residencial • Turismo de aventura • Proibir instalação de qualquer equipamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção da restinga e normatização do uso da faixa da praia para estabelecimentos comerciais • Disposição de lixeiras • Adequação das

	<p>na praia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banheiros públicos • Guarda municipal com posto fixo • Incluir praia Brava no calendário de evento • Local definido para a colocação de contentores • Padronização dos quiosques • Gestão dos estacionamentos • Reestruturação da orla • Definição de áreas de lazer • Definições básicas do PD para não interferir na infra-estrutura da praia. 	<p>passarelas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos salvavidas na restinga.
Cassino da Lagoa		
Praia Brava Norte		
Canto do Morcego e Promontório Sul		

Quadro 19: Potencial e situação desejada para todos os trechos – Praia Brava.

Setor	Trecho	Potencial para o trecho	Situação desejada
PRAIA BRAVA	Praia Brava Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Via gastronômica; • Turismo sustentável e consciente; • Prática de esporte ao ar livre (Jet-ski, Voo livre, etc.) • Comércio de alta qualidade e padrão; • Escola de surf; • Educação ambiental; • Gastronomia; • Praça com equipamentos múltiplos; • Definição de praça multiuso; • Pavimentação do trecho sul; • Despoluição do rio e dragagem; • Recomposição da mata ciliar; • Lei de zoneamento compatível; • Construção de uma central de Bombeiros e Polícia Militar; • Criação de grupo para coordenar a limpeza pública o ano todo; • Construção de quadras poliesportiva; • Banheiros públicos; • Guarda municipal com posto fixo; • Incluir praia brava no calendário de eventos; • Local definido para a colocação de contentores; • Padronização dos quiosques; • Gestão dos estacionamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e conservação da praia, principalmente a porção da restinga; • Construção imediata de passarelas nas praias; • Conscientização dos moradores; • Potencial com urbanização; • Implantação de ciclovia; • Paisagismo.

Praia Brava Central	<ul style="list-style-type: none"> • Gastronomia; • Point de surf; • Residencial; • Turismo de aventura; • Proibir instalação de qualquer equipamento de praia; • Banheiros públicos; • Guarda municipal com posto fixo; • Incluir praia brava no calendário de evento; • Local definido para a colocação de contentores; • Padronização de quiosque; • Gestão dos estacionamentos; • Reestruturação da orla; • Definição de áreas de lazer; • Definições básicas do PD para não interferir na infraestrutura da praia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção da restinga e normatização do uso da faixa da praia para estabelecimentos comerciais; • Disposição de lixeiras; • Adequação das passarelas; • Adequação dos salva-vidas na restinga; • Criar praças de lazer e estacionamento da água (balneabilidade), da areia; • Recuperação da restinga; • Implementação de áreas verdes.
Cassino da Lagoa	<ul style="list-style-type: none"> • Educação ambiental; • Implantação de trilhas e caiaques; • Saneamento no ribeirão; • Mirante para observação da paisagem; • Turismo contemplativo; • Fiscalização; • Sinalização; • Saneamento; • Banheiro público; • Guarda municipal com posto fixo; • Incluir praia brava no calendário de evento; • Local definido para a colocação de 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação das áreas degradadas; • Retirada das espécies exóticas; • Recuperação e monitoramento da qualidade da água do ribeirão; • Centro de educação ambiental e de turismo; • Manutenção de 30m das APPs e mais 20m (flexibilidade); • Turismo de qualidade ao ar livre (caiaques, bikes, etc.);

	<p>contentores;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Padronização dos quiosques; • Gestão dos estacionamentos; • Ciclovia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor pressão imobiliária; • Salva vidas adequado ao meio ambiente; • Adensamento demográfico; • Falta de mobilidade urbana; • Assoreamento do ribeirão e das nascentes; • Saneamento básico; • Deve-se manter as nascentes do ribeirão conservadas; • Utilização da paisagem (beleza cênica); • Projetos de pousadas; • Placas informativas.
Praia Brava Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo de alto padrão; • Manutenção de mananciais d'água; • Point de surf; • Manutenção de área verde; • Comércio varejista; • Imobiliário; • Fiscalização e policiamento; • Sinalização; • Banheiros públicos; • Guarda municipal com posto fixo; • Incluir praia brava no calendário de evento; • Local definido para a colocação de contentores; • Padronização dos quiosques; • Gestão dos estacionamentos; • Ciclovia; • Condomínios e bares; • Pousadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de calçamento na rua da praia; • Necessidade de melhorias de acesso asfáltico do Canto Norte (Rua Ermílio Gervásio), bem como iluminação, calçada e ciclovia; • Eliminar a circulação de carros no costão, apenas pedestres; • Implantação do deck ecológico no costão; • Restinga conservada; • Replantio de mata nativa; • Educação ambiental; • Residências unifamiliares; • Portais padronizados nos acessos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação; • Rede coletora de esgoto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço destinado a todos os públicos independente do poder aquisitivo; • Democratizar o acesso à praia; • Implantação de posto de informações turísticas; • Banheiros, polícia, bombeiros; • Bolsões de estacionamentos; • Locais adequados para resíduos.
Canto do Morcego e Promontório Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de Conservação – UC; • Trilhas; • Parceria com associação de bairros e/ou particulares; • Pesca esportiva; • Point de surf; • A FAMAI já tentou implantar um parque; • Parque sem a inclusão da ponta do farol; • Banheiros públicos; • Guarda municipal com posto fixo; • Local definido para a colocação de contentores; 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da área; • Implantação de Unidade de Conservação – UC - Parque.

Quadro 20: Potencial e situação desejada para todos os trechos – Cabeçudas/Atalaia.

Setor	Trecho	Potencial para o trecho	Situação desejada
Cabeçudas/Atalaia	Promontório Norte - Cabeçudas	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de Conservação – UC; • Trilhas; • Parceria com associação de bairros e/ou particulares; • Pesca esportiva; • Point de surf; • A FAMAI já tentou implantar um parque; • Parque sem a inclusão da ponta do farol; • Banheiros públicos; • Guarda municipal com posto fixo; • Local definido para a colocação de contentores; 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da área; Implantação de Unidade de Conservação – UC - Parque.

	<p>Cabeçudas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Turismo com um calçadão; • Resgate histórico do bairro; • Área turística e histórica; • Gastronomia; • Revitalização da praça; • Acesso ao PNMA; • Reforma e revitalização do Hotel Marambaia; • Roteiro histórico; • Implantação de quiosque; • Padronização dos bares; • Melhoria das calçadas e quiosque; • Implantação da rede de esgoto; • Controle da poluição sonora; • Ciclovia; • Delimitação de áreas de caminhada; • Ciclovia de Cabeçudas e Praia Brava; • Mirante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC; • Projeto de tratamento de esgoto em andamento; • Acesso ao Canto do Morcego; • Instalação de coletores de lixo; • Área turística com potencial histórico; • Roteiro turístico; • Padronização dos bares e quiosque; • Melhoria de infraestrutura; • Estabelecer número de pavimentos na primeira quadra da praia de apenas dois pavimentos.
	<p>Parque Natural Municipal - PNM - da Atalaia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao esporte; • Escola de surf; • Campeonatos de esportes; • Esportes radicais; • Campeonato de surf noturno; • Educação ambiental; • Implantação de quiosque; • Padronização dos bares; • Retirada dos bares e 	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada de todas as estruturas fixas públicas (arquibancadas, chuveiros, postos de salva vidas) quer privadas (substituição por estruturas leves e integradas ao ambiente). • Retirada das casas e bares; • Melhoria nos acessos á

	<p>ocupações irregulares;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização de proibição de animais; • Infraestrutura para os guarda-vidas; • Construção de sanitários e chuveiros. 	<p>praia com segurança e boas práticas de acessibilidade a PNEs;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Padronização para a ocupação e utilização da faixa de areia; • Escola ambiental com parcerias com órgãos ambientais, sociedade e prefeitura; • Ampliação do calendário esportivo, incluindo esportes para PNEs; • Aumento do número de guardas vidas na temporada; • Utilização do estacionamento dos molhes para eventos, exposições, música, feiras, cultura em geral; • Trabalho de informação sobre o local para retirada de estigmas (local de viciados e vagabundos); • Consolidação dos molhes como posto de informações turísticas e como área de descanso; • Banheiros; • Revitalização da praia do Jeremias com novo acesso, saneamento do sistema pluvial existente;
--	---	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Regularização das calçadas e acessos as casa e a orla; • Revitalização da Praça do MIMA junto ao Bico do Papagaio; • Revitalização do Mirante do Atalaia; • Revitalização da paisagem.
	Molhes da Barra	<ul style="list-style-type: none"> • Calendário para campeonato e torneio de pesca; • Ponto turístico; • Área de lazer; • Mirante marítimo; • Estacionamentos; • Instituto Nacional de Pesquisas do Mar; • Restaurantes ecologicamente corretos; • Banheiros públicos. <ul style="list-style-type: none"> • Reorganização dos ambulantes; • Rondas móveis de policiais; • Infraestrutura para turismo contemplativo (quiosque, feiras, lanchonetes); • Restaurantes ecologicamente corretos; • Implantação de banheiros públicos; • Incremento das atividades culturais e esportivas.

Quadro 21: Potencial e situação desejada para o trecho – Saco da Fazenda.

Setor	Trecho	Potencial para o trecho	Situação desejada
Saco da Fazenda	Único	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo; • Marina; • Esportes náuticos; • Ciclo turismo; • Esporte ao ar livre (skate, etc.); • Potencial náutico (canoagem, vela, remo); • Marina pública; • Ciclovia; • Calçadas marcadas para as caminhadas; • Teleférico entre o Saco da Fazenda – Molhe e Morro do Atalaia; • Dragagem; • Eliminação do esgoto; • Dragagem e saneamento do Ribeirão Schneider. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede coletora de esgoto; • Manutenção da vegetação existente; • Primeira quadra sem edifícios; • Melhoria das calçadas; • Revitalização da ciclovia e via de pedestre; • Manutenção dos espaços públicos; • Organização das atividades náuticas. • Banheiros públicos; • Via gastronômica organizada; • Trapiche para pescadores artesanais garantidos; • Marina pública e/ou privada; • Fundeadores para embarcações autorizadas; • Associação Náutica de Itajaí; • Atividades de lazer em geral; • Manutenção dos valores paisagísticos.

Quadro 22: Potencial e situação desejada para o trecho - Rio Itajaí.

Setor	Trecho	Potencial para o trecho	Situação desejada
Rio Itajaí	Único	<ul style="list-style-type: none"> • Área com atividade pesqueira; • Turismo; • Expansão portuária; • Parte histórica da cidade; • Centro de eventos; • Vila OceanRace; • Mercado público; • Centro Comercial Portuário; • Restauração e tombamento do patrimônio histórico; • Reconstrução e construção de um píer para transatlântico; • Novo píer turístico; • Revitalização turística. 	<ul style="list-style-type: none"> • Resgatar o Projeto Borda D'ÁGUA; • Revitalização das construções antigas para aproveitamento turístico; • Criação de espaços públicos na orla do rio para desfrute do ambiente/paisagem com praças, bares, restaurantes, decks, etc.; • Melhoria na infraestrutura e revitalização com atrativo turístico (Centro cultural no centro de eventos para divulgação da cultura da região); • Aproveitamento do antigo mercado de peixe (Museu da Pesca, Aquário e exposições); • Não verticalização da orla; • Centro de educação ambiental com estudo de local;

			<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de projeto para reavaliar a distribuição logística da balsa para outras áreas ao longo do rio; • Aproveitamento dos espaços livres na margem do rio para estruturar comércio; • Construções futuras devem ser submetidas ao Comitê da Orla; • Personalizar a orla turística e vocacional tendo como base um estilo arquitetônico característico da cultura local.
--	--	--	---

9. Plano de Gestão para o Projeto Orla de Itajaí – SC

9.1. Ações e Medidas; Cronograma de Atividades e Estratégias de envolvimento dos atores.

Como resultado da Oficina II, apresenta-se a seguir as ações e medidas propostas que passam a compor o Plano de Gestão Integrada da Orla de Itajaí/2011.

As medidas para a gestão da orla foram divididas em 06 categorias: Infraestrutura, Meio Ambiente, Normatização da Orla, Turismo e Lazer, Turismo e Urbanização.

9.1.1. Infraestrutura

9.1.1.1. Infraestrutura - Sistema de Drenagem Sustentável e Pavimentação

Quadro 23: Ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de drenagem sustentável e pavimentação para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnóstico do estado de Conservação da pavimentação e redes de drenagem estado macro e micro.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Para verificar a necessidade de pavimentação e re-pavimentação Possibilitar tomadas de decisões quanto a necessidades de melhorias/adequações na rede de drenagem e/ou implantação de novo sistema. 	3 Meses	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura
Elaborar projeto de melhoria do sistema de drenagem e pavimentação.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o escoamento das águas pluviais. 	12 Meses	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	Contínuo	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura

Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infra-estruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura
--	-------	--	----------	--	--

Quadro 24: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de drenagem sustentável e pavimentação.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Sistema de drenagem sustentável e pavimentação.												
Diagnóstico do estado de Conservação da pavimentação e redes de drenagem estado macro e micro.												
Elaborar projeto de melhoria do sistema de drenagem e pavimentação.												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												
Executar, controlar e manter as Obras.												

9.1.1.2. Infraestrutura - Sistema de Tratamento Sanitário

Quadro 25: Ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de Tratamento Sanitário.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnóstico do sistema de tratamento sanitário.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar às redes de esgoto as normas locais. • Possibilitar projeto de novas redes para atender aos usos. • Reaproveitamento dos resíduos sólidos da estação de tratamento de esgoto 	3 Meses	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura
Elaborar projeto de melhoria do sistema de tratamento sanitário	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições básicas de saúde pública. • Melhorar a qualidade dos ribeirões, rios e costa marítima. • Adequação à lei ambiental de reaproveitamento de resíduos sólidos para adubos. 	12 Meses	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação dos Projetos 	Contínuo	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura

Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infra-estruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura
--	-------	--	----------	--	--

Quadro 26: Cronograma de execução das ações e medidas de infraestrutura/Sistema de Tratamento Sanitário.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Sistema de Tratamento Sanitário												
Diagnóstico do sistema de tratamento sanitário.												
Elaborar projeto de melhoria do sistema de tratamento sanitário												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												
Executar, controlar e manter as Obras.												

9.1.1.3. Infraestrutura - Sistema de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos

Quadro 27: Ações e medidas de Infraestrutura/Sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnósticar o sistema atual de coleta e destinação dos resíduos sólidos.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Entender a quantidade e o tipo de resíduo gerado. Avaliar as condições da coleta, da destinação e o tratamento do lixo. 	3 Meses	SEMASA,FAMAI, SMU,Sec. Obras e Comitê Gestor do Projeto Orla	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura Empresas prestadoras do serviço
Elaborar projeto de melhoria do sistema de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições básicas de saúde pública. Geração de emprego e renda. Preservação do meio ambiente. 	12 Meses	SEMASA,FAMAI, SMU,Sec. Obras e Comitê Gestor do Projeto Orla	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura Empresas prestadoras do serviço
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	Contínuo	SEMASA,FAMAI, SMU,Sec. Obras e Comitê Gestor do Projeto Orla	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura Empresas prestadoras do serviço

Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infra-estruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	SEMASA,FAMAI, SMU,Sec. Obras e Comitê Gestor do Projeto Orla	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura Empresas prestadoras do serviço
--	-------	--	----------	--	--

Quadro 28: Cronograma de execução das ações e medidas de infraestrutura/Sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos.												
Diagnósticar o sistema atual de coleta e destinação dos resíduos sólidos.												
Elaborar projeto de melhoria do sistema de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos.												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis.												
Executar, controlar e manter as Obras.												

9.1.1.4. Infraestrutura - Passeios e Praças Públicas

Quadro 29: Ações e medidas de Infraestrutura/Passeios e Praças Públicas para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?			
Diagnóstico do estado de Conservação áreas públicas. (Calçadas, praças, passarelas, decks, banheiros/chuveiros, quadras, cercas, quiosques, rampas, acessos e etc...).	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Entender o estado de conservação Levantar áreas mais frágeis Levantar áreas prioritárias Prever acessibilidade dos deficientes físicos. Levantar novas áreas para calçadões, praças e outros pontos de serviços públicos. 	3 Meses	SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins
Elaborar projeto de melhoria das áreas públicas e padronização de usos.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Padronizar calçadas, praças, passarelas, decks, banheiros/ chuveiros, quadras, cercas, quiosques, rampas e acessos. Acessibilidade para deficientes físicos. Criação de trilhas ecológicas. Implantação de mirantes. Implantação de Totens e placas (informações turísticas, históricas, educação ambiental e cidadania) 	12 Meses	SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins

		<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de postos integrados (saúde, segurança e informações turísticas). • Implantar estruturas para pesca recreativa. (decks em pontos de pesca) • Melhorar e padronizar as estruturas de banheiros e chuveiros públicos. • Revitalização e criação de praças públicas. • Criar decks interligando praia brava com praia dos amores. 			
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação dos Projetos 	Contínuo	<p>SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI</p>	<p>SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins</p>
Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infra-estruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	<p>SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI</p>	<p>SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins</p>

Quadro 30: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Passeios e praças públicas.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Passeios e praças públicas												
Diagnóstico do estado de Conservação áreas públicas. (Calçadas, praças, passarelas, decks, banheiros/chuveiros, quadras, cercas, quiosques, rampas, acessos e etc....).												
Elaborar projeto de melhoria das áreas públicas e padronização de usos.												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												
Executar, controlar e manter as Obras.												

9.1.1.5. Infraestrutura - Trânsito

Quadro 31: Ações e medidas de Infraestrutura/Trânsito para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnóstico das vias de trânsito veicular, estacionamentos, ciclovias e ciclofaixas.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar possibilidades de modificações no trânsito, implementações de ciclovias e ciclofaixas e ampliar o número de vagas de estacionamento. 	3 Meses	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura
Elaborar projeto para melhor organizar o trânsito veicular, criar vagas de estacionamento, ciclovias e ciclofaixas.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Planejar reorganização do trânsito. Planejar e implementar ciclovias e ciclofaixas Ampliar o número de vagas de estacionamento. 	12 Meses	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	Contínuo	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura
Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar infra-estruturas para os diversos usos. Garantir boa aplicação dos recursos públicos. Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura

Quadro 32: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Trânsito.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Trânsito												
Diagnóstico das vias de trânsito veicular, estacionamentos, ciclovias e ciclofaixas.												
Elaborar projeto para melhor organizar o trânsito veicular, criar vagas de estacionamento, ciclovias e ciclofaixas.												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												
Executar, controlar e manter as Obras.												

9.1.1.6. Infraestrutura - Segurança Pública

Quadro 33: Ações e medidas de Infraestrutura/Segurança Pública para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnóstico das estruturas físicas e de serviços ligadas à segurança pública	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Levantar pontos de interesse para reforçar a ação do poder de polícia e garantir segurança em terra e mar. 	3 Meses	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada
Elaborar projeto para implantar estruturas físicas e de serviço ligadas à segurança pública.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a segurança do cidadão, em terra e mar, e do patrimônio público e privado. Reestruturação dos postos de guarda-vidas existentes. (estruturas móveis). Aumentar o policiamento. Implantação de câmeras de vigilância, permitindo acesso público via internet (áreas públicas) Reestruturação física da estação rádio costeira municipal, agregando salvamento marítimo. 	12 Meses	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada

Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	Contínuo	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada
Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. Garantir boa aplicação dos recursos públicos. Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada

Quadro 34: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Segurança Pública.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Segurança pública												
Diagnóstico das estruturas físicas e de serviços ligadas à segurança pública												
Elaborar projeto para implantar estruturas físicas e de serviço ligadas à segurança pública.												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												
Executar, controlar e manter as Obras.												

9.1.1.7. Infraestrutura - Outros Projetos Específicos

Quadro 35: Ações e medidas de Infraestrutura/Outros projetos específicos para os trechos identificados.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Projeto para substituição das estruturas de alvenaria na areia, por estruturas móveis.	Atalaia	<ul style="list-style-type: none"> • Atender a exigências legais. • Padronizar o uso da faixa de areia para atividade comercial. 	12 Meses	SMU FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. Sindicato dos Bares e Restaurantes	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Procuradoria do município, SPU
Projeto para implantação de um trapiche para pescadores artesanais.	Saco da Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar um ponto de apoio a atividade de pesca artesanal. • Melhorar as condições sanitárias e de trabalho. 	12 Meses	SINDIPI SEPESCA SMU Sec. Obras e comitê gestor do projeto orla.	SEMASA FAMAI Iniciativa privada SPU MPA
Estruturação de um Projeto para implantação de um teleférico.	Saco da Fazenda Parque do Atalaia	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o turismo contemplativo. • Facilitar o acesso ao mirante do parque. 	12 Meses	Sec. Turismo SMU FAMAI, Sec. Obras Conselho gestor do parque. Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada SEMASA Associação de moradores. Prefeitura ONGs Ambientais SPU

Projeto para revitalização do píer turístico.	Rio Itajaí	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a estrutura atual. • Instalação de alfandega. • Incentivar o turismo. 	12 Meses	Sec. Turismo SMU FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada SEMASA Associação de moradores. Prefeitura ONGs Ambientais Fundação Genésio Miranda Lins SPU
Projeto para criação e melhoria de estruturas (fixas e moveis) de apoio a pratica de esportes, eventos esportivos e eventos culturais.	Todos os trechos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a prática esportiva e a saúde. • Possibilitar eventos (esportivos e culturais) de escala Nacional e Regional 	12 Meses	Fundação municipal do Esporte Fundação Cultural Sec. Turismo SMU FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada SEMASA Associação de moradores. Prefeitura SPU
Planejamento das estruturas físicas do Complexo náutico Itajaí	Saco da Fazenda Cabeçudas	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a vocação cultural do município. • Incentivar as atividades marítimas, esportivas e de lazer, atendendo as exigências legais e ambientais. 	12 Meses	Comitê gestor do projeto orla. FAMAI ONGs Ambientais SEMASA SMU Sec. Obras Prefeitura	Iniciativa privada Associação de moradores. Fundação Cultural Fundação municipal do Esporte Sec. Turismo Meios de Comunicação SPU

Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação dos Projetos 	Contínuo	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos
Executar, controlar e manter as Obras.	Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	Contínuo	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos

Quadro 36: Cronograma de execução das ações e medidas de Infraestrutura/Outros Projetos Específicos.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Outros Projetos Específicos												
Projeto para substituição das estruturas de alvenaria na areia, por estruturas móveis.												
Projeto para implantação de um trapiche para pescadores artesanais.												
Estruturação de um Projeto para implantação de um teleférico.												
Projeto para revitalização do píer turístico.												
Projeto para criação e melhoria de estruturas (fixas e moveis) de apoio a pratica de esportes, eventos esportivos e eventos culturais.												
Planejamento das estruturas físicas do Complexo náutico Itajaí												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												
Executar, controlar e manter as Obras.												
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis												

9.1.1.8. ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

Quadro 37: Estratégias e atores - Sistema de Drenagem Sustentável e Pavimentação.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
Diagnósticar o estado de conservação da pavimentação e rede de drenagem em estado macro e micro.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a necessidade de pavimentação e/ou repavimentação • Fazer melhorias /adequações na rede de drenagem e/ou implantação de novo sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de impermeabilização do solo. • Estudo de Impactos relacionados ao tipo de pavimentação e/ou impermeabilização do solo (ruas e passeios públicos). • Análise do sistema de macro e micro drenagem. • Analise de cotas de enchente. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Elaborar projeto de melhoria do sistema de drenagem e pavimentação.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o escoamento das águas pluviais • Melhorar a pavimentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Atender ao plano municipal de macro drenagem • Elaboração de projetos de engenharia para as novas redes de drenagem • Definir o padrão de materiais que devem ser usados na pavimentação das ruas e passeios • Realização de audiência pública específica. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação dos Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. • Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. • Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Executar, controlar e manter as Obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver mecanismos para monitorar os gastos públicos • Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. • Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
--	---	--	--	--	---

Quadro 38: Estratégias e atores - Sistema de Tratamento Sanitário.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
Diagnósticar o sistema de tratamento sanitário.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o sistema de tratamento atual, com base nas normas legais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer adequação e criação de novos sistemas se necessário for. • Estudo da quantificação e tipo de resíduo gerado. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Elaborar projeto de melhoria do sistema de tratamento sanitário.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições básicas de saúde e higiene pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de engenharia prevendo a dimensão dos diferentes usos levantados: redes principais, elevatórias e estação de tratamento. • Elaboração de projetos de educação ambiental (área esgoto) • Reaproveitamento do lodo da estação de tratamento de esgoto. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Executar, controlar e manter as Obras.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. Garantir boa aplicação dos recursos públicos. Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os gastos públicos Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Quadro 39: Estratégias e atores - Sistema de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
Diagnósticar o sistema atual de coleta e destinação dos resíduos sólidos.	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a quantidade e o tipo de resíduo gerado. Avaliar as condições da coleta, da destinação e o tratamento do lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo para quantificação e qualificação de resíduos gerados e equipamentos de coleta e destinação 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura Empresas prestadoras do serviço	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Elaborar projeto de melhoria do sistema de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições básicas de saúde e higiene pública. • Gerar mais emprego e renda. • Preservar o meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destinação apropriada dos resíduos gerados. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura Empresas prestadoras do serviço	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar os projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. • Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. • Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Executar, controlar e manter as Obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar os gastos públicos • Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. • Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	SEMASA FAMAI, SMU, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Sec. Turismo Prefeitura	Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Quadro 40: Estratégias e atores - Passeios e Praças Públicas.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
Diagnosticar o estado de conservação das áreas públicas (calçadas, praças, passarelas, decks, banheiros e chuveiros, quadras, cercas, quiosques, rampas, acessos e etc...).	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o estado de conservação das estruturas disponíveis • Conhecer os diferentes tipos de áreas , de modo a garantir de forma adequada seus respectivos usos • Dar destino apropriado às áreas mais frágeis • Estabelecer áreas prioritárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise tipológica e do estado de conservação de Todos os trechosos trechosos elementos estruturais aparentes nas áreas públicas. • Definir áreas de interesse para criação de trilhas ecológicas. • Definir áreas de interesse para criação de estruturas para pesca recreativa. (decks em pontos de pesca) • Definir áreas de interesse para implantação de Totens e placas (informações turísticas, históricas, educação ambiental e cidadania) • Definir áreas de interesse para implantação de mirantes. Levantando impactos ambientais e custos de rotinas de podas e/ou construção de estruturas) • Definir áreas de interesse para criação de postos integrados (saúde, segurança e informações turísticas). • Definir áreas de interesses da população. 	SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

<p>Elaborar projeto para criação e melhoria das áreas públicas e padronização de usos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Padronização visual ao longo da orla. • Criação de uma identidade visual da cidade. • Garantir acessibilidade para deficientes físicos. • Revitalização e criação de novas áreas de recreação e lazer (quadras, praças, calçadões, etc) • Disponibilizar informações turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto para padronização de Todos os trechosos trechosos trechosos elementos estruturais aparentes, infraestrutura pública ou estruturas de apoio da iniciativa privada (calçadas, praças, passarelas, decks, banheiros/chuveiros, quadras, cercas, quiosques, rampas e acessos). • Garantir acessibilidade aos portadores de necessidades especiais • Elaborar projeto para criação de trilhas ecológicas. • Elaborar projetos para criação de estruturas para pesca recreativa. (decks em pontos de pesca) • Elaborar projetos para implantação de Totens e placas (informações turísticas, históricas, educação ambiental e cidadania). • Elaborar projetos para implantação de mirantes. • Elaborar projeto implantação postos integrados (saúde, segurança e informações turísticas). • Elaborar projeto de decks interligando praia brava com praia dos amores. • Levar projetos para aprovação pública. • Realização de audiência pública. 	<p>SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI</p>	<p>SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins</p>	<p>Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência</p>
--	---	--	---	--	--

Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Executar, controlar e manter as Obras.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. Garantir boa aplicação dos recursos públicos. Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os gastos públicos Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	SMU Sec. Turismo FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. COMADEFI	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Fundação Genésio Miranda Lins	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Quadro 41: Estratégias e atores - Trânsito.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
Diagnóstico das vias de trânsito veicular, estacionamentos, ciclovias e ciclofaixas.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar possibilidades de modificações no trânsito e nos espaços de estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar os principais problemas do trânsito. • Avaliar possíveis modificações no sentido do trânsito. • Levantar áreas de interesse para implantação ou melhoria de ciclovias, ciclofaixas e número de vagas de estacionamento. • Levantar o interesse da sociedade em modificações no trânsito. 	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Elaborar projeto para melhor organizar o trânsito veicular, criar vagas de estacionamento, ciclovias e ciclofaixas.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e reorganizar o trânsito. • Planejar implementação de ciclovias e ciclofaixas • Ampliar o número de vagas de estacionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Montar projeto para melhoria da sinalização horizontal e vertical do trânsito. Reorganização do trânsito e de estacionamentos públicos. • Elaborar projetos de modificações no trânsito para se criar ciclovias, ciclofaixas e zonas de estacionamento. • Apresentar projetos para aprovação popular. • Elaborar projetos básicos de engenharia. • Realizar de audiência pública específica. 	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Implantar Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Executar, controlar e fazer manutenção de obras.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. Garantir boa aplicação dos recursos públicos. Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os gastos públicos Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	CODETRAN SMU Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Quadro 42: Estratégias e atores - Segurança Pública.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
Diagnósticar as estruturas físicas e de serviços ligadas à segurança pública	<ul style="list-style-type: none"> Levantar pontos de interesse para reforçar a ação do poder de polícia. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a situação atual das instalações físicas, materiais e guarnições para atender as necessidades de segurança, tanto em alta quanto baixa temporada. Avaliar possíveis riscos a segurança e ao patrimônio público, ligados aos projetos de melhoria de infraestrutura do projeto orla. (decks, estruturas sem uso em baixa temporada). Levantar locais para implementação de postos policiais. 	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Elaborar projeto para implantar estruturas físicas e de serviço ligadas à segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a segurança do cidadão e do patrimônio público. 	<ul style="list-style-type: none"> Reestruturar postos de guarda-vidas existentes. (estruturas móveis). Aumentar o policiamento. Implantar câmeras de vigilância, permitindo acesso público via internet (áreas públicas). Capacitar guardas de transito, bombeiros e fiscais mirins (educação ambiental e cidadania). 	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Implantação dos Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes

			Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Sec. Obras Iniciativa privada	Turistas Moradores de segunda residência
Executar, controlar e manter as Obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar os gastos públicos • Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. • Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	PM, PC, PF Secretaria de segurança Defesa Civil Corpo de Bombeiros Anjos do Mar SMU Comitê gestor do projeto orla.	Associação de moradores. Prefeitura Sec. Turismo FAMAI Sec. Obras Iniciativa privada	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

Quadro 43: Estratégias e atores - Outros Projetos Específicos.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público-alvo
1- Projeto para substituição e /ou adequação das estruturas de alvenaria na areia.	<ul style="list-style-type: none"> • Atender a exigências legais. • Padronizar o uso da faixa de areia para atividade comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projeto das estruturas móveis adequadas às atividades. • Atender aos projetos de padronização de estrutura do projeto orla. • Realização de audiência pública específica. 	SMU FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla. Sindicato dos Bares e Restaurantes	SEMASA Iniciativa privada Associação de moradores. Prefeitura Procuradoria do município SPU	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência.
2- Projeto para implantação de um trapiche para pescadores artesanais.	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar um ponto de apoio a atividade de pesca artesanal. • Melhorar as condições sanitárias e de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um projeto para construção de uma estrutura prevendo impactos ambientais mínimos. • Prever banheiros com chuveiros de água quente. • Realização de audiência pública específica. 	SINDIPI SEPESCA SMU Sec. Obras e comitê gestor do projeto orla.	SEMASA FAMAI Iniciativa privada SPU	Pescadores Artesanais
3 - Projeto para implantação de um teleférico.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o turismo contemplativo. • Facilitar o acesso ao mirante do parque. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atender as leis ambientais. (SNUC) • Realização de audiência pública específica. 	Sec. Turismo SMU FAMAI, Sec. Obras Conselho gestor do parque. Comitê gestor do projeto orla.	Iniciativa privada SEMASA Associação de moradores. Prefeitura ONGs Ambientais SPU	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência

<p>4- Projeto para revitalização do píer turístico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a estrutura atual. • Instalação de alfândega. • Incentivar o turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto de ampliação do píer e demais instalações de serviços (Alfândega, posto policial, posto de informações turísticas e etc.) • Prever estruturas de apoio (banheiros, placas, comércios, caixas eletrônicos e etc). 	<p>Sec. Turismo SMU FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.</p>	<p>Iniciativa privada SEMASA Associação de moradores. Prefeitura ONGs Ambientais Fundação Genésio Miranda Lins SPU</p>	<p>Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência</p>
<p>5- Projeto para criação e melhoria de estruturas (fixas e moveis) de apoio a pratica de esportes, eventos esportivos e eventos culturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a prática esportiva e a saúde. • Possibilitar eventos (esportivos e culturais) de escala Nacional e Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Prever áreas para práticas esportivas de lazer diversas e (Surf, vôo livre, esportes de areia, canoagem, arborismo e etc) • Desenvolver estruturas ecologicamente sustentáveis, que possibilitem essas atividades. • Prever espaços propícios e respectivas estruturas móveis, para realização de grandes eventos esportivos e culturais (estádios e palcos móveis). 	<p>Fundação municipal do Esporte Fundação Cultural Sec. Turismo SMU FAMAI, Sec. Obras Comitê gestor do projeto orla.</p>	<p>Iniciativa privada SEMASA Associação de moradores. Prefeitura SPU</p>	<p>Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência</p>

6- Projeto para construção do Complexo náutico Itajaí	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a vocação cultural do município. • Incentivar as atividades marítimas, esportivas e de lazer, atendendo as exigências legais e ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar audiência pública específica. • Prever a dimensão do empreendimento (área útil) e quantidade embarcações • Implementar selos ambientais para instalação e operação do empreendimento. • Atender a todas as legislações cabíveis. • Remediari da área de bota fora. Retirada de qualquer contaminante lá contido. • Que o material a ser utilizado para substituição e/ou complementação do aterro, neste processo, deva ser feito com materiais que provoquem impactos ambientais mínimos, associados às ações mitigadoras específicas. 	Comitê gestor do projeto orla. FAMAI ONGs Ambientais SEMASA SMU Sec. Obras Prefeitura	Iniciativa privada Associação de moradores. Fundação Cultural Fundação municipal do Esporte Sec. Turismo Meios de Comunicação SPU	Bares, restaurantes e comércio em geral Moradores residentes Turistas Moradores de segunda residência Proprietários de embarcações.
Levantar fontes de Recursos junto aos órgãos responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Submeter o projeto aos órgãos fomentadores. • Buscar financiamentos e recursos a fundo perdido. • Incentivar parcerias com a iniciativa privada. 	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos
Executar, controlar e manter as Obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar infraestruturas para os diversos usos. • Garantir boa aplicação dos recursos públicos. • Manter o Patrimônio Público 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar os gastos públicos • Desenvolver indicadores para controlar andamento das obras. • Criar rotinas de manutenção preventiva. (não esperar quebrar para reformar) 	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos	Entidades Levantadas no processo de planejamento dos projetos específicos

9.1.2. Meio Ambiente

9.1.2.1. Recuperação de Áreas Degradadas

Quadro 44: Ações e medidas de Meio Ambiente/Recuperação de áreas degradadas para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo (meses)	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnosticar as áreas degradadas.	Todos	Levantamento dos problemas e classificação dos graus de degradação de acordo com os ecossistemas existentes.	04	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII FATMA
Elaborar Projetos de Recuperação das áreas degradadas.	Todos os diagnosticados	Recuperar e solucionar os problemas diagnosticados.	03	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII FATMA
Captar Recursos Financeiros.	Todos os diagnosticados	Execução do Projeto	03	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII FATMA MMA
Implementar os Planos de Ação para Recuperar as áreas degradadas.	Todos os diagnosticados	Propor soluções para os problemas levantados.	36	FAMAI Sub Prefeitura Local C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII FATMA
Estabelecer Programa de Monitoramento das Áreas Recuperadas.	Todos	Verificação e Controle dos projetos desenvolvidos.	Continuado	FAMAI Sub Prefeitura Local C.G	UNIVALI Iniciativa Privada FATMA ACII CEPSUL

Quadro 45: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/ Recuperação de áreas degradadas.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Recuperação de áreas degradadas												
Diagnosticar as áreas degradadas.												
Elaborar Projetos de Recuperação das áreas degradadas.												
Captar Recursos Financeiros para executar os projetos												
Implementar os Planos de Ação para Recuperar as áreas degradadas.												34 meses
Estabelecer Programa de Monitoramento e Controle das Áreas Recuperadas.												P*

P*: permanente

9.1.2.2. Paisagismo

Quadro 46: Ações e medidas de Meio Ambiente/Paisagismo para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo (meses)	Envolvido Principal na Ação	Envolvidos Secundários
Caracterizar a paisagem e levantar dados existentes para identificação de problemas e definição de critérios	Todos	Identificação de problemas e definição de critérios.	03	SMU FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII EPAGRI
Estabelecer normatização para o paisagismo da orla municipal, seguindo critérios ecológicos.	Todos	Promover a harmonização visual, funcional e ecológica bem como ordenar a beleza cênica.	04	SMU FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII EPAGRI CEPSUL
Divulgar as normas estabelecidas para o paisagismo da orla municipal e conscientizar a população da necessidade de sua utilização.	Todos	Preservar e conservar o patrimônio paisagístico.	05	SMU FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII EPAGRI
Fiscalizar a aplicação da Norma Estabelecida para cumprimento da mesma	Todos	Cumprimento da norma estabelecida.	Contínuo	SMU FAMAI Sub Prefeitura Local C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII

Quadro 47: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/ Paisagismo.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Paisagismo												
Caracterizar a paisagem e levantar dados existentes para identificação de problemas e definição de critérios												
Estabelecer normatização para o paisagismo da orla municipal, seguindo critérios ecológicos.												
Divulgar as normas estabelecidas para o paisagismo da orla municipal e conscientizar a população da necessidade de sua utilização.												
Fiscalizar a aplicação da Norma Estabelecida para cumprimento da mesma									P*			

P*: permanente

9.1.2.3. Fiscalização e Monitoramento

Quadro 48: Ações e medidas de Meio Ambiente/Fiscalização e monitoramento para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo (meses)	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Verificar e definir competências das instituições responsáveis pelo monitoramento e fiscalização	Todos	Identificar os responsáveis pela ação de monitoramento e fiscalização.	01	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII
Indicar representantes, dentro das Unidades Responsáveis, para formação do Grupo de Trabalho específico.	Todos	Monitorar e Fiscalizar os Programas e Projetos desenvolvidos na Orla.	03	FAMAI FATMA IBAMA C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII Sociedade Civil Organizada. CEPSUL
Elaboração Plano de Ação	Todos	Definir e detalhar estratégias de monitoramento e fiscalização.	04	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII MMA CEPSUL
Captação de Recursos Financeiros para executar as ações de monitoramento e fiscalização	Todos	Execução do Plano de Ação	04	FAMAI Sub Prefeitura Local C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII
Implantar as ações de monitoramento e fiscalização	Todos	Avaliação e Controle das Ações	Permanente	FAMAI Sub Prefeitura Local C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII CEPSUL

Elaboração de Relatórios de Monitoramento e Fiscalização para o Comitê Gestor.	Todos	Avaliação	Permanente		UNIVALI Iniciativa Privada ACII CEPSUL
Criar canais de comunicação entre a População e os Grupos de Trabalho.	Todos	Promover o contato direto entre população e Grupos de Trabalho.	03	SECOM C.G	UNIVALI Iniciativa Privada Empresas de Telefonia e Informática.

Quadro 49: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Fiscalização e Monitoramento.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Fiscalização e Monitoramento												
Verificar e definir competências das instituições responsáveis pelo monitoramento e fiscalização												
Indicar representantes, dentro das Unidades Responsáveis, para formação do Grupo de Trabalho específico.												
Elaboração Plano de Ação												
Captação de Recursos Financeiros para executar as ações de monitoramento e fiscalização												
Implantar as ações de monitoramento e fiscalização												P*
Elaboração de Relatórios de Monitoramento e Fiscalização para o Comitê Gestor.												P*
Criar canais de comunicação entre a População e os Grupos de Trabalho.												

P*: Permanente

9.1.2.4. Educação Ambiental

Quadro 50: Ações e medidas de Meio Ambiente/Educação Ambiental para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo (meses)	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Diagnosticar público alvo e entidades divulgadoras da Educação Ambiental para formação de Grupos de Trabalhos.	Todos	Para elaboração de Planos de Ação. Identificação de projetos e programas já existentes na orla.	02	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII CEPSUL
Elaborar o Plano de Ação estratégico	Todos	Definir estratégias e metodologias dos projetos. Utilização das Trilhas do Canto do Morcego e Lagoa do Cassino para fins científicos.	04	FAMAI FATMA IBAMA C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII Sociedade Civil Organizada CEPSUL
Inserção do projeto orla no programa municipal de educação ambiental.	Todos	Inserir no programa municipal de educação ambiental ações específicas para a orla do município.	02	Famai Secretaria de Educação C.G.	Escolas do município
Captar Recursos para executar o plano de ação	Todos	Informar a comunidade e visitantes a importância da preservação e conservação do meio ambiente.	05	FAMAI C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII MMA
Executar as ações propostas	Todos	Sensibilizar os alunos e os usuários sobre a Importância da Educação Ambiental.	Permanente	FAMAI Sub Prefeitura Local C.G	UNIVALI Iniciativa Privada ACII

Quadro 51: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Educação Ambiental.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Educação Ambiental												
Diagnosticar público alvo e entidades divulgadoras da Educação Ambiental para formação de Grupos de Trabalhos.												
Inserção do projeto orla no programa municipal de educação ambiental.												
Elaborar o Plano de Ação estratégico												
Captar Recursos para executar o plano de ação												
Executar as ações propostas												P*

P*: permanente

9.1.2.5. Unidades de Conservação

Quadro 52: Ações e medidas de Meio Ambiente/Unidades de Conservação para os trechos identificados.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
O que fazer?		Por que fazer?	Tempo (Meses)	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Identificar as UC's existentes	Todos	Verificar a situação legal de cada Unidade	01	FAMAI C. Gestor	UNIVALI
Identificar Novas Áreas em Potencial para UCs	Todos	Preservar e Conservar os Recursos Materiais	02	FAMAI C. Gestor	UNIVALI
Elaborar Plano de Ação	Todos os que possuem UC's e áreas potenciais	Definir Estratégias nas UCs existentes e áreas em potencial	03	FAMAI C. Gestor	UNIVALI OAB Iniciativa Privada CEPSUL
Captar Recursos para viabilização dos projetos.	Todos os que possuem UC's e áreas potenciais	Viabilizar a Execução dos Programas e Projetos	06	FAMAI C. Gestor	Iniciativa privada Fatma
Implantar física e legalmente as novas UC's	Trechos com áreas potenciais	Preservar e Conservar os Recursos Naturais	12	Famai C. Gestor	Iniciativa privada Fatma

Regularizar as UC's existentes.	Todos os que possuem UC's	Garantir a preservação dos recursos naturais.	12	Famai C. Gestor	Iniciativa privada Fatma
Monitorar e controlar as ações propostas anteriormente.	Todos os que possuem UC's e áreas potenciais	Controle e Manutenção das Ações	permanente	FAMAI C. Gestor	UNIVALI

Quadro 53: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Unidades de Conservação.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Unidades de Conservação												
Identificar as UC's existentes												
Identificar Novas Áreas em Potencial para UCs												
Elaborar Plano de Ação												
Captar Recursos para viabilização dos projetos.												
Implantar física e legalmente as novas UC's												+10meses
Regularizar as UC's existentes												+10meses
Monitorar e controlar as ações propostas anteriormente.												Permanente

P*: permanente

9.1.2.6. Área de Preservação Permanente

Quadro 54: Ações e medidas de Meio Ambiente/Áreas de Preservação Permanente para todos os setores/trechos.

Ações e Medidas	Trechos	Finalidade	Duração da Atividade	Responsável	Parceiros Envolvidos
		Por que fazer?	Quanto Tempo	Envolvido Principal na ação	Envolvidos secundários
Levantar a situação atual das APP's, com georreferenciamento e registro fotográfico	Todos	Identificação dos agentes causadores da agressão	06	FAMAI IBAMA	UNIVALI ONG'S CEPSUL SPU
Elaborar Plano de Ação		Regularização das áreas afetadas dentro das APP's	06	FAMAI IBAMA	UNIVALI ONG's CEPSUL MP
Executar as Ações do Plano		Efetuar as regularizações das áreas degradadas	36	FAMAI	FATMA UNIVALI IBAMA Iniciativa Privada
Monitorar e controlar as ações propostas anteriormente.		Controle e Manutenção das Ações	permanente	FAMAI C. Gestor	UNIVALI

Quadro 55: Cronograma de execução das ações e medidas de Meio Ambiente/Áreas de Preservação Permanente.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Áreas de Preservação Permanente.												
Levantar a situação atual das APP's, com georreferenciamento e registro fotográfico												
Elaborar Plano de Ação												
Executar as Ações do Plano												+ 36 meses
Monitorar e controlar as ações propostas anteriormente.												Permanente

9.1.2.7. Estratégia de Envolvimento dos Atores

Quadro 56: Estratégias e atores - Recuperação de Áreas Degradadas e Paisagismo.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público Alvo
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	Recompor e manter os ecossistemas costeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas técnicas no local e em outros municípios; • Levantamento bibliográfico da área; • Composição de grupo técnico de acompanhamento; • Atuar conforme a legislação ambiental pertinente à recuperação de áreas degradadas; 	FAMAI	Iniciativa Privada, Subprefeituras, Secretaria de Obras.	Moradores, frequentadores e empreendedores da orla
PAISAGISMO	Promover a harmonização visual, funcional e ecológica bem como ordenar a beleza cênica	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas técnicas nos locais e em outros municípios; • Levantamento de referências de projetos paisagísticos já implantados, via web; • Elaborar e seguir normatização relativa a flora considerando 	CONSELHO GESTOR, FAMAI, SMU - Itajaí	FATMA, IBAMA, SPU, Secretaria de Obras, Subprefeituras	Moradores, frequentadores e empreendedores da orla

		<p>legislação pertinente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e fiscalização do cumprimento da norma 			
--	--	--	--	--	--

Quadro 57: Estratégias e atores - Monitoramento, Fiscalização e Educação Ambiental.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público Alvo
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO	Monitorar e conservar as estruturas implantadas e o ambiente natural, aplicando a legislação vigente.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os responsáveis pela ação de monitoramento e fiscalização; • Definir e detalhar estratégias de monitoramento e fiscalização; • Implantar as estratégias de monitoramento e fiscalização • Criar canais de comunicação (sites, disque denúncias) entre a População e os Grupos de Trabalho 	Conselho Gestor, FAMAI	Polícia Militar; IBAMA; CODETRAN.	Moradores, frequentadores e empreendedores da orla
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Sensibilizar a população para as questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar visitas em escolas e associações de moradores; 			

	da faixa litorânea	<ul style="list-style-type: none"> • Definir locais para a criação de trilhas para estimular o contato da população com as questões ambientais; • Inserir no programa municipal de educação ambiental ações específicas para a orla do município. • Realizar oficinas e trilhas nas UC's. 	Conselho Gestor; FAMAI; Secretaria de Educação;	ONG's; Iniciativa Privada; CEPSUL	Moradores, alunos das escolas do município, turistas.
--	--------------------	--	---	-----------------------------------	---

Quadro 58: Estratégias e atores - Unidades de Conservação e APPs.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável Principal	Responsável Secundário	Público Alvo
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	Garantir a preservação e conservação dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a situação legal de cada Unidade; • Propor novas áreas para a criação de novas UC's; • Definir Estratégias nas UC's existentes e áreas em potencial; • Viabilizar a execução dos programas e projetos. 	Conselho Gestor; FAMAI	ONG's; Iniciativa Privada	Moradores, frequentadores e empreendedores da orla
ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE – APP's	Garantir a preservação e conservação dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar a situação atual das APP's, utilizando georreferenciamento e 	Conselho Gestor;	ONG's;	Moradores, frequentadores

		<p>registro fotográfico;</p> <ul style="list-style-type: none">• Regularizar as áreas afetadas dentro das APP's e as áreas degradadas;• Delimitar física e legalmente as APP's.	FAMAI	Iniciativa Privada; IBAMA; FATMA	e empreendedores da orla
--	--	--	-------	----------------------------------	--------------------------

9.1.3. Normatização da Orla

9.1.3.1. Uso da Faixa de Areia no Veraneio

Quadro 59: Ações e medidas de Normatização/Uso da faixa de areia no veraneio para os setores/trechos identificados.

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
					O que fazer? Por que fazer? Quanto tempo? Envolvido principal na ação? Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico do uso da faixa de areia da praia	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Entender a realidade geográfica, ambiental e econômica do uso da faixa de areia da praia nos Meses de verão e inverno	01 mês	Comitê Gestor FAMAI / FATMA Secretaria de Turismo de Itajaí SPU / MMA	Associação dos Moradores Iniciativa Privada Assoc. Bares e hotéis e restaurantes
Levantamento da legislação pertinente para ordenar e definir o uso da orla	Praia Brava Sul Praia Brava central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Definir as normas de utilização, bem como materiais e necessidades de cada setor e trechos (praia)	01 mês	Comitê Gestor FAMAI / FATMA Secretaria de Turismo de Itajaí SPU / MMA	Associação dos Moradores Iniciativa Privada Assoc. Bares e hotéis e restaurantes
Elaboração de regras específicas de cada setor para atendimento dos bares, hotéis e restaurantes e ambulantes	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Utilizar de forma legal e ordenada a faixa de areia da praia	02 Meses	Comitê Gestor FAMAI / FATMA Secretaria de Turismo de Itajaí SPU / MMA	UNIVALI Associação dos Moradores Iniciativa Privada
Definição de áreas específicas para a prática de esportes e lazer	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Ordenamento da prática de esportes para segurança dos usuários (aquático e terrestre)	02 Meses	Comitê Gestor FAMAI / FATMA Secretaria de Turismo de Itajaí SPU / MMA	Corpo de Bombeiros Associação de Moradores Anjos do Mar – Brasil

Padronização dos equipamentos e atendimento da orla	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Proposta de padronização de serviços para garantir qualidade e organização	02 Meses	Comitê Gestor FAMAI / FATMA Secretaria de Turismo de Itajaí SPU / MMA	Sindicato dos Bares e restaurantes Vigilância Sanitária Iniciativa Privada
Regularização dos equipamentos públicos e privados (Quiosques, Posto de Salva Vidas, Cercas, passarelas, Decks, Chuveiros, WC's)	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Disciplinar, regulamentar o uso dos equipamentos na orla Ações de proteção da restinga	12 Meses	Comitê Gestor FAMAI / FATMA Secretaria de Turismo de Itajaí SPU / MMA	IBAMA Ministério Público Procuradoria da República CEPSUL
Captação de recursos financeiros junto aos órgãos públicos, nas três esferas e privados	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Criação de um fundo para a manutenção da orla Fiscalização e monitoramento	12 Meses	Comitê Gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA Planejamento e Orçamento	PMI / Turismo e iniciativa privada
Levantamento junto ao SPU das formas adequadas para a captação e transferência de recursos do Laudêmio	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Determinar percentual de retorno por parte da União da cobrança do Fórum e Laudêmio	Permanente	Comitê Gestor SPU / MMA	FAMAI / FATMA Turismo / SMU
Negociação com o Ministério Público para destinar recursos oriundos dos TACs para o Projeto Orla	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Criação de um fundo para a manutenção da orla Fiscalização e monitoramento	Permanente	Comitê Gestor SPU / MMA	FAMAI / FATMA Turismo / SMU
Parcerias e convênios com investidores imobiliários para destinação de recursos para o Projeto Orla	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Criação de um fundo para a manutenção da orla Implementar as ações de melhoria elencadas no Plano de Gestão	Permanente	Comitê Gestor SPU / MMA	FAMAI / FATMA Turismo / SMU
Fiscalizar e/ou monitorar as estruturas de apoio da praia	Praia Brava Sul Praia Brava Central Cabeçudas Atalaia Jeremias	Para cumprimento das diretrizes do projeto	Permanente	Comitê Gestor SPU / MMA FAMAI / FATMA IBAMA	SMU / Turismo Associações de Moradores e outras
Criação de rubrica para previsão orçamentária: LDO	Toda Orla	Criar dotação orçamentária para gerir o fundo	3 Meses	Comitê Gestor Planejamento e Orçamento	FAMAI / FATMA SPU / MMA

Quadro 60: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Uso da faixa de areia no veraneio.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Uso da faixa de areia da praia												
Diagnóstico do uso da faixa de areia da praia												
Levantamento da legislação pertinente para ordenar e definir o uso da orla												
Elaboração de regras específicas de cada setor para atendimento dos bares, hotéis e restaurantes e ambulantes												
Definição de áreas específicas para a prática de esportes e lazer												
Padronização dos equipamentos e atendimento da orla												
Regularização dos equipamentos públicos e privados (Quiosques, Posto de Salva Vidas, Cercas, passarelas, Decks, Chuveiros)												
Captação de recursos financeiros junto aos órgãos públicos												
Levantamento junto ao SPU das formas adequadas para a captação e transferência de recursos do Laudêmio												
Negociação com o Ministério Público para destinar recursos oriundos dos TACs para o Projeto Orla												
Parcerias e convênios com investidores imobiliários para destinação de recursos para o Projeto Orla												
Fiscalizar e/ou monitorar as estruturas de apoio da praia												
Criação de rubrica para previsão Orçamentaria : LDO												

9.1.3.2. Ações Demolitórias, de Regularização e de Licitação

Quadro 61: Ações e medidas de Normatização/Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação para todos os setores/trechos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Levantamento de todas as ações demolitórias de regulamentação e de licitação	Todos os Trechos	Para ter o conhecimento da atual situação	6 Meses	PMI / FAMAI SPU / MMA MPF / MPE	Comitê gestor
Diagnóstico das ações demolitórias	Todos os Trechos	Elaborar plano de ações	12 Meses	Comitê gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA PMI	Turismo / SMU
Verificação da necessidade de novas ações, diagnosticando ocupações irregulares	Todos os Trechos	Solucionar e ordenar problemas de ocupação	12 Meses	Comitê gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA PMI	Turismo / SMU
Diagnóstico da ocupação de espaços públicos e promover se necessário a realização de licitações	Todos os Trechos	Ordenar e regularizar as ocupações e usos da orla	12 Meses	Comitê gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA PMI	MPF / MPE

Quadro 62: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação.												
Levantamento de todas as ações demolitorias de regulamentação e de licitação												
Diagnóstico das ações demolitórias												
Verificação da necessidade de novas ações, diagnosticando ocupações irregulares												
Diagnóstico da ocupação de espaços públicos e promover se necessário a realização de licitações												

9.1.3.3. Fiscalização e Monitoramento

Quadro 63: Ações e medidas de Normatização/Fiscalização e monitoramento para todos os setores/trechos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Monitoramento e fiscalização das ações previstas no projeto orla	Toda Orla	Monitorar e cobrar responsabilidades evitando ocupações irregulares	Permanente	Comite Gestor SPU / MMA FAMAI / FATMA	Orgãos fiscalizadores Associações de Moradores e outras
Criar comissão fiscalizadora do Comite Gestor	Toda Orla	Acompanhamento das ações de captação dos diversos recursos e financeiros	Permanente	Comite Gestor SPU / MMA FAMAI / FATMA	SINDIPI Associações de Moradores e outras

Quadro 64: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Fiscalização e monitoramento.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Fiscalização e monitoramento												
Monitoramento e fiscalização das ações previstas no projeto orla												
Criar comissão fiscalizadora do Comite Gestor												

9.1.3.4. Ações Civis Públicas

Quadro 65: Ações e medidas de Normatização/Ações civis públicas para todos os setores/trechos.

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Levantamento das ações civis públicas em curso no MPE e MPF	Toda a Orla	Levantar o estado atual de andamento das ações civis públicas	06 mês	Comitê Gestor MPF / MPE / PMI FAMAI / FATMA SPU / MMA	Iniciativa privada
Diagnóstico das ações civis públicas	Toda a Orla	Entender o atual estágio e andamento dos processos existentes	06 Meses	Comitê Gestor PMI FAMAI / FATMA SPU / MMA	Iniciativa privada
Criação de uma comissão para mediação dos TACs	Toda a Orla	Entender o atual estágio e andamento dos processos existentes Analisar como os TACs podem ser instrumentos positivos de gestão da orla	06 Meses	Comitê Gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA PMI	Iniciativa privada MPF / MPE / PMI SMU / Turismo
Criação de uma estrutura jurídica no Projeto Orla	Toda a Orla	Analizar os procedimentos jurídicos existentes na orla de Itajai	Permanente	Comitê Gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA PMI	OAB Iniciativa privada
Criação de uma Gerencia da Orla – FAMAI	Toda a Orla	Gerenciar, planejar e executar ações relacionadas aos projetos específicos da Orla	Permanente	Comitê Gestor FAMAI / Turismo SMU	Associações de Moradores

Quadro 66: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização/Ações civis públicas.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Ações civis públicas												
Levantamento das ações civis públicas em curso no MPE e MPF												
Diagnóstico das ações civis públicas												
Criação de uma comissão para mediação dos TACs												
Criação de uma estrutura jurídica no Projeto Orla												
Criação de uma Gerencia da Orla – FAMAI												

9.1.3.5. Licenciamento

Quadro 67: Ações e medidas de Normatização da orla/Licenciamento para todos os setores/trechos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
					Quem está envolvido secundariamente na ação?
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Levantamento e diagnóstico das ocupações ilegais da orla residencial e comercial	Toda orla	Verificar o tipo de licenciamento das áreas públicas e privadas	12 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA	

Quadro 68: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização da orla/licenciamento.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Licenciamento												
Levantamento e diagnóstico das ocupações ilegais da orla residencial e comercial												

9.1.3.6. Regularização Fundiária

Quadro 69: Ações e medidas de Normatização da orla/Regularização fundiária para todos os setores/trechos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
					Quem está envolvido secundariamente na ação?
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico e levantamento das áreas de APP, Unidades de Conservação e Áreas de Marinha	Todos	Verificar o tipo de licenciamento das áreas públicas e privadas	12 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA CEPSUL	UNIVALI
Verificar as cessões de uso da orla	Todos	Verificar a existência, ou não, da regularização das areas publicas e privadas	12 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA	UNIVALI

Quadro 70: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização da orla/Regularização fundiária.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Regularização fundiária												
Diagnóstico e levantamento das áreas de APP e Área de Marinha												
Verificar as cessões de uso da orla												

9.1.3.7. Uso do Ambiente Aquático

Quadro 71: Ações e medidas de Normatização da orla/Uso do ambiente aquático para os trechos aquáticos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico dos usos do mar, do rio Itajaí e do espelho d'água do Saco da Fazenda	Todos os aquáticos	Entender os diversos tipos de usos do espaço marinho e estuarino	04 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA Marinha	UNIVALI Anjos do Mar SINDIP Porto CEPSUL
Levantamento dos atores relacionados aos diferentes usos	Todos os aquáticos	Entender os diversos tipos de usos do espaço marinho e estuarino	04 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA Marinha	UNIVALI Anjos do Mar SINDIP Porto CEPSUL
Levantamento dos problemas e conflitos existentes	Todos os aquáticos	Entender os diversos tipos de usos do espaço marinho e estuarino	04 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA Marinha	UNIVALI Anjos do Mar SINDIP Porto CEPSUL
Estabelecimento de metas para gestão	Todos os aquáticos	Entender os diversos tipos de usos do espaço marinho e estuarino	03 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA Marinha	UNIVALI Anjos do Mar SINDIP Porto CEPSUL
Estabelecimento de um programa de monitoramento com indicadores de avaliação	Todos os aquáticos	Entender os diversos tipos de usos do espaço marinho e estuarino	05 Meses	Comitê Gestor SMU / MMA FAMAI / FATMA Marinha	UNIVALI Anjos do Mar SINDIP Porto CEPSUL

Quadro 72: Cronograma de execução das ações e medidas de Normatização da orla/Uso do ambiente aquático.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Uso do ambiente aquático												
Diagnóstico dos usos do mar, do rio Itajaí e do espelho d'água do Saco da Fazenda												
Levantamento dos atores relacionados aos diferentes usos												
Levantamento dos problemas e conflitos existentes												
Estabelecimento de metas para gestão												
Estabelecimento de um programa de monitoramento com indicadores de avaliação												

9.1.3.8. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

Quadro 73: Estratégia definida para todos os temas levantados.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável principal	Responsável secundário	Público-alvo
Uso da faixa de areia no veraneio	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o Comitê Gestor da Orla - Estabelecer um processo contínuo de capacitação entre o Comitê Gestor e a sociedade - Criar estratégias amigáveis de uso da praia entre os usuários nos Meses de veraneio e inverno 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops Audiência Pública 	Comitê Gestor FAMAI SPU Secretaria de Turismo	Associação de Moradores Iniciativa Privada UNIVALI	Bares e restaurantes Turistas Moradores residentes Moradores de segunda residência
Ações demolitórias, de regulamentação e de licitação	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar consenso 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões Audiência Pública 	Comitê Gestor FAMAI SPU Secretaria de Turismo	Associação de Moradores Iniciativa Privada	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência
Fiscalização e monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o Comitê Gestor da Orla - Criar um programa de monitoramento voluntário entre o Comitê Gestor e a sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops Audiência Pública 	Comitê Gestor FAMAI SPU Secretaria de Turismo	Associação de Moradores Iniciativa Privada UNIVALI	Bares e restaurantes Turistas Moradores residentes Moradores de segunda residência Turistas
Ações civis públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar consenso entre o Ministério Público Federal e Estadual, órgãos do governo e donos de bares e restaurantes 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops Audiência Pública 	Comitê Gestor FAMAI SPU PRF / PE	Associação de Moradores Iniciativa Privada	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência
Regularização fundiária	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer as ações do Comitê Gestor da Orla 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops Audiência Pública 	Comitê Gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA	Associação de Moradores Iniciativa Privada	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência

Licenciamento	- Fortalecer as ações do Comitê Gestor da Orla	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops Audiência Pública	Comitê Gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA	Associação de Moradores Iniciativa Privada UNIVALI	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência Construtoras
Uso do ambiente aquático	- Normatizar e Incentivar o uso - Fortalecer a segurança na área aquática	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops Audiência Pública	Comitê Gestor FAMAI / FATMA SPU / MMA Marinha	Associação de Moradores Iniciativa Privada Associações náuticas UNIVALI	Bares e restaurantes Moradores residentes

9.1.4. Turismo e Lazer

9.1.4.1. Esporte e Lazer

Quadro 74: Ações e medidas de Turismo e Lazer/Esporte e lazer para trechos identificados.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
					O que fazer? Por que fazer? Quanto tempo? Envolvido principal na ação? Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das áreas potenciais para prática de esporte e lazer (voo livre, surf, etc)	todos	Conhecer a realidade dos espaços de lazer e esporte	01 mes	Comitê Gestor SETUR FMEL	Associação dos Moradores Iniciativa Privada ANI APIR ASPI IAMB DEL Itajaí\ Capitaania
Plano de ações para esporte e lazer	todos	Organizar as atividades de esporte e lazer	06 meses	Comitê Gestor FMEL SETUR DEL ITAJAI	Associacoes Desportivas Associação dos Moradores Iniciativa Privada Secretaria de Turismo Sindihoteis
Levantamento de fontes de recursos para os projetos elencados no plano de acoes	todos	Buscar recursos na iniciativa publica e ou privada	01 ano	Comitê Gestor FMEL SEPLAN	SETUR Associacoes Desportivas Iniciativa Privada
Regularizacao das ações adequadas para a pratica desportiva	todos	Organizar, regularizar e padronizar e regulamentar as atividades desportivas	06 meses	Comite Gestor FMEL	Associacoes Desportivas SETUR
Estabelecer um calendario de eventos anual	todos	Organizar, padronizar e regularizar as atividades que serao desenvolvidas na orla (condicoes	02 meses	Comite Gestor SETUR FMEL	Associacoes Desportivas Federacoes Desportivas Sindihoteis

Construção de passarela para ciclistas e pedestres sobre a Lagoa do Cassino	Praia Brava	climáticas, calendário nacional)	01 ano	Comitê Gestor Secretaria de Turismo SPU Secretaria de Obras	FAMAI IBAMA Ministério Pùblico SMU Iniciativa Privada Associação de Moradores
---	-------------	----------------------------------	--------	--	--

Quadro 75: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo e Lazer/Esporte e lazer.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Esporte e lazer												
Diagnóstico das áreas potenciais para prática de esporte e lazer (voo livre, surf, etc)												
Plano de ações para esporte e lazer												
Levantamento de fontes de recursos para os projetos elencados no plano de ações												
Regularização das ações adequadas para a prática desportiva												
Estabelecer um calendário de eventos anual												
Construção de passarela para ciclistas e pedestres sobre a Lagoa do Cassino												

9.1.4.2. Turismo Ecológico de Aventura

Quadro 76: Ações e medidas de Turismo/Turismo ecológico de aventura para todos os setores/trechos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das áreas potenciais para prática de esportes de aventura e ecológico	Todos	Conhecer as potencialidades e características específicas para a prática de trilhas, escaladas, voo, etc.	1 mês	Comite Gestor SETUR FMEL	Associações Desportivas Sindihoteis Associações de Moradores FAMAI
Plano de ações para desenvolvimento de atividades de aventura ecologicamente viáveis.	Todos	Organizar e mapear as atividades desportivas de aventura e ecologicamente viáveis.	6 meses	Comite Gestor SETUR FMEL	Associações Desportivas Sindihoteis Associações de Moradores FAMAI
Levantamento e regularização da certificação das entidades responsáveis pelos esportes de aventura e trilhas ecológicas	Todos	Regulamentação das atividades desportivas de aventura (voo livre, montanhismo, trekking, etc)	6 meses	Comite Gestor SETUR FMEL	Associações Desportivas Procuradoria Geral Município Associações de Moradores Ministerio Publico
Monitoramento da certificação das entidades responsáveis pelos esportes de aventura e trilhas ecológicas	Todos	Regulamentação das atividades desportivas de aventura (voo livre, montanhismo, trekking, etc)	6 meses	Comite Gestor SETUR FMEL	Associações Desportivas Procuradoria Geral Município Associações de Moradores Ministerio Publico

Quadro 77: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Turismo ecológico de aventura.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Turismo ecológico e de aventura.												
Diagnóstico das áreas potenciais para prática de esportes de aventura e ecológico												
Plano de ações para desenvolvimento de atividades ecológicamente viáveis e de aventura												
Levantamento e regularização da certificação das entidades responsáveis pelos esportes de aventura e trilhas ecológicas												
Monitoramento da certificação das entidades responsáveis pelos esportes de aventura e trilhas ecológicas												

9.1.4.3. Gastronomia

Quadro 78: Ações e medidas de Turismo/Gastronomia para todos os setores/trechos.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Desenvolvimento de um diagnóstico da situação gastronômica local.	Todos os Trechos	Conhecer a diversidade gastronômica da orla de modo a viabilizar ações relacionadas a melhoria e qualidade de serviços prestados.	3 meses	Comitê gestor FAMAI SPU Secretaria de Urbanismo Univali	Bares e restaurantes Sindihotéis Moradores residentes e de segunda moradia Associações de moradores
Criação do Selo de Qualidade	Todos os Trechos	Estimular a qualidade e a variedade gastronômica na orla a partir de foruns, debates, workshops.	6 meses	Comitê gestor FAMAI SPU Secretaria de Urbanismo Univali	Bares e restaurantes Sindihotéis Moradores residentes e de segunda moradia Associações de moradores
Ampliar a participação e a frequencia de turistas/moradores na orla.	Todos os Trechos	Gerar maior movimentação econômica e turística na cidade.	3 meses	Comitê gestor FAMAI SPU Secretaria de Urbanismo Univale SETUR	Bares e restaurantes Sindihotéis Moradores residentes e de segunda moradia Associações de moradores
Criar um roteiro gastronômico	Todos	Regulamentação dos estabelecimentos (criação de normas) para padronização de serviços.	6 meses	SETUR Comitê Gestor Secretaria de Saúde (vigilância sanitária)	Bares e restaurantes Sindihotéis Moradores residentes e de segunda moradia Associações de moradores Associação de pescadores artesanais

Monitorar a qualidade do selo por meio de auditorias	Todos	Regulamentação dos estabelecimentos (criação de normas) para padronização de serviços.	Continua	SETUR Comitê Gestor Secretaria de Saude (vigilância sanitária)	Bares e restaurantes Sindihotéis Moradores residentes e de segunda moradia Associações de moradores Associação de pescadores artesanais
--	-------	--	----------	---	---

Quadro 79: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Gastronomia.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Gastronomia												
Desenvolvimento de um diagnóstico da situação gastronômica local.												
Criação do Selo de Qualidade												
Ampliar a participação e a frequencia de turistas/moradores na orla.												
Criar um roteiro gastronômico												
Monitorar a qualidade do selo por meio de auditorias												

9.1.4.4. Marinas e Portos de Recreio

Quadro 80: Ações e medidas de Turismo/Marina e portos de recreio para os trechos identificados.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das areas potenciais para implantação de marinas e portos de recreio	Todos	Conhecer as potencialidades e características da região para implantação de infraestrutura náutica	1 mês	Comite Gestor SETUR Associação Nautica Secretaria de Urbanismo SPU FAMAI	Associações relacionadas ao setor náutico Secretaria do desporto Fundação do esporte Marina Fundação do meio ambiente
Plano de ações para esportes náuticos na orla	Todos	Organizar plano de ação (calendario de eventos) englobando diversas modalidades	06 meses	Comite Gestor SETUR Associacao Nautica	Associação de Surf Pescadores Artesanais Associação de Moradores
Certificação e regularização das práticas e eventos náuticos	Todos	Organizar, regulamentar e padronizar as regras para práticas náuticas desportivas	06 meses	Comite Gestor FMEL DEL Itajai	SETUR Associação de Moradores Associações Desportivas
Implantar marina aquática pública/privada no Saco da Fazenda	Saco da Fazenda	Permitir a atracação de embarcações de esporte e recreio	1 ano	Comite Gestor DEL Itajai Porto Itajai Procuradoria Geral Municipio SETUR SMU Associação Nautica FAMAI SPU	Ministerio Publico Associação de Moradores CEPSUL Pescadores Artesanais IBAMA ACII Iniciativa Privada SINDIHOTEIS

Captação de recursos	Saco da Fazenda	Captação de recursos junto a organismos governamentais e/ou privados para execução de obras	06 meses	Comite Gestor Porto de Itajai SETUR	SEPLAN Iniciativa Privada
Execução da infraestrutura no entorno da marina	Todos	Melhorar a infraestrutura do local	6 meses	Comite Gestor Secretaria de Obras Porto de Itajai	Secretaria de Turismo Iniciativa Privada SINDIHOTEIS Associação Moradores
Organização e melhoria do atracadouro dos pescadores artesanais	Saco da Fazenda (Ribeirão Schneider)	Melhorar as condições de atração dos barcos de pesca artesanal Incentivar a pesca artesanal	1 ano	Comite Gestor Secretaria da Pesca Secretaria de Urbanismo Associação dos Pescadores Artesanais	Associação de Moradores FAMAI SPU IBAMA DEL Itajai
Utilização dos bota fora de acordo com os preceitos legais	Saco da Fazenda	Urbanização da área em concordância com o Complexo Náutico Ambiental e projeto borda á agua.	1 ano	Comite Gestor Secretaria de Urbanismo SETUR FMEL	Fundação Cultural FAMAI SPU Associação de Moradores Iniciativa Privada Ministério Público Secretaria de Obras Secretaria de Urbanismo
Estabelecer rígidos programas de monitoramento ambiental na marina	Saco da Fazenda	Promover a qualidade ambiental na porção da marina	Monitoramento contínuo	Comite Gestor FAMAI	FAMAI SPU Associação de Moradores Iniciativa Privada Colônia de Pescadores Associação de Vela

Quadro 81: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Marina e portos de recreio.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Marinas e portos de recreio.												
Diagnóstico das areas potenciais para implantação de marinas e portos de recreio												
Plano de ações para esportes náuticos na orla												
Certificação e regularização das práticas e eventos náuticos												
Implantar marina aquática pública/privada no Saco da Fazenda												
Captação de recursos												
Execução da infraestrutura no entorno da marina												
Organização e melhoria do atracadouro dos pescadores artesanais												
Utilização dos bota fora de acordo com os preceitos legais												
Estabelecer rígidos programas de monitoramento ambiental na marina												

9.1.4.5. Terminais Turísticos

Quadro 82: Ações e medidas de Turismo/Terminais turísticos para o Setor Rio Itajaí.

AÇOES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Implantação de Posto de Informação Turística no Pier Turístico	Rio Itajaí	Melhorar o atendimento ao turista que chega na cidade em navios de passageiros Proporcionar ao turista um local único para obtenção de informações. Melhorar a prestação de serviços ao turista	03 meses	Comite Gestor SETUR	Associações de Vans Agencias de Recepção turística Guias Turísticos Porto Itajaí
Monitorar os procedimentos de atendimento do Terminal	Rio Itajaí	Melhorar o atendimento ao turista que chega na cidade em navios de passageiros Proporcionar ao turista um local único para obtenção de informações. Melhorar a prestação de serviços ao turista	Continua	Comite Gestor SETUR	Associações de Vans Agencias de Recepção turística Guias Turísticos Porto Itajaí

Quadro 83: Cronograma de execução das ações e medidas de Turismo/Terminais turísticos.

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
LINHA DE AÇÃO: Terminais turísticos.												
Implantação de Posto de Informação Turística no Pier Turístico												
Monitorar os procedimentos de atendimento do Terminal												

9.1.4.6. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

Quadro 84: Estratégias de turismo para todos os setores/trechos.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Responsável principal	Responsável secundário	Público-alvo
Esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o Comitê Gestor da Orla - Estabelecer um processo contínuo de capacitação entre o Comitê Gestor e a sociedade - Criar estratégias amigáveis de uso da orla entre os usuários nos meses de veraneio e inverno 	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops	Comitê Gestor FAMAI SPU Secretaria de Turismo	Associação de Moradores Iniciativa Privada API – Associação de Parapentes de Itajaí Associação de Surf de Itajaí	Turistas Moradores residentes Moradores de segunda residência API – Associação de Parapentes de Itajaí Associação de Surf de Itajaí
Turismo Ecológico e de Aventura	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar desenvolver palestras com especialistas nacionais e internacionais sobre a estruturação e profissionalização das atividades de turismo de aventura. 	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops	Comitê Gestor FAMAI SPU Secretaria de Turismo	Associação de Moradores Iniciativa Privada	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência
Gastronomia	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o Comitê Gestor da Orla - Criar um Conselho para certificar os restaurantes 	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops	Comitê Gestor FAMAI Secretaria de Turismo	Associação de Moradores Iniciativa Privada UNIVALI	Bares e restaurantes Turistas Moradores residentes Moradores de segunda residência Turistas
Marinas e portos de recreio	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar consenso entre o Ministério Público Federal e Estadual, órgãos do governo e donos de bares e restaurantes Fortalecer a criação de um Conselho Gestor da APA 	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops	Comitê Gestor FAMAI SPU Procuradoria da República Federal Procuradoria do Estado	Associação de Moradores Iniciativa Privada	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência

Terminais turísticos	- Fortalecer as ações do Comitê Gestor da Orla	Palestras Reuniões públicas Palestras Workshops	Comitê Gestor FAMAI SPU	Associação de Moradores Iniciativa Privada	Bares e restaurantes Moradores residentes Moradores de segunda residência
----------------------	--	--	-------------------------------	---	---

9.1.5. Urbanização

9.1.5.1. Setor Praia Brava

Quadro 85: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Praia Brava.

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Estabelecer normas para evitar o sombreamento da praia	Do Ribeirão Ariribá ao Ribeirão Cassino da Lagoa	Estimular a atividade comercial, em especial como “via gastronômica”. Coibir a verticalização. Coibir abusos do comércio na faixa de areia.	Contínua	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Conselho de Gestão territorial)	Iniciativa privada (construtoras e imobiliárias) Proprietários de lotes.
Criação do Parque linear do Ribeirão cassino da Lagoa, com limite de 30 metros das margens.	No entorno do Ribeirão Cassino da Lagoa.	Preservação ambiental e urbanística (paisagem)	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (FAMAI)	ONGs Órgãos Ambientais

Urbanização da Rua José Medeiros Vieira, com calçadão; Criação da Zona Turística	Do Ribeirão Cassino da Lagoa ao Canto do Morcego.	Estimular a atividade turística e de lazer	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Secretaria de Obras, Conselho de Gestão Territorial, Secretaria de Turismo)	Iniciativa privada (proprietários de bares e restaurantes) e proprietário de lotes
Criação de Zona de Recuperação de Duna Frontal e Vegetação Nativa (restinga)	Do Ribeirão Ariribá ao Canto do Morcego	Preservação ambiental e paisagística	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (SMU, FAMAI, COMDEMA e Conselho de Gestão Territorial)	ONGs Órgãos Ambientais
Estímulo à criação da Zona Prioritária para Conservação	Canto do Morcego	Preservação ambiental e paisagística	2 anos	Comitê Gestor Poder Público (SMU, FAMAI)	Órgãos ambientais

9.1.5.2. Cabeçudas / Atalaia

Quadro 86: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Cabeçudas/Atalaia.

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Reurbanizar a orla com ênfase à preservação da paisagem e história	Toda a extensão da Av. Juvenal Tavares D'Amaral	Espaço em estado precário de conservação	2 anos	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Secret. Obras, Secret. Planejamento e Orçamento	Iniciativa privada Proprietários de imóveis
Manter o zoneamento como área residencial exclusiva, unifamiliar e multifamiliar na última quadra.	Todo o bairro	Manter a baixa densidade populacional	Contínua	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Conselho de Gestão Territorial	
Determinar e regulamentar a Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal do Atalaia	Dos molhes ao Bico do Papagaio	Regularização do uso da praia e preservação da paisagem	Contínua	Comitê Gestor Poder Público (FAMAI)	Órgãos ambientais
Criar Zona de Turismo e Lazer	Molhes da Barra	Estimular as atividades de turismo e lazer	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (Secret. Turismo, FMEL, SMU)	

9.1.5.3. Setor Saco da Fazenda

Quadro 87: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Saco da Fazenda.

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
		O que fazer?	Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?
Padronizar e disciplinar as calçadas Padronizar e disciplinar a comunicação visual	Dos Molhes ao Centreventos	Promover o potencial turístico e acessibilidade	Contínua	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Secret. Obras, Secret. Planejamento e Orçamento)	Iniciativa privada Proprietários de imóveis
Reorganização dos espaços públicos (praças e calçadão da Rua Min. Victor Konder)	Dos Molhes ao Centreventos	Preservação do patrimônio público e seu uso	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Secretaria de Obras)	Iniciativa privada
Buscar a regularização/adequação da APA do saco da Fazenda a legislação pertinente (SNUC)	Saco da Fazenda	Organizar a utilização do Saco da Fazenda	Contínua	Comitê Gestor Poder Público (FAMAI, COMDEMA)	FAMAI APASF Órgãos ambientais
Buscar manter o atual zoneamento da Av. Ministro Victor Konder	Saco da Fazenda	Preservação da paisagem	Contínua	Comitê Gestor Poder Público (FAMAI, COMDEMA)	Iniciativa privada

9.1.5.4. Setor Rio Itajaí

Quadro 88: Ações e medidas de Urbanização para o Setor Rio Itajaí.

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
		O que fazer?	Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?
Propor a Instituição de uma zona de Preservação do Patrimônio Histórico	Do Centreventos ao Ferry-Boat	Revitalização do espaço público com preservação histórica	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (SMU, Conselho de Gestão territorial, Secretaria de Planejamento e Orçamento)	Iniciativa privada Proprietários de imóveis
Padronização da comunicação visual	Do Centreventos ao Ferry-Boat	Revitalização do espaço público	1 ano	Comitê Gestor Poder Público (SMU)	Iniciativa Privada
Propor a instituição de uma Zona Especial de Comércio para Rua Hercílio Luz	Rua Hercílio Luz	Incentivar a atividade comercial com viés turístico e revitalização predial	1 ano	Comitê Gestor Iniciativa Privada Poder Público (SMU, Conselho de Gestão Territorial)	Poder Público CDL ACII Assoc. Lojistas Rua Hercílio Luz

Quadro 89: Cronograma de execução das ações e medidas de Urbanização para os Setores: Praia Brava, Cabeçudas/Atalaia, Saco da Fazenda e Rio Itajaí.

ATIVIDADES	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
LINHA DE AÇÃO: Urbanização												
Estabelecer normas para evitar o sombreamento da praia (Praia Brava).												
Criação do Parque linear do Ribeirão cassino da Lagoa, com limite de 30 metros das margens (Praia Brava).												
Reurbanizar a orla com ênfase à preservação da paisagem e história - Cabeçudas												
Determinar e regulamentar a Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal do Atalaia												
Projeto de padronização de calçadas e de comunicação visual (Saco da Fazenda)												
Reorganização dos espaços públicos (praças e calçadão da Rua Min. Victor Konder)												
Buscar manter o atual zoneamento da Av. Ministro Victor Konder												
Buscar a regularização/adequação da APA do saco da Fazenda a legislação pertinente (SNUC)												
Propor a criação de Zonas Especiais - Turística e lazer (Praia Brava e Cabeçudas/Atalaia) - Patrimônio Histórico (Rio Itajaí) - Comercial (Rio Itajaí) - Residencial (Cabeçudas e Saco da Fazenda)												

Criação de Zonas de recuperação de duna frontal e vegetação nativa (restinga) (Praia Brava)											
Manutenção de zoneamento existente (Cabeçudas e Saco da Fazenda)											

9.1.5.5. ESTRATÉGICA DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

Quadro 90: Estratégias de urbanização de todos os setores/trechos.

Atividades	Objetivos	Metodologia	Principal Responsável	Responsável secundário	Público-alvo
Urbanização (Zoneamento)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ - Definir estratégias de desenvolvimento; ➤ - Reequilíbrio do gasto público para infraestrutura; ➤ - “Projetar a cidade do futuro” 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Workshops para os integrantes do Conselho de Gestão Territorial e comunidade ➤ Fórum permanente ➤ Comissão legislativa para a CVI 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comitê Gestor ➤ SMU ➤ FAMAI 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conselho de Gestão Territorial ➤ Associações de Moradores ➤ Entidades de classe (CREA, AREA...) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Proprietários de lotes ➤ Construtoras ➤ Investidores/Empreendedores ➤ Especuladores imobiliários
Urbanização (Uso e Ocupação do Solo)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar adequado uso ao lote, considerando os impactos ambientais e econômicos ➤ Controle paisagístico e ocupacional; ➤ Direcionamento do investimento público. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Workshops para os integrantes do Conselho de Gestão Territorial e comunidade ➤ Fórum permanente ➤ Comissão legislativa para a CVI 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comitê Gestor ➤ SMU ➤ FAMAI 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conselho de Gestão Territorial ➤ Associações de Moradores ➤ Entidades de classe (CREA, AREA...) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Proprietários de lotes ➤ Construtoras ➤ Investidores/Empreendedores ➤ Especuladores imobiliários

CONCEITOS

ZONEAMENTO

O zoneamento é um instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. (Renato Saboya, 2011). É caracterizado pela aplicação de um sistema legislativo (normalmente em nível municipal) que procura regular o uso, ocupação e arrendamento da terra urbana por parte dos agentes de produção do espaço urbano, tais como as construtoras, incorporadoras, proprietários de imóveis e o próprio Estado.

Objetivos principais:

- Controle do crescimento urbano;
- Proteção de áreas inadequadas à ocupação urbana;
- Minimização dos conflitos entre usos e atividades;
- Controle do tráfego;
- Manutenção dos valores das propriedades e do *status quo*.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O zoneamento busca alcançar seus objetivos através do controle de dois elementos principais: **o uso e o porte (ou tamanho) dos lotes e das edificações**. Através disso, supõe-se que o resultado final alcançado através das ações individuais esteja de acordo com os objetivos do Município, que incluem proporcionalidade entre a ocupação e a infra-estrutura, necessidade de proteção de áreas frágeis e/ou de interesse cultural, harmonia do ponto de vista volumétrico, etc. (Renato Saboya, 2011)

Com relação ao porte da edificação, este é controlado através de índices que estabelecem, por exemplo:

- O número máximo de pavimentos e/ou a altura total da edificação;
- O Coeficiente de Aproveitamento máximo do lote (CA), que representa a área máxima possível de ser construída dividida pela área do lote;
- A taxa de ocupação máxima permitida para o lote;
- Os afastamentos frontal, laterais e de fundos; e
- O tamanho mínimo do lote.

Fonte: <http://urbanidades.arq.br/2007/11/zoneamento-e-planos-diretores/>

10. O COMITÊ GESTOR

10.1. Critérios para participação no Comitê Técnico Municipal do Projeto Orla de Itajaí - SC

- Ter participado de uma das Oficinas (I e II) do Projeto Orla;
- A entidade deverá ter atuação no município e/ou região;
- Ter sede em Itajaí;
- o representante da entidade deverá apresentar carta de apresentação da instituição apresentando-o como representante da mesma;
- A entidade não-governamental deverá apresentar ata de constituição de mínimo 12 meses.

10.2. Regimento Interno do Comitê Gestor

REGIMENTO INTERNO

COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROJETO ORLA

CGM – PROJETO ORLA

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 1º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla - CGM – PROJETO ORLA, órgão de caráter deliberativo, instituída pelo Decreto nº 9.774 de 24 de junho de 2012, é um órgão Colegiado vinculado diretamente à Prefeitura Municipal de Itajaí, tendo a sua atuação regulada pelo disposto no presente Regimento.

CAPÍTULO II

Da Finalidade

Art. 2º A Comissão Técnica Municipal do Projeto Orla - CTM – ORLA tem como finalidade a articulação e harmonização de políticas estaduais, federais e municipais incidentes na orla, competindo-lhe:

I – Elaborar Plano de Gestão Integrada da Orla de Itajaí, com o intuito de disciplinar o uso e ocupação da orla marítima brasileira, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada;

II – Participar, através de seu Presidente, ou representante do CGM- Projeto Orla de Itajaí, quando convocado ou convidado das reuniões do CGM-PO.

III – Supervisionar o Plano de Gestão Integrada municipal (Projeto Orla, Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico, Gerco, entre outros);

IV – Fornecer apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla;

V - Acompanhar a execução do Plano de Gestão Integrada no município, bem como seus desdobramentos em diretrizes locais, incluindo eventuais alterações que se façam necessárias no plano diretor do município;

CAPÍTULO III

Da organização e Da composição

SEÇÃO I

Da organização

Art. 3º O CGM-Orla tem a seguinte estrutura:

I – Colegiado

II – Secretaria Executiva

III – Coordenação Geral

IV – Subcomissões e Grupos de Trabalho (GT).

§ 1º Entende-se por Colegiado o conjunto de instituições e entidades que representam os seguintes segmentos:

Do Poder Público Federal; do Poder Público Estadual; Poder Público Municipal, Associações, ONGS, Instituições de Ensino, e iniciativa privada;

§ 2º A Coordenação Geral será composta por um (a) presidente e vice-presidente;

§ 3º A Secretaria Executiva é responsável por desenvolver as funções necessárias para assegurar a efetividade da CGM - Projeto Orla;

§ 4º As Subcomissões e Grupos de Trabalho, permanentes ou não, serão formados para desenvolver atividades específicas.

SEÇÃO II

Da Composição

Art. 4º A composição do Colegiado do CGM- PROJETO ORLA, será constituída por 1 (um) representante e respectivo suplente das instituições abaixo relacionadas:

I – PODER PÚBLICO ESTADUAL:

1) Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina

II – DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

1) Fundação Municipal de Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI

2) Secretaria de Turismo

3)Porto de Itajaí

4) Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU

5) Secretaria da Pesca e Aqüicultura –SEPESCA

6) Secretaria Municipal de Educação

7) Procuradoria Municipal de Itajaí

8) Fundação Municipal Genésio Miranda Lins

III – ASSOCIAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

- 1) Intersindical
- 2) Associação de Parapente de Itajaí – APIR
- 3) Associação de Surf Praias de Itajaí - ASPI
- 4) Instituto Anjos do Mar Brasil - IAMB
- 5) Associação de Preservação Ambiental do Saco da Fazenda
- 6) Associação Comunitária da Praia Brava – A.C.BRAVA
- 7) Associação dos Proprietários de Imóveis da Praia Brava - APROBRAVA
- 8) Associação Empresarial de Itajaí - ACII
- 9) Sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região - SINDIPI

Parágrafo único: Os representantes do CGM – Projeto Orla, da parte governamental, deverão preferencialmente ser servidores efetivos.

SUBSEÇÃO I

Do Colegiado

Art. 5º Aos membros do Colegiado compete:

- I** – participar das reuniões a que forem regularmente convocados;
- II** – propor matérias e/ou ações pertinentes à integração interinstitucional do Projeto Orla;
- III** – propor a criação de Subcomissões e Grupos de Trabalho;
- IV** – elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e de avaliação de execução do Plano de Gestão Integrada municipal;
- V** – propor a participação eventual em reuniões da CGM - Projeto Orla de autoridades ou técnicos de reconhecida capacidade profissional, mediante convite e sem direito a voto;
- VI** - manter a CGM - Projeto Orla informada das ações dos órgãos que representam, pertinentes aos objetivos do CGM - Projeto Orla;
- VII** – desempenhar outras atribuições que lhes forem outorgadas pelo Presidente.

SUBSEÇÃO II

Da Presidência

Art. 6º A Presidência da CGM - Projeto Orla será exercida por um representante do Município de Itajaí indicado pelo poder executivo, em um primeiro mandato, desde que tenha participado de todo o processo do Projeto Orla.

§ 1º Na ausência do Presidente, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do vice-presidente e, no impedimento deste, por um membro escolhido em Colegiado.

§ 2º Após dois anos, encerrado o mandato, os membros do comitê poderão eleger o novo Presidente, podendo ser este de qualquer entidade integrante do comitê.

§ 3º O presidente do CGM – Projeto Orla quando for oriundo do poder público, deverá ocupar preferencialmente cargo efetivo.

§ 4º O mandato da Presidência e Vice presidência do CGM – Projeto Orla será exercido por dois anos, podendo ter recondução ao cargo.

Art. 7º Compete ao Presidente:

I – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

II – representar externamente a CGM - Projeto Orla;

III – convidar representantes de outras entidades, públicas ou privadas para participarem, eventualmente, de reuniões, sem direito de voto;

IV – solicitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal apoio institucional, por meio de informações, suporte material logístico e de recursos humanos necessários para a consecução dos objetivos da CGM - Projeto Orla;

V – articular-se com o Município e associações municipais sobre assuntos relacionados às atividades da CGM - Projeto Orla;

VI – aprovar a pauta dos assuntos que serão submetidos à apreciação do Colegiado;

VII – deliberar sobre medidas de urgência, necessárias ao bom andamento dos trabalhos *ad referendum* do Colegiado;

VIII – propor a criação de Subcomissões ou Grupos de Trabalho;

IX – Supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;

X – praticar os demais atos necessários ao cumprimento das atribuições do Plano de Gestão Integrado do Projeto Orla de Itajaí, aprovados em Audiência Pública do município de Itajaí e pelo CGM – Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla e pela Comissão Técnica Nacional do Projeto Orla.

SUBSEÇÃO III

Da Vice-Presidência

Art. 8º A vice-presidência da CGM - Projeto Orla será exercida pelo representante eleito no Colegiado;

Art. 9º São atribuições do Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

II – exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência da CGM - Projeto Orla.

SUBSEÇÃO IV

Da Secretaria Executiva

Art. 9 A Secretaria Executiva da CGM - Projeto Orla, será dirigida por um(a) Secretário(a) Executivo, designado pelos membros CGM-PROJETO ORLA.

Art. 10 O Secretário Executivo da CGM - Projeto Orla, tem como incumbência secretariar os trabalhos das reuniões.

§ 1º Nos casos de impedimento eventual do Secretário Executivo cabe ao Colegiado indicar um membro da CGM-Orla para exercer a função.

§ 2º O Secretário Executivo da CGM - Projeto Orla, será membro integrante do Colegiado e participará das reuniões com direito a voto.

Art. 11. Os membros da CGM - Projeto Orla que quiserem sugerir matérias a serem apresentadas durante as reuniões ordinárias deverão elaborá-las por escrito e encaminhá-las à Secretaria Executiva com 03 (três) dias de antecedência à data da realização da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente da CGM - Projeto Orla.

SUBSEÇÃO V

Das Subcomissões ou Grupos de Trabalho

Art.12 Por proposta do Presidente e mediante aprovação do Colegiado do CGM – Projeto Orla poderão ser criadas Subcomissões ou Grupos de Trabalho, para elaboração de estudo ou trabalho específico.

§1º As Subcomissões e Grupos de Trabalho extinguir-se-ão, automaticamente, após a conclusão dos estudos ou trabalho específico.

§2º Poderão compor as Subcomissões, além de membros do Colegiado, técnicos ou especialistas de reconhecida experiência e segmentos organizados da Sociedade, diretamente interessados nas questões do Projeto Orla.

§3º As Subcomissões elegerão, dentre os seus membros os respectivos coordenadores e relatores, ficando ainda a cargo daqueles a definição da organização interna.

§4º Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Subcomissões e Grupos de Trabalho.

§5º As câmaras técnicas e os grupos de trabalho deverão ser compostas preferencialmente por entidades que participaram efetivamente das oficinas do Projeto Orla.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

Art. 13. O Colegiado da CGM – Projeto Orla, se reunirá:

I – em sessões ordinárias, conforme cronograma pré-estabelecido, com periodicidade mínima trimestral, mediante convocação e acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos e da ata da reunião anterior para aprovação;

II – em sessões extraordinárias, mediante convocação, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 1º Para a realização das convocações deverá ser observada a antecedência mínima de 10 (dez) dias para as reuniões ordinárias e de 02 (dois) úteis para as reuniões extraordinárias.

§ 2º No caso de eventual adiamento de sessão ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º A convocação de sessões extraordinárias dar-se-á por iniciativa do Presidente ou a pedido da maioria simples dos membros da CGM - Projeto Orla.

§ 4º As reuniões do Colegiado da CGM - Projeto Orla, serão realizadas em local a ser determinado pelo Presidente.

Art. 14. A condução dos trabalhos das reuniões obedecerá a seguinte ordem:

I – instalação dos trabalhos pelo Presidente ou seu vice-presidente;

II – assinatura do livro de presença;

III – verificação de *quorum*;

IV – leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

V – leitura da pauta da reunião;

VI – apresentação, discussão e votação dos assuntos constantes da pauta;

VII – encerramento dos trabalhos pelo Presidente.

Art. 15. A presença mínima de 1/3 dos membros estabelecerá *quorum* para a realização das reuniões.

Parágrafo Único. Não havendo *quorum* para reunião ordinária e extraordinária, haverá nova convocação no prazo de até 10 (dez) dias após a primeira convocação, com *quorum* mínimo especificado no caput deste artigo. Não sendo atingido esse *quorum*, a reunião se realizará 30 (trinta) minutos após o horário previsto, em segunda convocação, com qualquer número de seus membros presentes.

Art. 16. Após 03 (três) faltas consecutivas, ou por 5 (cinco) faltas alternadas da instituição em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, o (a) Presidente da Comissão enviará o ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, comunicando a ausência de seu representante.

Parágrafo Único. Na ausência de justificativa prévia da instituição ou entidade no prazo de 30 (trinta) dias o (a) Presidente da Comissão enviará ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, solicitando oficialização do interesse ou não de continuar fazendo parte do colegiado do CGM – Projeto Orla.

Art. 17. As deliberações do Colegiado da CGM – Projeto Orla dar-se-ão por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade e consubstanciar-se-ão sob a forma de:

I – Resolução, quando se trata de deliberação vinculada às competências legais da Comissão;

II – Moção, quando se trata de manifestação ou indicação a ser dirigida a qualquer órgão ou entidade, governamental ou não, relacionada com a temática do Projeto Orla.

III – Parecer, quando se trata de matéria de Projeto Orla submetida à sua apreciação.

§ 1º As Resoluções, as Moções e Pareceres serão datadas e numeradas, em ordem distintas, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 18. A Secretaria Executiva distribuirá, com antecedência, a agenda e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões para todos os membros.

Art. 19. A participação dos membros dar-se-á por ordem de inscrição na mesa diretiva.

§ 1º Após as discussões, o assunto será votado pelo Colegiado;

§ 2º Somente terão direitos a voto os representantes dos órgãos e entidades previstos no artigo 4º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes;

Art. 20. Das reuniões do Colegiado serão lavradas atas, que serão submetidas à aprovação na reunião subsequente e, após, serão arquivadas junto à Secretaria Executiva.

CAPÍTULO V

Das disposições finais.

Art. 21 As despesas de transporte, diárias ou de outra natureza, efetuadas pelos membros do CGM - Projeto Orla, e das Subcomissões ou Grupos de Trabalho, serão custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades representados.

§ 1º Os membros do CGM - Projeto Orla previstos no artigo 4º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento à Secretaria Executiva, para exame e parecer, sempre que houver necessidade de atualizá-lo.

§ 2º De posse do Parecer da Secretaria Executiva, o Presidente o submeterá à votação dos membros, em Colegiado.

§ 3º A alteração regimental proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da CGM - Projeto Orla.

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pelo Presidente da CGM - Projeto Orla, ouvido do Colegiado.